

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA

**DOCENTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

SÃO CARLOS - SP

2024

SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA

**DOCENTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E
CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dr^a. Rosimeire Maria Orlando.

São Carlos - SP
2024

APOIO FINANCEIRO:

Cnpq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cristina Gouveia da Silva Ferreira, Sally

Docentes com deficiência na educação superior
brasileira e condições de trabalho / Sally Cristina
Gouveia da Silva Ferreira -- 2024.
115f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Rosimeire Maria Orlando
Banca Examinadora: Silvia Márcia Ferreira Meletti,
Débora Dainez, Vinícius Neves Cabral
Bibliografia

1. Educação Especial. I. Cristina Gouveia da Silva
Ferreira, Sally. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira, realizada em 28/03/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Profa. Dra. Sílvia Márcia Ferreira Meletti (UEL)

Prof. Dr. Vinícius Neves de Cabral (UEL)

Profa. Dra. Debora Dainez (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dr^a. Rosimeire Maria Orlando.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dr^a. Rosimeire Maria Orlando
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profa. Dr^a. Silvia Márcia Ferreira Meletti
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dr^a. Débora Dainez
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
(Campus - Sorocaba)

Prof. Dr. Vinícius Neves de Cabral
Universidade Estadual de Londrina – UEL

São Carlos, 28 de março de 2024.

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Há diversas formas em como se apresentar e opto por fazer isso pela pessoa que eu sou antes deste trabalho, no caso, sou a filha primogênita, primeira neta a irmã mais velha entre seis filhos de pais separados. Cresci em uma cidade no interior do estado de São Paulo, sempre frequentei escolas públicas e parte da pesquisadora que sou tem muito da criança curiosa que sempre fui.

A Educação Especial entrou por acaso na minha vida, nunca tive a perspectiva de ingressar na Educação Superior, porém, acabo por conhecer uma pessoa que mais tarde se torna meu companheiro e me incentiva a voltar aos estudos. Com isso, ingressei na UFSCar em 2018 e escolhi o curso em Educação Especial sem entender o porquê, mas isso acabou por revelar uma grande descoberta para mim, um encontro com quem a partir dali queria ser, uma profissional competente e dedicada.

Acabo por me interessar pela pesquisa, participo de projetos de extensão e iniciação científica e torna o mestrado uma consequência de tudo isso que já me interessava, bem como o tema que foi um interesse gerado pela minha curiosidade dentro dos vários temas possíveis na Educação Superior. E no meio desse caminho elaboro meu projeto de pesquisa passando no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina e no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e por motivos maiores permaneço na minha casa que é a UFSCar.

A Educação Superior me proporcionou uma mudança de perspectiva, me oportunizou um enriquecimento crítico que vou carregar para sempre. Sou profundamente grata pelas políticas de permanência que fizeram com que chegasse até aqui.

Começo esses agradecimentos lembrando de quem me ajudou chegar até aqui, Eric, você foi a minha principal inspiração todos esses anos, te ver lutando pelos seus sonhos me ajudou a criar perspectivas para o meu futuro, cada passo que dei na graduação e mestrado tiveram seu total apoio e suas críticas para que pudesse me aperfeiçoar e melhorar, te amo imensamente e obrigado por ser minha família juntamente com a Olga que é essa gata que mais do que você participou ativamente da construção desse trabalho deitando no teclado do computador e miando incessantemente.

Agradeço também ao Núcleo de estudos e pesquisa em direito à Educação Especial NEPEDE'EEs e Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social, da Universidade Estadual de Londrina, que foram responsáveis por me apresentar a pesquisa não só como produção, mas também como um projeto de futuro, especialmente minha

orientadora Rosimeire Maria Orlando e professora Silvia Márcia Ferreira Meletti. E aos meus colegas Suelen, Josivan, Alyne, Luciléia e Samara, que compartilharam comigo suas angústias, conquistas e conhecimentos.

Nesse tom de despedida também não poderia deixar de agradecer aos amigos que essa instituição chamada UFSCar me trouxe e que fizeram esses seis anos serem os mais importantes da minha vida até aqui, Guilherme José, Vinicius e Marcelo. A minha sogra Silvânia por torcer por mim e me acolher como sua filha e a minha psicóloga Ana Becker por todo acolhimento e trocas não sou capaz de exprimir em palavras o quanto seu trabalho foi essencial para que permanecesse no mestrado.

A professora Débora Dainez que compôs minha banca de qualificação e que trouxe seus apontamentos de forma minuciosa e carinhosa, muito obrigada.

Por fim, agora posso dizer adeus a minha casa UFSCar uma instituição que atendeu a todas as minhas necessidades acadêmicas e me possibilitou permanecer todos esses anos, isso tudo só é possível porque pessoas trabalham diariamente pelos direitos dos estudantes e funcionários que zelam diariamente para que esse seja um espaço acolhedor.

“Tudo o que importa é que você escreva o que quiser escrever; e se irá importar por séculos ou só por algumas horas, ninguém pode dizer.”

(Woolf, 1958).

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise das condições de trabalho de professores com deficiência nas universidades públicas brasileiras. Tem como objetivo geral: Analisar as condições de trabalho dos professores com deficiência que atuam na Educação Superior pública brasileira. E como objetivos específicos: explorar a jornada de trabalho dos professores com deficiência, identificar como se dá a sua rotina e o desenvolvimento do seu trabalho na instituição e verificar a participação da família na trajetória do professor com deficiência. Em sua metodologia contou com o procedimento de entrevista de cinco professores universitários com deficiência, das regiões brasileiras sudeste, norte, centro-oeste e nordeste, sendo quatro participantes da esfera federal e um estadual. Os resultados revelaram que os professores enfrentam barreiras arquitetônicas e atitudinais em seu trabalho, que sua jornada de trabalho é exaustiva e a que a família foi um apoio importante durante a sua trajetória profissional, ela auxiliou e prestou apoios para que o trabalho se realizasse, contribuindo, em alguns casos, para a permanência do professor em seu trabalho. Os dados desta pesquisa indicaram que as condições concretas de trabalhos dos professores universitários entrevistados, contou com acúmulo de várias funções, fato apontado como prejudicial à saúde destes, além do ambiente de trabalho ter sido apontado como não facilitador para o desenvolvimento de um trabalho com excelência.

Palavras-chave: Educação Especial; Professores com deficiência; Trabalho; Trajetória.

ABSTRACT

This work is an analysis of the working conditions of teachers with disabilities in Brazilian public universities. Its general objective is to: Analyze the working conditions of teachers with disabilities who work in Brazilian public Higher Education. And as specific objectives: explore the working hours of teachers with disabilities, identify how their routine occurs and the development of their work in the institution and verify the family's participation in the trajectory of the teacher with disabilities. Its methodology included the interview procedure of five university professors with disabilities, from the southeast, north, center-west and northeast Brazilian regions, four participants from the federal sphere and one from the state level. The results revealed that teachers face architectural and attitudinal barriers in their work, that their workday is exhausting and that their family was an important support during their professional career, it helped and provided support for the work to be carried out, contributing, in some cases, for the teacher to remain in his or her job. The data from this research indicated that the concrete working conditions of the university professors interviewed included the accumulation of several functions, a fact considered harmful to their health, in addition to the work environment being identified as not facilitating the development of work with excellence.

Keyword: Special education; Teachers with disabilities; Work; Trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma PRISMA Trabalhos encontrados no Banco de Dissertações e Teses.	14
Figura 2 - Identificação e seleção dos estudos captados nas bases de dados.....	20
Figura 3 - Eixos de investigação sobre acesso, permanência e derivações.....	45
Figura 4 - Regiões dos participantes.....	48
Figura 5 - Análise das entrevistas: Eixos centrais e temas levantados.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados de extração dos estudos incluídos na revisão.....	15
Quadro 2 - Atividade exercida e empregabilidade.....	16
Quadro 3 - Estudos Encontrados sobre docência e Educação Superior.....	20
Quadro 4 - Leis e decretos sobre pessoas com deficiência e o direito ao trabalho.....	33
Quadro 5 - Exemplo: Rotina de trabalho.....	53
Quadro 6 - Atividades desempenhadas pelos professores.....	54
Quadro 7 - Rotina de Trabalho.....	58
Quadro 8 - Trabalho e professores com deficiência.....	62
Quadro 9 - Condições de trabalho dos professores com deficiência.....	65
Quadro 10 - Remuneração Salarial.....	69
Quadro 11 - Atividades desempenhadas, nível de satisfação.....	72
Quadro 12 - Influência da família na trajetória dos participantes.....	75
Quadro 13 - Rede de Apoio.....	85
Quadro 14 - Como observa seu trabalho dentro da instituição.....	88
Quadro 15 - Marcos positivos e negativos que vivenciou durante a sua trajetória enquanto docente e pesquisador	90
Quadro 16 - Realização profissional.....	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 SÍNTESE DOS ESTUDOS.....	18
1.2 PANORAMA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS.....	23
1.3 OBSERVAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS ENCONTRADOS.....	25
2 O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	27
2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR - SURGIMENTO.....	28
2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	30
2.3 DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO DOCENTE COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	32
2.4 REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: ESTADO DE SÃO PAULO.....	36
2.5 DIRETRIZES DO TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	39
2.6 O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - O APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	42
3 MÉTODO.....	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	46
3.2 REGIÕES DOS PARTICIPANTES.....	49
3.2.1 Amazonas.....	49
3.2.2 São Paulo.....	50
3.2.3 Bahia.....	51
3.2.4 Mato Grosso do Sul.....	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
5 DOCENTE UNIVERSITÁRIO COM DEFICIÊNCIA E ROTINA DE TRABALHO.....	58
5.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	62
6 PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS	75
7 JORNADA DOCENTE: PERCEPÇÕES, DESAFIOS E SATISFAÇÃO.....	88
7.1 PONTOS POSITIVOS LEVANTADOS PELOS PROFESSORES.....	91
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE I.....	106

APÊNDICE II.....	108
APÊNDICE III.....	112
ANEXO A.....	115

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática as condições de trabalho de docentes com deficiência que atuam na Educação Superior brasileira. O objetivo geral deste estudo é analisar as condições de trabalho dos professores com deficiência que atuam na Educação Superior pública. E como objetivos específicos: 1. Explorar a jornada de trabalho dos professores com deficiência. 2. Identificar como se dá a sua rotina e o desenvolvimento do seu trabalho em uma instituição pública. 3. E verificar a participação da família na trajetória do professor com deficiência.

E como a pergunta de pesquisa procura responder quais as condições de trabalho do docente com deficiência em universidades públicas brasileiras? A pesquisa contou com a entrevista de cinco professores de diferentes regiões do Brasil, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, todos atuaram em universidades públicas. Abordaremos diferentes aspectos que envolvem a docência, bem como, as condições de trabalho. Dois participantes são pessoas com deficiência física e três são pessoas cegas.

Com isso, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: aprofundamento na temática por meio de publicações (artigos, teses e dissertações), montagem do cronograma da pesquisa, roteiro, questionário sócio econômico e roteiro de entrevista. Apenas uma das entrevistas foi feita de forma presencial devido a localidade de cada participante. Todos eles atuam em regime de dedicação exclusiva e realizaram as mesmas etapas para assumir o cargo docente nas instituições públicas federais e estaduais.

Dessa forma, apresentaremos a seguir produções científicas que se relacionam com a temática, identificando as lacunas e discussões abordadas pelos estudos anteriores. A primeira busca foi intitulada como piloto e abordou a relação entre pessoas com deficiência e o mercado de trabalho. Na segunda busca, exploramos a interseção entre trabalho e docência na Educação Superior brasileira.

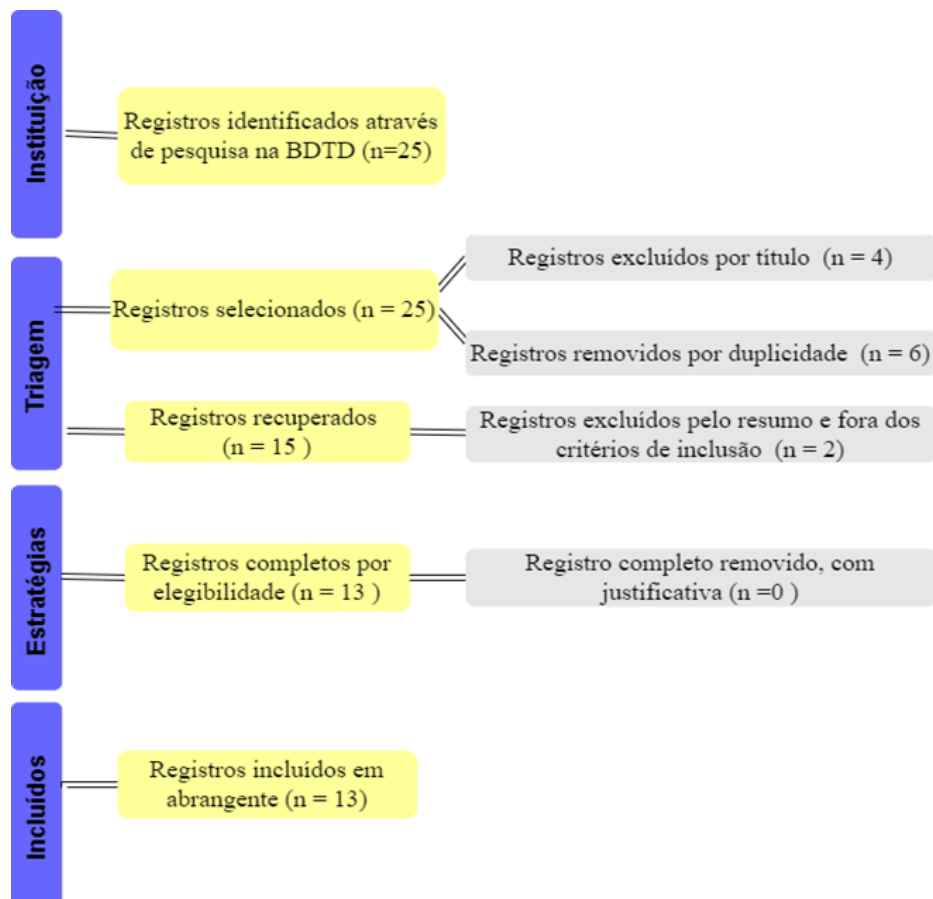
As duas buscas realizadas utilizaram o método de revisão sistemática, que auxilia no levantamento e análise de estudos relacionados à temática já indicada, empregando protocolos de busca que permitem a sua replicação (Kitchenham, 2004, p. 33). E foram organizadas da seguinte forma: a) planejamento – identificação da necessidade da revisão; b) execução – aplicação do protocolo, seleção dos estudos e avaliação; c) documentação – publicação dos resultados.

Para isso, foi necessário realizar a 1ª busca piloto: A busca dos trabalhos foi realizada através de critérios, sendo eles: (a) Trabalhos disponíveis na internet; (b) Trabalhos

relacionados a pessoas com deficiência e trabalho; (c) Trabalhos desenvolvidos no território nacional; (d) Trabalhos avaliados por pares. Após o estabelecimento dos critérios, foi elaborado um fluxograma e realizou-se a seleção das palavras chaves: (1) mercado de trabalho, (2) acesso e permanência e (3) pessoa com deficiência, com uso de booleano “AND”, sem haver uma limitação temporal para os estudos.

Os resultados da busca, realizada em 27 de outubro de 2022, totalizaram 25 produções, sendo 3 teses e 22 dissertações. E após uma leitura prévia do título e resumo foram selecionadas segundo os critérios de inclusão e exclusão, um total de 13 produções, sendo, 12 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional e todas os trabalhos foram lidos na íntegra.

Figura 1 - Fluxograma PRISMA Trabalhos Encontrados no Banco de Dissertações e Teses



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos trabalhos selecionados na plataforma BDTD (2022)

Para auxiliar na análise dos trabalhos selecionados, elaborou-se uma tabela no *Word*®, com informações das produções selecionadas, tais como: título, autores, ano e objetivos.

Quadro 1 - Dados de extração dos estudos incluídos na revisão

Título	Autores	Ano	Objetivo
Do deficiente ao trabalhador: reabilitação profissional na perspectiva da pessoa com deficiência - um estudo de caso.	Carretta	1998	Compreender e avaliar a prática de uma instituição que desenvolve programa de reabilitação profissional, a partir de entrevistas com os seus ex-usuários.
Deficiência e trabalho no setor informal	Tissi	2000	Relacionar o trabalho, deficiência e reabilitação, a partir da organização do trabalho no comércio ambulante em São Paulo.
Professores com deficiência Física no Ensino Superior: Estudo de trajetórias escolares	Barbosa	2009	Estabelecer uma reflexão sobre a inclusão profissional frente às dificuldades enfrentadas diariamente na escola.
A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife.	Moura	2013	Analisar a política de inclusão nesta modalidade de ensino, tendo como base os seguintes aspectos: acesso do aluno à educação profissional, acessibilidade arquitetônica, serviços e recursos de apoio à permanência e suportes à inclusão no mercado de trabalho.
As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís.	Barros	2013	Analisar o acesso e a permanência das mulheres com Deficiência Intelectual, egressas do Centro de Ensino de Educação Especial Helena Antipoff, no mercado de trabalho em São Luís.
Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas.	Lorenzo	2016	Descrever e analisar as características do processo de contratação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho pelas empresas em um município do interior paulista.
A (in) acessibilidade no trabalho: desafios e estratégias desenvolvidas pelos servidores com deficiência em um órgão público.	Sampaio	2016	Conhecer o processo de inclusão de servidores com deficiência em um órgão público federal, como eles se percebem no trabalho, descrever os desafios que encontram no seu cotidiano laboral e as estratégias que os mesmos utilizam para se manterem no trabalho.
Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero.	Vitório	2017	Analisar o processo de inserção e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho, egressas dos cursos de Graduação da UNESC no período de 2006 a 2014, na perspectiva de gênero.
O surdo e o direito ao trabalho: para além do acesso.	Silva	2017	Identificar a percepção de surdos, em idade produtiva, e de profissionais que atuem na inserção de Pessoas com Deficiência (PCD) no mercado de trabalho, acerca das condições de permanência no emprego por eles vivenciadas.

Tecnologia Assistiva e as contribuições para a permanência da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho de uma Instituição Federal de Ensino Superior.	Silva Junior	2019	Entender como os recursos em TA disponibilizados atualmente pela IFES possibilitam a permanência dos servidores com deficiência no ambiente de trabalho.
A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho.	Lopes	2019	Conhecer e analisar comportamentos e atitudes da pessoa com deficiência intelectual, do seu responsável legal, de líderes e de professores de cursos de qualificação para inserção e permanência no mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual.
Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual.	Borges	2019	Conhecer e analisar comportamentos e atitudes da pessoa com deficiência intelectual, do seu responsável legal, de líderes e de professores de cursos de qualificação para inserção e permanência no mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual.
Estudo da percepção dos médicos com necessidades educacionais especiais sobre a sua formação e atuação médica.	Mariano	2020	Compreender a percepção de profissionais de medicina com necessidades educacionais especiais, especificamente deficiências físicas (auditivas, visuais e motoras) sobre sua formação e atuação médica.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A seguir serão apresentados no quadro 2 o resultado das produções acadêmicas selecionadas, com destaque para as atividades exercidas pelos sujeitos das pesquisas, título e como ocorreu a empregabilidade das pessoas com deficiência que participaram das respectivas pesquisas.

Quadro 2 - Atividade exercida e empregabilidade

Título	Atividade exercida	Como ocorreu a empregabilidade
Dissertação (1) ano 2013: “A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife”.	Técnico em segurança no trabalho, técnico em turismo e gestão em turismo.	Por meio de empresas familiares, progressão em estágios e parcerias entre empresas e instituições.
Dissertação (2) ano 2020: “Estudo da percepção dos médicos com necessidades educacionais especiais sobre a sua formação e atuação médica”	Médicos, trata-se de uma pesquisa que discute o percurso acadêmico de médicos em formação e sua inserção profissional.	O processo de colocação profissional não se dá de forma instantânea, mas necessita de condições externas para que ocorra, como abertura de concursos.
Dissertação (3) ano 2009: “Professores com deficiência Física no Ensino Superior: Estudo de trajetórias escolares”	Professor universitário em uma universidade particular	Indicação

Dissertação (4) ano 2019: “Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual”	Não havia uma “atividade exercida” em que as pessoas com deficiência participavam de cursos de qualificação para se candidatarem a vagas de emprego que são conveniados entre empresas que podem variar de acordo com o curso feito.	A empregabilidade se dá por meio do convênio empresa e a escola que oferta essa qualificação, que no caso dessa instituição são as de pessoas com deficiência intelectual.
Dissertação (5) ano 2019: “A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho”	Metalúrgicos e funcionários de uma empresa alimentícia	A empregabilidade se deu por meio de um convênio entre uma instituição de qualificação e a empresa.
Dissertação (6) ano 2019: “Tecnologia Assistiva e as contribuições para a permanência da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho de uma Instituição Federal de Ensino Superior”	Assistentes administrativos, técnico em assuntos educacionais, secretário administrativo, analista de TI e auditor.	Aprovação em vagas destinadas às PCD, ou seja, por meio de concurso público.
Dissertação (7) ano 2016: “Inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos”	Os participantes da pesquisa foram os profissionais responsáveis pelo processo de recrutamento, seleção e contratação de funcionários das empresas, isto é, os profissionais de recursos humanos.	O foco do trabalho não eram as pessoas com deficiência diretamente, desta forma, compreende-se que a empregabilidade das pessoas com deficiência neste caso se dava a partir do recrutamento de uma instituição/empresa.
Dissertação (8) ano 2017: Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero	Assistente administrativa, agente de trânsito e funcionária pública.	Convênios e concursos
Dissertação (9) ano 1998: Do deficiente a trabalhador: reabilitação profissional na perspectiva da pessoa com deficiência - um estudo de caso	Os empregos vão de auxiliares de cozinha, serviços gerais etc.	Por meio de conveniadas de instituição filantrópica ou outros (indicação etc.)
Dissertação (10) ano 1998: “Deficiência e trabalho no setor informal”	Ambulantes	Esses participantes não tinham vínculo empregatício, mas vendiam a sua força de trabalho no comércio local.
Dissertação (11) ano 2016: A (in) acessibilidade no trabalho: desafios e estratégias desenvolvidas pelos servidores com deficiência em um órgão público.	Servidor de instituição federal	Concurso público

Dissertação (12) ano 2013: “As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís”	Servidores de manutenção, limpeza, auxiliar de serviços administrativos, auxiliar de padaria, auxiliar de lavanderia, auxiliar de portaria, auxiliar de hotelaria, auxiliar de almoxarifado, empacotadora, serviços gerais, telefonista, recepcionista, repositor e embaladoras	Convênio entre instituição e empresas de iniciativa privada
Dissertação (13) ano 2017: “O surdo e o direito ao trabalho: para além do acesso”	Prestação de serviços em empresas privadas	Conveniadas entre instituições e empresas

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

1.1 SÍNTESE DOS ESTUDOS

Os trabalhos, evidenciaram que as pessoas com deficiência, após sua inserção nas ocupações para as quais se candidatam, enfrentam dificuldades na acessibilidade física dos espaços de trabalho. Isso ocorre porque muitos deles desempenham atividades manuais, como reposição, embalagem, jardinagem, manutenção, limpeza, auxílio em serviços administrativos, padaria, lavanderia, portaria, entre outras.

As oportunidades de emprego eram disponibilizadas e preenchidas por meio de parcerias entre o setor privado e instituições filantrópicas que forneciam cursos de capacitação para que pudessem desempenhar essas atividades. Embora não seja o foco nesta pesquisa, cabe questionarmos: Como são os cursos de capacitação? Há possibilidade de expandir as capacidades dos sujeitos? Os cargos disponibilizados visam o pleno desenvolvimento desta população? Tratar das questões de acessibilidade é suficiente?

Os estudos indicam que muitas pessoas com deficiência não possuíam educação formal completa, o que impactava diretamente na relação entre trabalho e educação. Isso ocorre porque há "uma estreita conexão entre educação (escola) e trabalho; isto é, acredita-se que a educação potencializa o trabalho" (Saviani, 1994, p. 151). Essa potencialização pode tanto expandir as possibilidades de emprego como também limitar as escolhas, o que posteriormente influencia a remuneração do trabalhador.

O estudo de Santos, realizado em 2020, aponta que a condição de vida das pessoas com deficiência no Brasil é desigual, visto que essa população vive com recursos que não ultrapassam dois salários-mínimos. Poucas pessoas com deficiência possuem condições favoráveis de vida, representando um índice de apenas 0,66% da população.

Isso significa que, mesmo inseridas no mundo do trabalho, não há garantia de que as pessoas com deficiência que ocupam determinados cargos estejam fora do quadro de

vulnerabilidade social. Isso ocorre porque, dentro da dinâmica capitalista, a opressão e a miséria farão parte da realidade da classe trabalhadora, já que “O sistema do capital enxerga as terríveis perdas humanas, sociais e ecológicas impostas por sua míope perseguição da velocidade e da quantidade como meros efeitos colaterais.” (Mészáros, 2007, p. 16).

Após a realização da leitura das produções científicas, percebe-se que as possibilidades colocadas para a maioria das pessoas com deficiência são as de realização de trabalhos manuais, uma vez que muitos não conseguem concluir a escolarização.

Muitos dos trabalhos no quadro dois evidenciam e discutem a falta de adaptação para receber trabalhadores com deficiência. De forma geral, há uma multiplicidade de sujeitos nos trabalhos selecionados. Muitos deles apresentam diferentes históricos escolares e familiares. Alguns ingressaram no mundo do trabalho por meio de reserva de vagas, outros através de concursos, indicações e pela possibilidade de assumir um cargo dentro de uma empresa familiar (Dakuzaku, 1998, p. 62).

A primeira busca teve como foco levantar todos os trabalhos que envolvessem pessoas com deficiência no mundo do trabalho, diferentemente da segunda busca que restringe para a docência na Educação Superior.

Após a apresentação da busca piloto e dos trabalhos encontrados, passaremos para a discussão da segunda busca realizada, que se concentra na análise de professores com deficiência que atuam na Educação Superior. Esta 2ª busca refere-se, especificamente, aos docentes com deficiência que atuam na Educação Superior brasileira.

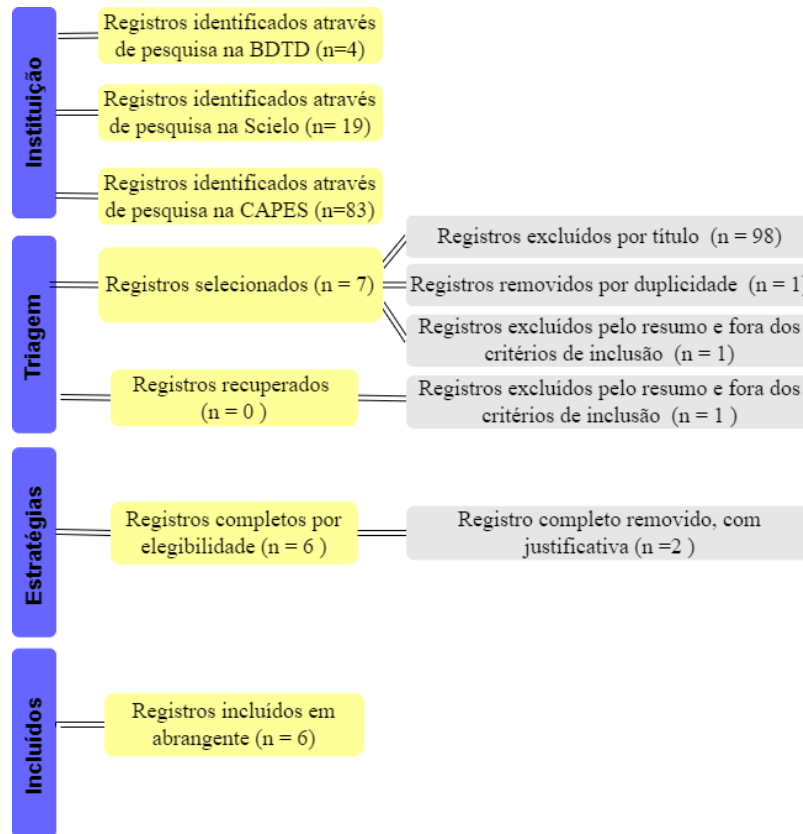
Foram incluídos, aqui, as produções acadêmicas que atenderam aos critérios de inclusão: (a) Trabalhos disponíveis na internet; (b) Trabalhos relacionados à docência na educação superior; (c) Trabalhos desenvolvidos no território nacional; (d) Trabalhos avaliados por pares. Não foram adotadas restrições temporais ou linguísticas. Foram excluídos da revisão os estudos que não atendiam a esses critérios.

Dessa forma seguindo os objetivos estabelecidos previamente bem como os critérios de inclusão deste estudo, foram adotadas como fonte de dados duas bases eletrônicas. De acordo com Zoltowski (2014, p. 97-104), as bases eletrônicas de dados costumam agregar “um amplo volume de material sobre tópicos específicos e podem ser facilmente consultadas”. Assim, foram selecionadas as plataformas: SciELO - *Scientific Electronic Library Online* e Periódicos CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e BDTD - Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Foram adotados os descritores: Professores AND ensino superior AND deficiência; foi utilizado o operador booleano AND como meio de unificar e ampliar o procedimento de

busca. Os estudos foram selecionados seguindo o checklist PRISMA (2020), assim, primeiramente foram selecionados pelo título, depois pelos resumos e por último na íntegra para compor esta revisão sistemática, como indica o fluxograma da Figura 2.

Figura 2 - Identificação e seleção dos estudos captados nas bases de dados



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Quadro 3 - Estudos Encontrados sobre docência e Educação Superior

Estudo (1) Título: Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional
<p>Ano: 2014 Autores(as): Orlando e Caiado Caracterização: O estudo contava com três professores universitários do sexo masculino, sendo um deles com deficiência múltipla (deficiência física e baixa visão), e outro com deficiência visual. Além disso, havia uma professora do sexo feminino com deficiência auditiva. Quanto à metodologia, foram utilizadas entrevistas e um roteiro semiestruturado. Temas abordados: Educação e profissionalização dos professores com deficiência, Alfabetização de pessoas com deficiência e narrativas de docentes com deficiência que atuam na educação superior. Análise do resumo: o resumo traz que as principais finalidades são: investigar a trajetória escolar, compreender as influências sobre o desempenho escolar e identificar distinção que os tornou minoria dentre os milhares de outras pessoas. Para que assim possam chegar ao objetivo que é compreender influências sobre desempenho escolar e identificar razões da distinção que os tornou minoria dentre os milhares de outras pessoas com deficiência que não atingem tal patamar de educação formal e profissionalização.</p>
Estudo (2) Título: Professores com deficiência física no ensino superior: estudo de trajetórias escolares

Ano: 2009

Autores(as): Barbosa

Caracterização: No método do trabalho, não se encontram as informações sobre quantos participantes participaram da pesquisa. Apenas é mencionado que os participantes são pessoas com deficiência física de disciplinas variadas. Além disso, o pesquisador se incluiu como participante, sendo ele também um professor com deficiência que atua na Educação Superior. Para além das informações sobre os participantes, o pesquisador define sua pesquisa como um estudo qualitativo, cuja intenção é explorar as possibilidades de inclusão profissional de pessoas com deficiência física, especificamente aquelas com dificuldades de locomoção, em ocupações que ele caracteriza como altamente qualificadas (Barbosa, 2009, p. 50).

Temas abordados: A escolarização de pessoas com deficiência, O direito ao trabalho e leis que orientam a política de inclusão das pessoas com deficiência (em âmbito escolar e no mercado de trabalho).

Análise do resumo: O resumo do trabalho apresenta informações que não estão descritas no método do trabalho, como o número de participantes e a base teórica. Inicialmente, o trabalho se propõe a preencher uma lacuna, uma vez que existem poucos estudos sobre a temática. A problematização reside no fato de que um estudo que aborda a trajetória de apenas três pessoas com deficiência física não é suficiente para abarcar todo o contexto de professores com deficiência que atuam na Educação Superior. Isso se deve ao fato de que cada contexto é singular e não contempla todas as deficiências, lugares e realidades, portanto, insuficiente para preencher a lacuna. Mas por meio dele podem se encontrar direcionamentos para discussões.

Sequencialmente a isso, o trabalho tem como objetivo estabelecer uma reflexão sobre a inclusão profissional diante das dificuldades enfrentadas diariamente na Educação Superior. Isso pode confundir o leitor, pois em alguns momentos o autor utiliza a palavra 'escola' ao invés de 'universidade'. Além disso, o fato de se tratar de uma reflexão deixa em aberto as intenções do trabalho, não especificando o que ele irá abordar, se é a trajetória dos participantes ou ambos. Já no final do resumo, faz-se referência ao aporte teórico como sendo a estatística, mais especificamente a curva normal. No entanto, vale notar que a curva normal não é propriamente uma teoria, mas sim uma ferramenta de análise. Em sequência, são mencionadas a trajetória histórica e legislativa como componentes desse aporte teórico. No entanto, é importante observar que esses elementos fazem parte de um resgate histórico e não são estritamente teóricos.

Estudo (3) Título: A voz de professores universitários com deficiência e a percepção de seus alunos sobre prática docente de seus professores.

Ano: 2011

Autores(as): Brando

Caracterização: Na primeira etapa do estudo a pesquisadora se coloca como participante da pesquisa já que é uma professora com deficiência que atua na Educação Superior, após, suas aulas anotava os procedimentos e recursos utilizados naquele dia, assim como, os comportamentos e os comentários dos alunos em relação à prática docente durante a disciplina. Dando sequência, foram realizadas quatro entrevistas com professores com deficiência, e aplicado o roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pela pesquisadora. E para a última etapa foram coletados os dados dos alunos desses professores com deficiência, referente a suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Temas abordados: Trajetória educacional e prática pedagógica dos professores com deficiência, como os professores veem a sua atuação na educação superior e a concepção dos alunos sem deficiência sobre a prática docente dos professores com deficiência.

Análise do resumo: No resumo do trabalho apresenta-se as seguintes informações: número de participantes, objetivos, procedimentos metodológicos adotados e resultados encontrados. Apresenta que o estudo é dividido em três momentos, primeiro descrevendo a prática pedagógica desses professores, segundo verificando o planejamento dos professores com deficiência e o terceiro estudo avaliar a percepção dos alunos sobre a prática dos professores com deficiência. Diferentemente dos trabalhos anteriores, esse coloca as pessoas sem deficiência como integrantes que irão a partir da sua experiência avaliar como são as aulas ministradas pelos professores com deficiência.

Entrevista (4) Título: Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior.

Ano: 2020

Autores(as): Costa e Garcia

Caracterização: O trabalho conta com o relato da trajetória de três docentes: o primeiro tem 50 anos, é graduado em Letras/Libras e é surdo; o segundo tem 36 anos e é professor da Faculdade de Direito, sendo deficiente físico; o terceiro e último é uma docente de 30 anos, psicóloga, e possui deficiência física. Para a coleta dos relatos, os autores perguntaram sobre como foi o percurso formativo e as barreiras encontradas, priorizando as narrativas como foco do trabalho. No entanto, não há informações descritivas sobre como a coleta ocorreu, como a duração, elaboração do roteiro ou o processo de seleção dos participantes.

Temas abordados: A inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, a permanência dos professores na instituição e Produção de identidade docente.

Análise do resumo: Os autores trazem no resumo uma pergunta: Como os docentes vêm construindo sua identidade dentro da Educação Superior? e isso culmina no objetivo que vem em seguida apresentado: Compreender como os docentes com deficiência vêm produzindo sua identidade profissional no ensino superior. Para responder aos objetivos, elencam dois tópicos: analisar programas de formação inicial e questões políticas que influenciam na produção das identidades dos docentes. Sobre a metodologia, afirmam que será um estudo qualitativo discutindo a experiência da construção da identidade de um professor. Não apresentam se há um teórico a ser utilizado e apresentam um breve resultado encontrado.

Entrevista (5) Título: Pessoas com deficiência trabalhando como docentes na Educação Superior.

Ano: 2021

Autores(as): Nascimento *et al.*

Caracterização: Os resultados se dividem em três pontos principais: características gerais de docentes segundo a condição de pessoa com deficiência, categorias administrativas segundo a área de atuação e o trabalho na educação superior em instituições públicas e privadas, segundo áreas de atuação.

Temas Abordados: Análise de prevalência de professores com deficiência na educação superior, Áreas de atuação do docente e Diversidade e inclusão.

Análise do resumo: O objetivo principal da pesquisa era identificar a presença de docentes com deficiência nas instituições de ensino superior do Brasil em 2018 e entender como eles estão distribuídos em termos de tipos de deficiência e áreas de atuação. Os dados utilizados na pesquisa foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A pesquisa encontrou que a prevalência de docentes com deficiência no ensino superior brasileiro em 2018 era de 0,5%, o que representa 1731 docentes com deficiência em um total de 356.272 docentes. Essa é uma informação fundamental, pois fornece uma visão geral da representação das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico.

A análise também destacou diferenças na distribuição das pessoas com deficiência em áreas de atuação. Por exemplo, a proporção de docentes com deficiência foi menor na gestão, na pós-graduação presencial e na pesquisa em instituições públicas. Por outro lado, em instituições privadas, a frequência foi maior na gestão e menor na graduação presencial, essa informação revela como estão distribuídas em diferentes funções acadêmicas e em instituições públicas e privadas. Com base nos resultados, a pesquisa concluiu que a prevalência de docentes com deficiência na educação superior é baixa, destacando a necessidade de promover uma maior inclusão dessas pessoas na academia. Além disso, observou-se que a deficiência física foi a mais comum, e a distribuição das pessoas com deficiência variou de acordo com as áreas de atuação, ressaltando a importância de políticas de inclusão específicas para cada contexto acadêmico.

Entrevista (6) Título: Estratégias de ensino de professoras com deficiência no nível superior: formando futuros profissionais.

Ano: 2013

Autores(as): Brando, Nunes e Walter

Caracterização: Participaram deste estudo quatro professores com deficiência: Cláudia, que apresentava deficiência física, 48 anos; Isa Bianca com sequelas de paralisia cerebral de 38 anos, Bethânia, com deficiência visual, 49 anos e Lúcia, com deficiência auditiva, 43 anos. O estudo foi desenvolvido em locais distintos de acordo com a disponibilidade e preferência de cada participante na maioria das vezes, no ambiente de trabalho de cada professora (Brando; Nunes; Walter, 2013, p. 40).

Temas Abordados: Análise de estratégias de ensino utilizadas por professores com deficiência, a valorização das diferenças e autonomia e recursos.

Análise do resumo: O estudo destaca a crescente produção científica sobre Educação Especial nas últimas décadas, que geralmente enfatiza o insucesso das pessoas com deficiência na educação e na sociedade. No entanto, o estudo em questão tem um foco diferente, buscando explorar o sucesso profissional de pessoas com deficiência, especificamente docentes. Quatro professoras com deficiência foram entrevistadas, e os resultados mostram que esses profissionais escolheram a carreira docente como uma maneira de compartilhar suas experiências pessoais com seus alunos. As estratégias de ensino que utilizam incluem atividades práticas, debates, recursos multimídia e leituras de textos para conectar teoria e prática.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

1.2 PANORAMA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS

Os trabalhos encontrados e analisados, nesta etapa, trazem diferentes resultados, tais como análise estatística, estudos descritivos, relatos de experiência sobre as barreiras encontradas no local de trabalho e na escolarização. Buscando compreender como se deu a trajetória e o que os tornou minoria dentro de um contexto mais amplo, e evidenciando dessa forma hipóteses que podem ter contribuído para que os professores alcançassem à docência apesar das barreiras enfrentadas.

Entende-se que esta é uma temática pouco analisada, dado o pequeno número de trabalhos localizados. Dessa forma, considera-se uma lacuna a análise das condições de trabalho com enfoque para além das condições de acessibilidade. A acessibilidade é um tópico importante a ser observado, mas também é necessário compreender quais são as atividades desempenhadas pelos professores com deficiência, se a carga horária contempla todas as atividades, a satisfação desses professores com a remuneração salarial e como o ambiente acadêmico tem se adaptado às necessidades dos professores com deficiência, em suma, as condições nas quais estão expostos, para o desenvolvimento de seu trabalho.

No que se refere à elaboração teórica, alguns trabalhos apresentam ao longo de seu desenvolvimento, bem como no tópico de discussão, outros usam com a finalidade de validar uma afirmação ou concepção.

A contextualização teórica é essencial em um trabalho acadêmico porque ajuda a estabelecer uma base sólida de conhecimento, justificar a pesquisa, identificar lacunas, construir argumentos sólidos e contribuir para o avanço do conhecimento na área de

conhecimento. Com isso elencamos quais foram os teóricos utilizados pelos autores nos trabalhos localizados:

- Orlando e Caiado: Bourdieu;
- Barbosa: Goffman e Foucault;
- Costa e Garcia: Goffman;
- Perestrello: Goffman;
- Nascimento *et al.*: não identificado;
- Brando, Nunes e Walter: Não identificado;

Em alguns trabalhos há a indicação clara de teóricos em suas análises e pressupostos, a partir da teoria, com Bourdieu, Foucault e Goffman. Outros mantêm o foco na descrição dos dados ou entrevistas, se valendo da análise de conteúdo ou apenas a descrição, a partir de eixos temáticos

O primeiro e mais recorrente teórico utilizado para embasamento dos trabalhos acadêmicos foi Erving Goffman. Ele é conhecido por suas obras, como "A Apresentação do Eu na Vida Cotidiana" (1959) e "Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada" (1981). Sua abordagem se concentra na forma como as pessoas constroem e apresentam suas identidades sociais através de interações sociais, rituais e representações simbólicas.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’. (Goffman, 2004, p. 5).

Além disso, sua análise sobre o estigma e como as pessoas lidam com a identidade deteriorada também teve um impacto significativo na sociologia e na compreensão das questões relacionadas à estigmatização e à marginalização.

Sendo utilizado amplamente para compreender também as questões de interação social, comportamento humano e construção da identidade, no caso dos trabalhos que utilizaram esse teórico trazem o recorte sobre o processo de estigmatização e marginalização que as pessoas com deficiência sofrem.

Outro teórico também utilizado nos trabalhos foi Michael Foucault. Ele nasceu em 1926 e faleceu em 1984, é amplamente reconhecido como um dos filósofos e teóricos sociais mais influentes do século XX, uma das contribuições mais significativas de Foucault é sua

análise das relações de poder e do modo como o poder opera na sociedade, desenvolveu a ideia de "dispositivos de poder" e argumentou que o poder não é uma entidade estática, mas algo que permeia todas as instituições e práticas sociais.

Enfatizou a importância do "assujeitamento", que se refere ao processo pelo qual os indivíduos são moldados e submetidos às normas e valores da sociedade em que vivem, explorou o conceito de "liberdade" entre outros conceitos. É um teórico fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder, controle social e construção da identidade (Eizirik, 2002, p. 91).

E o outro teórico levantado na análise das produções foi Pierre Bourdieu. Ele nasceu em 1930 e faleceu em 2002. Foi um sociólogo francês que compreendia que cada família transmite aos seus filhos certo capital cultural, um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (Bourdieu, 2007, p. 67-70).

Argumentou que as famílias transmitem aos seus filhos não apenas bens materiais, mas também um conjunto de recursos culturais, como conhecimento, habilidades, valores e disposições que são cruciais para o sucesso na sociedade, desenvolveu o conceito de *habitus*, que se refere ao conjunto de disposições incorporadas que orientam o comportamento e as escolhas das pessoas.

No que se refere à escolarização, argumenta que o sistema educacional muitas vezes favorece aqueles que possuem um capital cultural semelhante ao capital cultural valorizado pela instituição escolar. Ou seja, isso pode levar à reprodução das desigualdades sociais, em que aqueles que têm acesso a mais recursos culturais têm uma vantagem maior do que os que sofrem algum tipo de vulnerabilidade social.

No conjunto dos trabalhos aqui elencados, se pode indicar que em alguns há uma conceitualização teórica, na perspectiva crítica, que traz à tona qual a perspectiva filosófica desses autores, sobre o humano, a importância da escolarização e como as condições de acesso ou não podem impactar a história de vida dos sujeitos.

1.3 OBSERVAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS ENCONTRADOS

Dos seis trabalhos, cinco contavam com entrevistas com os professores com deficiência e um com foco em dados censitários do INEP, dois trabalhos são produções de um autor.

O que é comum para todos os trabalhos é a discussão sobre a escolarização das pessoas com deficiência, sua trajetória e inclusão, cada trabalho, seja dissertação ou artigo, se propõe

focalizar outros aspectos como o mundo do trabalho, práticas docentes, representatividade e de direitos, que por fim se complementam já que eles concluem a necessidade de avanço sobre a temática.

Cabe ressaltar que não houve a restrição temporal dos trabalhos, o que nos leva a compreensão de que a pouca produção referente a temática, vem sendo mais discutida nos últimos anos.

A exemplo, Orlando e Caiado indica que no período de 2000 a 2010 realizou uma leitura de 9.634 trabalhos no banco de teses e dissertações e que após a leitura dos títulos e resumos apenas um era voltado pela temática que coincidentemente é o trabalho de Barbosa (2009), ressaltam que durante a busca verificou-se uma escassez de trabalho sobre a temática (Orlando; Caiado, 2014, p. 816).

Os estudos apontam para a análise das trajetórias dos participantes e suas respectivas identidades docentes, deixando uma lacuna no que se refere às condições com que o trabalho se desenvolve e quais as medidas adotadas pelas instituições sobre a acessibilidade e permanência dos docentes com deficiência. Não foram discutidos os impactos que um ambiente pode ter sobre a prática e nem sobre a jornada de trabalho, que é composta por diferentes atividades, ensino, pesquisa, extensão e trabalhos administrativos.

Dados esses excertos, compreende-se que cada trabalho atingiu seu objetivo uns com maior e outros com menor profundidade e por ser uma temática recente necessita de maiores investigações.

Assim, de modo geral, a presente dissertação se organizou da seguinte maneira:

No capítulo 2: O trabalho docente na Educação Superior.

No capítulo 3: Método

No capítulo 4: Docente universitário com deficiência e rotina de trabalho

No capítulo 5: Participação familiar

No capítulo 6: Jornada docente: percepções, desafios e satisfação

No capítulo 7: Considerações finais

2 O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No marxismo, o trabalho representa, primordialmente, o que nos distingue das demais espécies; por meio dele, transformamos a natureza e organizamos nossas sociedades. Em sua obra 'A Dialética da Natureza', Engels argumenta que ao ampliarmos nosso horizonte visual, contribuímos para o fortalecimento dos laços sociais e com isso o processo laboral tem seu início com o aprimoramento das habilidades manuais e a produção de ferramentas (Engels, 2020, p. 343-344).

O trabalho se inicia pela transformação, aquilo que antes só fazia parte do nosso meio passa a ter uma função, com elas produzimos sentidos e nos alteramos, com isso:

[...] a mudança da natureza pelo ser humano, e não só a natureza como tal, é o fundamento mais essencial e mais imediato do pensamento humano, e a inteligência do ser humano cresceu na mesma proporção em que aprendeu a modificar a natureza. [...] o ser humano retroage a natureza, modificando-a, criando novas condições de existência. (Engels, 2020, p. 128).

Sendo assim, com o tempo as formas de organização nos levaram ao que hoje temos enquanto estrutura, o capitalismo, e esse se caracteriza pela: 1) A produção e seu controle; 2) A produção e seu consumo; 3) A produção e a circulação - tanto interna como internacional - dos produtos (Meszáros, 2007, p. 56).

Tudo acabou por se tornar algo muito menos rudimentar do que o simples fortalecimento de laços sociais, tomou grandes proporções e aumentou tudo de forma vertiginosa, se antes era o que nos tornava diferente de outras espécies, hoje não só criou diferenças como também nos trouxe intermináveis crises. O trabalho nesses aspectos se tornou algo inerente a nossa sociedade, sendo ele, manual ou intelectual, produtivo ou improdutivo, todos eles são partes de um mesmo corpo:

[...] o trabalho não pode ser considerado isoladamente, pois sua produção não é individualizada, sua condição é coletiva [...] ao mesmo tempo em que o trabalhador é produtor, é também potencial consumidor, tornando-se alienado de sua condição humana sob o fetiche do capital, mediado pelo fetiche da mercadoria (Silva Júnior; Pimenta, 2014, p. 33).

O capitalismo impôs novas camadas de complexidade em relação ao trabalho e à docência nesse emaranhado torna-se um desses mecanismos que podem transmitir valores que assegurem esse modo de produção. Meszáros (2007) apresenta em sua “O desafio e o fardo do tempo histórico” que “[...] Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e

por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (Mészáros, 2007, p. 206-207).

O autor, acima citado, argumenta que atualmente a educação tem como objetivo promover a conformidade e o consenso, exigindo uma aceitação ativa que resulta em princípios reprodutivos que acabam por se consolidar como dominantes. Em outras palavras, é uma imposição da perspectiva global da sociedade mercantilizada, que coloca limites inquestionáveis às aspirações individuais.

Ou seja, a realidade posta não é escolhida pelo sujeito, já que a estrutura o insere em uma condição de conformidade, em que, as estratégias colocadas serão sempre a de desvantagem para o trabalhador assalariado. Torna-se necessário para este trabalho compreender como se deu a Educação Superior no Brasil, sua origem e os valores carregados pelas instituições durante a sua criação.

Retomaremos agora a discussão sobre como se deu o surgimento da educação superior no Brasil e suas diferentes fases de implementação.

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR – SURGIMENTO

Os cursos superiores começaram a ser implementados no Brasil em 1808 com a chegada de D. João VI após a independência, por decreto de D. Pedro I de 11 de agosto de 1827, foram criados os Cursos de Direito de São Paulo e de Olinda, com isso, os cursos criados por D. João VI e às duas mencionadas faculdades se resume o Ensino Superior no Brasil até o final do Império, e compartilham de uma característica em comum, trata-se de cursos ou faculdades isoladas que são mantidos pelo Estado (Saviani, 2010, p. 5). E com o decorrer histórico foram surgindo outros marcos e características:

[...] ganhou força o movimento pela desoficialização do ensino, que era uma bandeira dos positivistas, e pela defesa da liberdade do ensino, uma bandeira dos liberais, à qual se associou o ‘ensino livre’, proclamado no decreto da chamada Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Com o advento da República, sob influência do positivismo essa tendência foi ganhando espaço, o que se evidenciou na visão mais radical como a de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, cuja Constituição suprimiu o ensino oficial decretando a liberdade das profissões. E mesmo o governo, ainda que sob a influência mais moderada de Benjamin Constant, não deixou de advogar as faculdades livres. Vemos assim que nas primeiras décadas republicanas arrefeceu-se a iniciativa oficial e surgiram faculdades e esboços de universidades no âmbito particular. Uma delas foi a Universidade do Paraná que, fundada em 1912, iniciou seus cursos em 1913 e em 1920, por indução do governo federal, foi desativada e passou a funcionar na forma de faculdades isoladas (Direito e Engenharia, reconhecidas em 1920 e Medicina, reconhecida em 1922) até ser reconstituída

em 1946 e federalizada em 1951, dando origem à atual Universidade Federal do Paraná. (Saviani, 2010, p. 6).

Outro período marcante para a Educação Superior foi o de 1964, em que o Brasil passava pelo período da ditadura militar, período que culminou em diversas manifestações e reivindicações de professores e alunos para que houvesse alterações no formato da Educação Superior. Como a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra que foi substituída pelo departamento, elegendo a instituição universitária como forma preferencial de organização da Educação Superior e consagrando a autonomia universitária cujas características e atribuições foram definidas e especificadas (Saviani, 2010, p. 9).

A partir de 1980 começou a se manifestar uma tendência a alterar esse modelo, operando-se um deslocamento no padrão de Educação Superior no Brasil. Esse deslocamento tem origem na distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino. Introduzido em 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior foi criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel.

É o decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997 que regulamenta o sistema federal de ensino em consonância com a nova LDB, que introduz, na classificação acadêmica das instituições de Educação Superior, há a distinção entre universidades e centros universitários:

[...] os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa para viabilizar a expansão, e, por consequência, a ‘democratização’ da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as universidades de pesquisa que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista. Por esse caminho o modelo napoleônico, que marcou fortemente a organização da universidade no Brasil, vem sendo reajustado pela incorporação de elementos do modelo anglo-saxônico em sua versão norte-americana. Nesse modelo a prevalência da sociedade civil e seja um maior estreitamento dos laços da universidade com as demandas do mercado. (Saviani, 2010, p. 11).

Dessa forma, o estreitamento e a prevalência de um modelo elitista se aproxima com a intenção de servir a interesses mercadológicos, e a Educação Superior vai se direcionando para uma dinâmica que perpetua e incentiva responder aos interesses das classes dominantes.

Porém, atualmente, ainda vivemos a Educação Superior como um espaço de privilégio, que se mostra muito mais assertivo as camadas mais ricas e segregativas no que se refere às camadas mais pobres, devido a seu processo histórico e as tendências capitalistas que conservam aspectos hegemônicos.

[...] no Brasil ainda necessita de ser ampliado no intuito de garantir que toda população possa ter o direito de ingressar e dar continuidade nos estudos, que até então é para poucos. Os governantes até esse momento não têm manifestado com o devido cuidado a educação, e com isso, as camadas mais populares que mais precisam ter acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, estão à mercê da própria sorte, assim aqueles que dispor de alguma condição econômica que suportar o ingresso numa universidade privada tenta driblar as condições desfavoráveis e conquistam a tão sonhada educação em nível superior. (Maria; Peres, 2021, p. 42).

Dessa forma, a educação pública, incluindo a superior, perpetua entre as camadas mais pobres uma disputa, em que a meritocracia decide quem vai e quem fica, não muito diferente do que já ocorreu no nosso processo histórico anterior. E os que minimamente contam com alguma renda conseguem acessar a educação superior por meio das universidades privadas. Essa realidade expressa a singularidade de que as pessoas com deficiência pertencentes às classes trabalhadoras vão também ser parte de uma exceção, devido a seus marcadores sociais.

A universidade pública ainda se encontra muito distante de quem ela deveria ser mais próxima, e isso de certa forma se torna até contraditório se pensarmos nas diversas medidas tomadas para o seu acesso, mas há uma lógica que prevalece apesar de todos os esforços.

[...] entende-se que, historicamente, a educação no Brasil não se configurou de modo unitário, ou seja, os filhos classe trabalhadora e das classes dominantes e abastadas não recebem as mesmas condições de acesso às políticas educacionais. Porquanto, afirmar que através do ENEM todos terão as mesmas condições de entrada no ensino superior é improcedente. Melhores condições serão ofertadas a partir do momento em que as políticas educacionais como um todo sejam pautadas no princípio da igualdade, no qual a oferta dos serviços não será mais distinta para os filhos da classe trabalhadora e para os filhos das camadas enriquecidas. (Leôncio; Velasco, 2018, p. 138).

Afirmar que a educação é um direito de todos é ainda uma questão muito distante da realidade, a garantia de direitos não é suficiente dentro de uma realidade tão ampla e diversa como a do Brasil, nosso país que ainda vive uma realidade em que a concentração de renda é crucial para a sua progressão educacional, a educação superior é excludente porque é elitizada.

2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Podemos observar nas instituições de Educação Superior brasileiras que há uma crescente configuração do trabalho docente como um trabalho empresarial, o que descaracteriza tanto as condições de trabalho quanto colocam a pesquisa diante de interesses econômicos. Se antes o professor pesquisador tinha autonomia para a realização das suas atividades ele passa a uma burocratização da pesquisa e um aumento de financiamento a pesquisas de interesse mercadológico (Lemos, 2011, p. 105-120).

O que temos hoje na Educação Superior é um modelo que exalta a produtividade, mercantilização do ensino e crescente intensificação do processo de trabalho do professor universitário. O modelo de Educação Superior é resultado de um processo que vem sendo implementado a anos, no qual se baseou na rápida abertura econômica, que fez com que se criasse um pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador.

Silva Júnior e Sguissardi (2013) discutem que ao longo da década de 90 houveram uma série de transformações econômicas e políticas que trouxeram consequências importantes para as instituições públicas como: a) a pesquisa passa a seguir nova diretriz orientada para o atendimento da demanda econômica crescente de valorização do capital; b) os diversos segmentos de trabalhadores são preparados técnica e socialmente por meio de programas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Junto com essa crescente veio também a necessidade de ampliar o número de mestres e doutores que até então existia, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 cada instituição de ensino federal deveriam contratar um terço de doutores ou mestres em regime de dedicação integral para realizar pesquisa, com isso:

[...] haveria a necessidade de formação de pesquisadores e da criação de um sistema de pós-graduação mais produtivo, regulado e flexível, para orientar e reorientar suas pesquisas, cuja responsabilidade de controlar e regular seria atribuída à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (Silva Junior; Sguissardi, 2013, p. 127).

Com a então necessidade de ampliação de mestres e doutores haveriam também revogadas novas condições de trabalho a esses professores, as mudanças foram a redução no tempo de pesquisa, obrigatoriedade de se produzir e publicar uma média anual de artigos científicos em periódicos classificados por essa agência, consolidando um produtivismo acadêmico que atualmente é um pilar da nova cultura universitária (Silva Junior; Sguissardi, 2013, p. 128).

Esse novo reordenamento gera uma produção científica pautada apenas em interesses econômicos, que atendem as necessidades do mercado e não a produção de emancipação do conhecimento, se torna apenas um interesse econômico globalizante priorizando projetos de inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias que agregassem valor aos produtos e processos e beneficiam desta maneira os interesses econômicos privados (Silva Junior; Sguissardi, 2013, p. 128).

E esse reordenamento não se importa com a carga horária para a realização dessas atividades, que é de 40 horas semanais, além dessas atividades, há também tarefas administrativas. Com isso, iremos trazer as diretrizes de trabalho para professores que são servidores públicos em instituições de Educação Superior públicas e discutir as suas disposições.

Dessa forma, é importante discutir as diretrizes de trabalho, pois, a base delas compõe, também, as condições laborais dos docentes. Inicialmente, os professores de instituições públicas passam por um concurso público para, então, serem nomeados.

2.3 DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO DOCENTE COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A primeira lei selecionada para a discussão foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015. Essa lei discute a garantia do trabalho como direito das pessoas com deficiência, e selecionamos os artigos a seguir que falam especificamente do trabalho:

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. § 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor. § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena. § 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados. § 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação. Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho. (Brasil, 2015).

Neste contexto, a Lei Brasileira de Inclusão, aborda a igualdade de oportunidades no trabalho para pessoas com deficiência. Pressupõe que deve existir o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, bem como, ambientes inclusivos, remuneração igualitária para trabalho de igual valor e proíbe a discriminação durante etapas de recrutamento.

A LBI coloca a possibilidade da oferta de oportunidades de emprego acessíveis, propõe direitos à formação, desenvolvimento de carreira, promoções e incentivos profissionais,

para buscar equiparar o direito ao trabalho, estabelecendo que o trabalho seja um direito igualmente disponível para todos, assegurando que pessoas com deficiência desfrutem dos mesmos direitos que as pessoas sem deficiência.

Apesar dos esforços para reconhecer e legitimar as pessoas com deficiência no ambiente de trabalho é necessário mais do que o respaldo legal, é necessário se criar incentivos para que isso se estabeleça de forma efetiva.

Alguns movimentos foram importantes para a conquista de direitos desta população. Se destaca aqui, a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pela ONU, em 1975,

A inclusão, nesse sentido, refere-se à garantia de direitos e remete a uma mudança social acerca do manejo com as necessidades especiais de cada pessoa, pode-se colocar que essa perspectiva vai se intensificando a partir da década de setenta e permanece até os dias de hoje. (Paiva; Bendassolli, 2017, p. 420).

Pode-se afirmar que a LBI discute a garantia dos direitos desta população, ao estabelecer requisitos a serem cumpridos por meio de seu ingresso no mercado de trabalho. Se concentram em discutir direitos relacionados ao trabalho para pessoas com deficiência e o acesso a ambientes de trabalho inclusivos e acessíveis. Cabe questionarmos, como se efetiva o cotidiano desses trabalhadores.

Outras legislações que se relacionam com a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, serão apresentados no quadro a seguir, quadro 4.

Quadro 4 - Leis e decretos sobre pessoas com deficiência e o direito ao trabalho

Ano e Lei/ Decreto	Ementa	Governo atuante	
1989 - 7.853/89	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.	José Sarney	
1990 - 8.112	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	José Sarney	
1999 - 3.298/99	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	Fernando Cardoso	Henrique
2000 - 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	Fernando Cardoso	Henrique

2002 - 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	Fernando Cardoso	Henrique
---------------	---	---------------------	----------

Fonte: Elaboração própria (2024)

De acordo com o quadro apresentado anteriormente, traremos alguns destaques, sendo o primeiro deles a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Ela assegura que:

[...] às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 1989).

Como pudemos observar no quadro acima a legislação brasileira coloca o trabalho como um direito básico, ou seja, fundamental que implica no reconhecimento de que essa condição não foi garantida dado um momento histórico, mas que passou a ser reconhecida como uma necessidade e a ser garantida, essa lei pode ser vista como uma busca da promoção do bem-estar coletivo das pessoas com deficiência.

Afirmado essa garantia, o que entra em pauta são as medidas a serem feitas para que esse direito fundamental seja concretizado. A seguir, temos, nessa mesma lei a seguinte colocação:

Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no caput deste artigo. (Brasil, 1999).

Lembrando que o capítulo cinco desta lei prevê que há uma reserva de vagas para as pessoas com deficiência, tanto em órgãos públicos como privados. Destacamos que a aplicação de leis e decretos acontecem de maneira distinta para os setores. O público estabelece um percentual fixo de 5% de reserva das vagas disponibilizadas por meio de concursos públicos. No setor privado há uma oscilação de reserva entre 2% e 5%, ambas possuem fiscalização do Ministério Público do Trabalho (Lorenzo, 2016, p. 49).

Pensando no nosso objeto de estudo, os professores com deficiência podem ser quantificados se tivermos contato com os dados estatísticos disponibilizados pelas instituições de Educação Superior, podemos citar o como exemplo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). E complementar a essa lei temos também a Lei 8.112 que:

[...]§ 2o Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (Brasil, 1990).

A lei 8.112 de 1990 acaba por coincidir com o período de uma série de transformações econômicas e políticas com consequências para as instituições republicanas, em especial a universitária, que destacamos anteriormente. Com a ampliação numérica de mestres e doutores, as pessoas com deficiência também são incluídas nesse novo pacto produtivista das universidades públicas. Mas, cabe questionar aqui, se o número de pessoas com deficiência que alcançam este patamar de formação é significativo.

No início dos anos 2000 a lei 10.098, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. (Brasil, 2000).

Essa lei coloca em foco que os espaços públicos devem ser livres de qualquer tipo de barreira arquitetônica, no transporte, na comunicação e informação, as instituições federais entram dentro nessa normativa, dado que, faz parte de um espaço público. Entretanto, a aplicação dessa lei para o transporte público pode variar devido a dimensão territorial e condição econômica do país, podem ter estados com uma adaptação adequada e outros que não.

Assim, para conseguir acessibilidade plena em qualquer espaço e serviço, em especial ao transporte público, é necessário que sejam expandidas as atenções do planejamento para as diferenças físicas, sensoriais e mentais da população, abandonando o pragmatismo de que basta o atendimento das necessidades do homem padrão ou de pequenas parcelas da sociedade que possuem algum tipo de deficiência. (Rabelo, 2008, p. 20).

Mesmo que não especificado nesse trecho, não apenas o transporte deve ser adaptado como o que o antecede, ou seja, para que a pessoa tenha acesso ao transporte público tem que haver alterações nos espaços urbanos, construção de rampas e esquinas, calçadas transitáveis, adequação de pontos e paradas e terminais, instalação de plataforma elevatória veicular e adequação do arranjo interno dos veículos, além de instrução sonora.

A lei também abarca a acessibilidade no que diz respeito ao recebimento de informação e comunicação, tanto em sistemas de comunicação e informação, isso implicaria nas tecnologias móveis e de informação, como sites de compra e ao acesso a mídias impressas e digitais, tudo que de certa forma vincula informação.

Com isso, é importante ressaltar que tal efetivação garante às pessoas com deficiência melhores condições de trabalho, mas que mesmo estabelecidas essas normas é necessário para além de uma supervisão e sua aplicação que passem por uma constante revisão já que as necessidades podem se alterar de acordo com o processo histórico, o que antes não era uma necessidade passa a ser.

Para continuar a nossa discussão sobre o direito das pessoas com deficiência e a interface com a docência na Educação Superior, iremos destacar normativas específicas para os professores com deficiência servidores públicos em instituições federais e estaduais.

2.4 REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: ESTADO DE SÃO PAULO

O docente com e sem deficiência, no serviço público federal, se torna um funcionário público, uma das leis que regulamentam o trabalho docente especificamente nas instituições federais é a lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais prevê que:

[...] Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei. (Brasil, 1990).

A lei denomina o professor como um servidor, tendo ele um conjunto de atribuições e responsabilidades para com o seu trabalho, afirmam que essa modalidade de trabalho é acessível a todos os brasileiros e que os mesmos são pagos por meio dos cofres públicos.

Porém, ao afirmar que é um trabalho acessível, percebe-se que essa acessibilidade tem mais relação com a forma que esses cargos são disponibilizados do que com a sua aplicação ou com o público que ele deveria atender de forma acessível.

E com isso, temos dois fenômenos que se atrelam a educação e o trabalho, sendo codependentes, a universalização do trabalho como atividade humana auto realizadora, não é

viável sem se pensar a educação. Mas por meio do trabalho “[...] é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e por conseguinte, de toda a nossa maneira de ser” (Mészáros, 2007, p. 217).

Adentrando as diretrizes apresentaremos agora as disposições dadas para o trabalho docente na esfera pública federal.

Sobre a nomeação:

I - Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira; II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos. [...] Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade. (Brasil, 1990).

Do Concurso Público:

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas. [...] Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período. 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação. 2 Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado. (Brasil, 1990).

Da posse ao exercício:

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I - assiduidade; II - disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV - produtividade; V- responsabilidade. [...] 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo. (Brasil, 1990).

Da Estabilidade:

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. (Brasil, 1990).

Essas diretrizes fixam quais são as obrigações dos docentes, como ela se estrutura, bem como, suas etapas e regulamentos colocados pelo respectivo edital, o professor, com e sem deficiência, ao prestar o concurso para docência na Educação Superior deve passar por algumas etapas até a sua efetiva contratação. Primeiramente prestar a prova e as demais etapas exigidas neste momento, conforme fixado no edital do respectivo concurso. Caso ele passe por todas as etapas, é nomeado, ocorrerá o período de estágio probatório que tem a duração de 24 meses. Após seu término serão avaliados a partir de um júri, para verificar a sua assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, o que reforça a característica produtivista do trabalho docente na educação superior.

Outro aspecto citado na legislação é o plano de carreira, que é instituído pela lei nº 12.772/2012, com a intenção de “reestruturar” a carreira docente:

Trata da questão salarial que sofreu um grande achatamento, os professores que optam pelo regime de 40 horas ganham somente 52,5% a mais do que aqueles que trabalham 20 horas. A lógica é que ganhassem o dobro. O mesmo ocorre em relação aos professores que ingressam na carreira no regime de dedicação exclusiva e recebem apenas 54,2% a mais do que aqueles que têm 40 horas de trabalho. A Retribuição de Titulação (RT) deixou de ter seu quantitativo vinculado ao Vencimento Básico (VB), sendo estipulado um valor para cada título (mestrado e doutorado) arbitrariamente. (Maués; Souza, 2016, p. 77).

Com o passar do tempo houve também um avanço na precarização, quando se estabelece a lei nº 13.243/2016 que é uma atualização da lei 10.973/2004, permitindo a maior privatização das instituições públicas, a ampliação da carga horária docente para os professores de dedicação exclusiva, a fim de que estes se dediquem a pesquisas privadas, recebendo uma remuneração e estimula a transformação do professor em captador de recursos para a instituição (Maués; Souza, 2016, p. 78).

Ou seja, o plano de carreira vem a endossar e contribuir para o avanço da privatização da Educação Superior pública, além de criar mecanismos de incentivo à produtividade e precarização do trabalho.

Discutidos algumas diretrizes do trabalho de professores que atuam na Educação Superior, no âmbito federal, passaremos agora para a caracterização sobre dos arranjos institucionais para os docentes que atuam na esfera estadual, em específico no estado de São

Paulo. Cabe destacar que não compartilham das mesmas características e se tem o objetivo aqui de estabelecer um paralelo entre essas duas esferas administrativas, sobretudo pelo fato de um dos participantes desta pesquisa atua na Educação Superior do Estado de São Paulo.

2.5 DIRETRIZES DO TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo seletivo para interessados na docência em universidades paulistas, segue o mesmo modelo que o de professores da rede federal, no que se refere ao processo seletivo, prova de títulos e prova didática. Após isso, os professores efetivados serão avaliados anualmente por meio de um relatório de atividades docentes.

Sobre a carreira docente, na esfera estadual, há três modalidades: I - Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP); II - Regime de Turno Completo (RTC); III - Regime de Tempo Parcial (RTP).

Aprofundaremos especificamente na modalidade de dedicação integral à docência e pesquisa, que é a modalidade em que os participantes desta pesquisa trabalham, segundo as resoluções da instituição o RIDIP é:

[...] Art. 2º O RDIDP é um regime especial de trabalho que visa a contribuir para a qualificação e a capacitação docente, a qualidade de ensino, a realização de pesquisa científica e tecnológica e a extensão de serviços à sociedade, bem como para o desenvolvimento de atividades relativas à gestão da Universidade. [...] Art. 4º O docente em RDIDP obriga-se, na UNESP, a quarenta horas semanais de trabalho, durante as quais desenvolverá atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão, bem como de prestação de serviços relacionados a essas atividades. (Cortina *et al.*, 2017, p. 5).

Nesse trecho observamos o que contempla o RIDIP, os preceitos e atividades que o docente irá desempenhar dentro da carga horária de 40 horas semanais. E para avaliar as suas atividades os professores devem também elaborar um relatório anual para o seu departamento que compunha todas as atividades desenvolvidas:

Seção III Dos relatórios Art. 10 - Os docentes confirmados no RDIDP deverão continuar apresentando relatório anual ao seu Departamento que o analisará e emitirá parecer circunstanciado. §1º - Ao final do terceiro ano o docente acrescentará ao relatório anual uma análise sucinta das atividades desenvolvidas, bem como uma Proposta de Atividades para o próximo triênio. (Cortina *et al.*, 2017, p. 15).

No documento sobre a Legislação Vigente Associado ao Trabalho Docente, elaborado pela própria instituição consta um apanhado de atividades que deverão ser cumpridas, os prazos,

sobre o período de estágio probatório, a quem devem prestar contas e sobre os requisitos necessários para a livre docência, bem como as portarias e resoluções.

Sobre as atividades de pesquisa que são obrigatórias ao professor na modalidade RIDIP os deveres são:

[...] é um regime especial de trabalho que visa contribuir para a qualificação e a capacitação do Pesquisador, a realização de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, bem como ministrar disciplinas no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* e oferecer treinamentos nas áreas de seu domínio técnico científico. Artigo 3º - O Pesquisador obriga-se a manter vínculo empregatício exclusivo, com atividade permanente na Unidade em que está lotado, vedado o exercício de qualquer atividade profissional fora do âmbito. Artigo 4º - Obrigatoriamente deverá se vincular como orientador permanente a um programa de Pós-graduação *stricto sensu*. Artigo 5º - O Pesquisador obrigase, a quarenta horas semanais de trabalho, durante as quais desenvolverá atividades de pesquisa e de ensino, sendo as de ensino, em nível de Pós-graduação *stricto sensu*. § 1º - O Pesquisador desenvolverá suas atividades junto às Unidades Universitárias, Unidades Complementares ou Câmpus Experimentais que promovam atividades de pesquisa; § 2º - Serão atribuídas atividades didáticas ao Pesquisador quando estas forem destinadas a implementar programas de treinamento técnico científico voltados à pesquisa. (Cortina *et al.*, 2017, p. 40).

Para a atuação na pesquisa há uma ramificação em duas frentes, quais sejam, a primeira o professor deve estar obrigatoriamente associado a um programa de pós-graduação, deve desenvolver disciplinas nos programas de pós-graduação, bem como, oferecer treinamentos nas áreas de domínio científico. O segundo se associa ao desenvolvimento contínuo de pesquisas dentro da sua área de atuação. Tudo isso deverá ser contemplado dentro das 40 horas de trabalho semanais, considerando que essas atividades fazem parte da frente de pesquisa, ou seja, ainda irá contabilizar dentro dessa carga horária as atividades de ensino, extensão e gestão.

Sobre os direitos assegurados, há o estabelecimento de afastamento (salvo que isso não vale a professores substitutos), licença gestante, licença tratamento de saúde, licença para tratar de interesses particulares, licença paternidade, licença por motivo de doença em pessoa da família e licença prêmio. Tudo isso é estabelecido segundo os critérios da instituição concomitantemente com a coordenadoria de gestão de pessoas.

De forma geral, as diferenças e aproximações, entre a esfera federal e estadual está na forma das quais elas se organizam, algumas diretrizes especificam e estabelecem normativas para aquele regime de trabalho, porém, nas duas é possível observar que as atribuições de trabalho são as mesmas, bem como, é observável as atribuições dentro da carga horária de 40 horas semanais.

Essa condição entre o trabalho executado e o trabalho reconhecido, acarreta também uma ausência de tempo para planejamento desse docente, deixando em aberto como se dará a realização de todas as atividades, ele terá que se organizar para essas atividades.

O trabalho docente na Educação Superior vem adquirindo, com o avanço da privatização uma característica cada vez mais setorial, se assemelhando a uma espécie de empresa do conhecimento, na qual:

A produção de conhecimento — consubstancial à ideia de universidade desde seus primórdios — tende a ser substituída pela administração de dados e informações com vistas ao imediato assessoramento ao mercado, o que impõe inegável perda da autonomia que esta instituição deve ter em relação às pressões do mundo empresarial, da capacidade de reflexão e crítica, característica também histórica da universidade. (Silva Junior; Sguissardi, 2013, p. 105).

Um exemplo que colabora para essa divisão, são os sistemas de setorização entre departamentos, não há uma relação unificada, cada departamento é independente do outro mesmo que seja da mesma área de conhecimento (humanas, biológicas ou exatas) o que torna cada vez mais difícil trabalhos interdisciplinares e o compartilhamento de conhecimentos, o espaço acadêmico vem cada vez mais focando em produções das suas próprias descobertas individuais e se distanciando do coletivo.

E isso gera perda da capacidade de reflexão crítica, é um dos aspectos gerados pela sobrecarga de trabalho e que vem sendo intencionalmente sendo colocada nas instituições públicas, já que é uma das principais instituidoras das relações sociais, do associativismo em sindicatos e partidos políticos, portanto, um valor muito forte na cultura em geral, do que resultam políticas públicas voltadas para as demandas sociais, particularmente para a esfera educacional (Silva Junior; Sguissardi, 2013, p. 97).

Dessa forma, as diversas reformas que vêm ocorrendo no decorrer dos anos sustentam uma perda na qualidade do trabalho, uma abertura neoliberal que conseqüentemente vem a dissolver a autonomia universitária.

Tanto na esfera estadual e federal, observa-se que a quantidade de horas de trabalho é igual, bem como, as atividades a serem desenvolvidas, a única diferença se encontra na forma com que se organizam. Dado esse contexto, iremos prosseguir a nossa reflexão, com destaque para a possibilidade destas medidas impactarem as condições de trabalho de docentes com deficiência que atuam na Educação Superior brasileira.

2.6 O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - O APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Os núcleos de acessibilidade na Educação Superior pública têm como objetivo promover a acessibilidade em três dimensões: arquitetônica, tecnológica e atitudinal. Esses núcleos se fundamentam na premissa do desenvolvimento de políticas institucionais que visam alcançar o pleno desenvolvimento acadêmico.

A partir do programa Incluir, instituído pelo governo federal em 2005, foram estabelecidos incentivos fiscais para a implementação dos recursos necessários para a inclusão por meio de licitações. A proposta orçamentária destinada a cada universidade é calculada com base no número total de matrículas, garantindo a dotação de recursos anuais no orçamento das instituições para promover a acessibilidade. Para consolidar ações nessa linha, o Ministério da Educação tornou público o "Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Viver sem Limites" em 2011, que inclui, entre outras medidas, o apoio à expansão e ao fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), beneficiados pelo Programa Incluir (Ciantelli; Leite, 2016, p. 417).

Essa medida deveria marcar uma nova realidade para os alunos com deficiência que vem a ingressar na universidade pública, e, portanto, promove uma maior visibilidade sobre as necessidades que as pessoas com deficiência necessitam para o seu pleno desenvolvimento acadêmico.

A proposta dos Núcleos de Acessibilidade, para as universidades federais, apresenta como limite, o fato de não ter a obrigatoriedade de atender às demandas dos professores com deficiência, devido a um recorte específico de público. Daí surge a necessidade de uma ampliação para abranger também as demandas dos professores. Para que isso ocorra, é essencial um redesenho institucional que una esforços entre as diversas instituições, incluindo medidas obrigatórias para os professores com deficiência na Educação Superior. O pleno desenvolvimento acadêmico só pode ser alcançado por meio de condições que considerem de forma abrangente as diversas necessidades das pessoas com deficiência, sejam elas discentes ou docentes.

É possível considerar que a falta de medidas específicas para os professores pode contribuir para a precarização do trabalho docente. As medidas discutidas anteriormente, no tópico sobre as diretrizes para atuação docente na Educação Superior pública brasileira, estão principalmente relacionadas à contratação e efetivação, as leis e diretrizes não direcionam esforços financeiros e ações específicas para a garantia de direitos do docente. Focam nas

responsabilidades e deveres dos servidores públicos, na eliminação de barreiras para o acesso, mas não detalham quais devem ser as obrigações institucionais no que diz respeito aos direitos dos professores com deficiência.

As demandas sobre o trabalho docente são diversas e a precarização se inicia quando o emprego de responsabilidades é muito maior do que a de condições compatíveis para um trabalho digno e que priorize a construção de conhecimentos, o que temos no modelo atual é uma cobrança por desempenho e cada vez mais baixo investimento com foco na qualidade do trabalho e do ensino.

Com esses excertos, fica explicitado que nessas condições há também negligências no que se refere a permanência dos professores com deficiência, que dependem diretamente de ambientes acessíveis, e isso se torna difícil de ser estabelecido sem recursos financeiros e diretrizes específicas.

A complexidade da nossa estrutura nos coloca diante de diversas contradições e nenhuma resolução é abrupta o suficiente para que isso seja resolvido, resistir ao capitalismo sempre foi um movimento central do movimento operário que se confrontaram com as depredações causadas pelo capital, se quisermos alterar a lógica do trabalho docente teremos que considerar a necessidade de ruptura com as iniciativas privadas quem vem cada vez mais ditando a forma com que o trabalho docente deve ser feito.

Ao adotar uma abordagem coletiva no trabalho docente, a identificação e compartilhamento das necessidades dos professores, incluindo aqueles com deficiência, seriam facilitados. Delimitar as discussões sobre as condições de acesso e permanência, é crucial questionar e refletir sobre o acesso a quê e em que condições.

O acesso pode se referir a diversos aspectos, como acesso a recursos educacionais, suporte técnico, capacitação, oportunidades de desenvolvimento profissional, acessibilidade física e digital, participação em decisões educacionais, entre outros. Já as condições podem envolver aspectos como ambiente de trabalho seguro, inclusivo e adaptado, políticas de inclusão eficazes, apoio adequado para as necessidades individuais, e um ambiente que promova a igualdade de oportunidades.

A denominada e propagada inclusão, dita dentro do sistema capitalista, vende a vaga sensação de bem-estar, mas a mesma não explicita em quais condições e nem que o objetivo final é somente o enriquecimento, mais do que pensar nesses aspectos é pensar o que representa o acesso e permanência nesse contexto. Com isso, a luta por um trabalho digno passa pelo enfraquecimento de medidas neoliberais que estão presentes na nossa estrutura, lutar pelos direitos também deve ser a luta contra o capitalismo.

3 MÉTODO

Utilizaremos como aporte teórico o materialismo histórico-dialético, considerando os aspectos de análise que essa teoria se propõe, ou seja, a materialidade dos fenômenos, realidade natural e social e do pensamento, segundo Triviños (2013, p. 73):

Esses princípios básicos do marxismo devem ser contemplados com a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa para o Marxismo a matéria é o princípio primeiro da consciência é o aspecto secundário ou derivado.

Sendo a matéria para o materialismo histórico-dialético uma categoria filosófica que discute a “*Forma universal de relação do homem com o mundo*” a consciência influi sobre a realidade de forma objetiva o componente imaterial que rege as percepções e representações e a prática social toda atividade ligada a transformar a natureza e a vida social (Triviños, 2013, p. 56-64).

Apresentado o percurso metodológico inicial, o projeto tem como problema de pesquisa: Em que condições de trabalho o docente com deficiência em universidades públicas brasileiras exerce sua profissão? Tais condições de trabalho impactam em sua atuação profissional?

Nesse sentido o objetivo geral da pesquisa é: Analisar as condições de trabalho dos professores com deficiência que atuam na Educação Superior pública brasileira.

E como objetivos específicos:

1. Explorar a jornada de trabalho dos professores com deficiência.
2. Identificar como se dá a sua rotina e o desenvolvimento do seu trabalho na instituição.
3. Verificar a participação da família na trajetória do professor com deficiência.

Para isso, a presente pesquisa se dividiu nas seguintes etapas:

Etapa 1- Seleção de produções acadêmicas e políticas públicas sobre a temática. Durante essa etapa optou-se por fazer uma aproximação da temática para que se pudesse ter uma dimensão do que já havia sido discutido, foram selecionados, teses, dissertações e artigos como apresentado no capítulo introdutório.

Etapa 2 - Elaboração de questionário socioeconômico.

Etapa 3 - Elaboração do roteiro de entrevista e seleção dos participantes.

Etapa 4 - Entrevista com docentes com deficiência, em exercício.

Etapa 5 - Transcrição e definição dos eixos temáticos.

Etapa 6 - Organização dos resultados, a inferência e a interpretação.

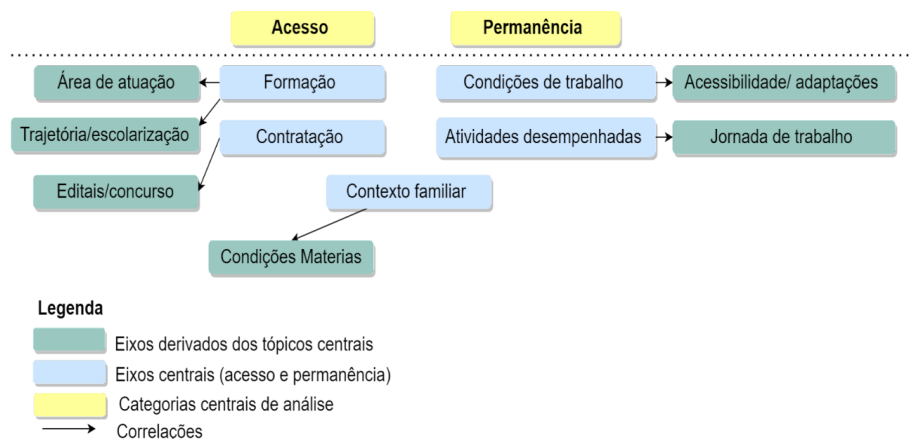
Etapa 7 - Discussão dos dados e apresentação dos resultados.

Nesse sentido, para a coleta de dados entendemos que a opção de utilizar uma entrevista semiestruturada poderia beneficiar a participação dos professores e com isso pode alcançar a liberdade e a espontaneidade necessárias para a investigação, o papel da entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (Triviños, 2013, p. 146).

Para exemplificar a escolha de tais eixos elaborou-se um fluxograma em que elencamos categorias de análise, categorias centrais e demais temas derivados como apresentado a seguir.

Figura 3 - Eixos de investigação sobre acesso, permanência e derivações



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para o questionário-sócio econômico elaboramos quatro eixos sendo eles: Perfil pessoal, Formação/nível de escolaridade, perfil familiar, atendimentos educacionais especializados recebidos durante o seu percurso de vida e com isso poder averiguar fragmentos identitários e processo de escolarização.

Sobre a construção do roteiro de entrevista estabeleceu-se inicialmente dois eixos centrais o de acesso e permanência, ou seja, como ingressaram na Educação Superior e no

questo permanência teve como foco o processo de adaptação no trabalho, acessibilidade, apoio institucional e dentro disso observou-se também como se dá sua rotina de trabalho (carga horária, desempenho de atividades administrativas, aulas dadas no semestre, participação em projetos de extensão e orientações a nível de pós-graduação).

Ficando assim subdivididos em blocos de perguntas o primeiro, sobre a formação inicial; segundo, sobre a contratação; o terceiro, condições de trabalho; quarto, para atividades desempenhadas; e quinto, e último, contexto familiar.

As entrevistas realizadas foram realizadas no período de 17 de Março de 2023 a 18 de Abril de 2023 com duração média de 2 horas, dentro desse período foram oferecidos pausas para que o participante não se sobrecarregasse com as perguntas e optou-se por ser feita de forma online ou presencial, a maioria dos entrevistados eram de outras regiões do país o que inviabilizou a possibilidade de ser feita de forma presencial, apenas uma foi feita de forma presencial e as outras por meio plataforma Meet e gravadas, todos os participantes receberam o termo de consentimento livre esclarecido e CAEE nº61129822.7.0000.5504 Número do parecer 5.878.438 para que após a aprovação pudessem ser iniciadas as entrevistas.

Sobre a seleção dos participantes, inicialmente os professores foram contatados por meio do e-mail e durante as entrevistas indicaram outros docentes que poderiam participar da pesquisa, dessa forma, foram enviados e-mails e o termo de consentimento livre e esclarecido caso aceitassem participar da pesquisa.

Crterios de Inclusão: Ser um professor com deficiência que esteja atuando na Educaão Superior, possuir acesso à internet e computadores.

Crterios de Exclusão: Não ser um professor com deficiência, não estar atuando na Educaão Superior, não possuir acesso à internet e equipamentos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram dessa pesquisa cinco docentes com deficiência, do sexo masculino, que moravam em diferentes regiões geográficas do país (norte, nordeste, centro-oeste e sudeste). Quanto à faixa etária, tinham entre 45 e 63 anos. Sobre as condições de deficiência, 3 possuem cegueira e 2 deficiência física. Foram atribuídos nomes fictícios aos docentes, com o intuito de preservar a identidade.

Participante: (1) Ricardo

Idade: 46 anos

Onde Reside: Amazonas

Deficiência: Cegueira (dada por uma doença degenerativa)

Trajetória escolar

Educação Básica: escola particular sem bolsa

Ensino Médio: escola pública

Educação Superior: Universidade pública - Curso de licenciatura plena em Educação Artística.

Trajetória Acadêmica: Mestrado e Doutorado concluídos

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Participante (2): Eric

Idade: 50 anos

Onde Reside: Interior do estado de São Paulo

Deficiência: Cegueira

Trajetória escolar

Educação Básica: escola pública

Ensino Médio: escola pública

Educação Superior: Universidade pública - Curso de licenciatura em Física

Trajetória Acadêmica: Mestrado e Doutorado concluídos

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Participante (3): Wagner

Idade: 50 anos

Onde Reside: Mato Grosso do Sul

Deficiência: Cegueira

Trajetória escolar

Educação Básica: escola pública

Ensino Médio: escola pública

Educação Superior: Universidade pública

Trajetória Acadêmica: Mestrado e Doutorado concluídos

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Participante (4): Pedro

Idade: 45 anos

Onde Reside: Salvador -Bahia

Deficiência: Deficiência física

Trajetória escolar

Educação Básica: escola particular (sem bolsa)

Ensino Médio: escola particular (sem bolsa)

Educação Superior: Universidade pública - Curso de Artes plásticas

Trajetória Acadêmica: Mestrado concluído e Doutorado incompleto (está em período de conclusão).

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Participante (5): João

Idade: 60 anos

Onde Reside: Interior do estado de São Paulo

Deficiência: Deficiência física

Trajetória escolar

Educação Básica: escola pública

Ensino Médio: escola pública

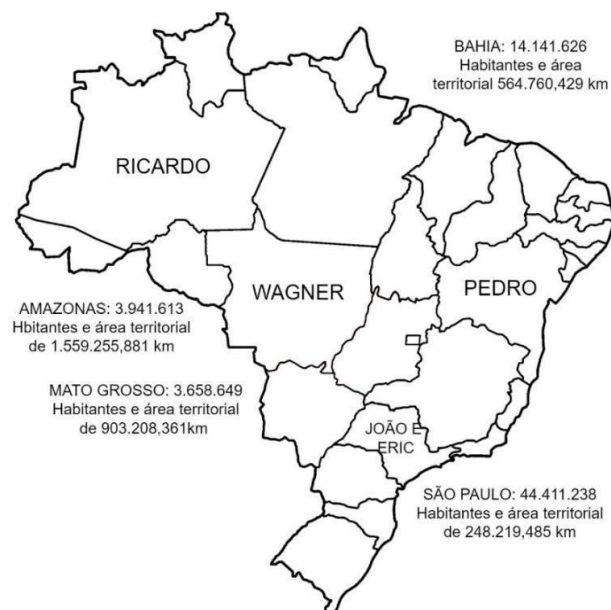
Educação Superior: Universidade particular - Curso de direito

Trajetória Acadêmica: Mestrado e Doutorado concluídos

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

3.2 REGIÕES DOS PARTICIPANTES

Figura 4 - Regiões dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2024)

Os participantes desta pesquisa atuam em diferentes estados, região sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Sendo o Amazonas o estado com maior área territorial e São Paulo a com menor área territorial, porém, com maior número de habitantes.

Segundo o instituto Semesp em sua 13a edição o número de matrículas na educação superior pública, atualmente é composta por:

- Região Sudeste detém 43,7 % das matrículas da educação superior em todo o país, sendo no estado de São Paulo 984.619 na rede privada presencial e 283.978 na pública presencial;
- A região Nordeste detém 20,6% do número de matrículas na Bahia há 155.151 estão na rede privada presencial e 99.509 na rede pública presencial;
- A região Norte detém 8,3% das matrículas na educação superior e no estado do Amazonas 77.555 na rede privada presencial e na rede pública presencial 68.478;
- E no Centro-Oeste com 9,1% do número geral de matrículas, e no estado do Mato Grosso do Sul 34.091 em cursos presenciais na rede privada e na rede pública presencial 35.606 (Instituto Semesp, 2023, p. 95- 236).

Com isso, a região com maior concentração de matrículas é o estado de São Paulo, seguido da região Nordeste, Centro Oeste e Amazonas. Em todas as regiões o número de matrículas na rede privada é maior, com exceção do estado do Mato Grosso do Sul.

3.2.1 Amazonas

O Amazonas, localizado na região Norte do Brasil, abriga uma biodiversidade única na Floresta Amazônica, que compreende grande parte de seu território, além da exuberante natureza. O nome 'Amazonas', derivado da palavra “amassunu”, atribuída pelo capitão espanhol Francisco Orellana em 1541 ao rio que banha o Estado, reflete a importância desse recurso hídrico na região.

Durante os períodos de colonização, o Amazonas sofreu com as repressões e disputas territoriais entre espanhóis e portugueses. Posteriormente, no auge da exploração da borracha nos séculos XIX e XX, a região experimentou uma intensa atividade econômica, mas que não foi suficiente para sustentar um crescimento duradouro.

Com isso, no decorrer dos anos foi criado a Zona Franca de Manaus, estabelecida em 1950 com incentivos do governo federal, desempenhou um papel crucial na transformação

econômica do estado. Essa iniciativa visava atrair investimentos e promover a industrialização, proporcionando um impulso significativo à economia local.

A Zona Franca de Manaus, criada pela Lei Federal nº 3173 de 06 de junho de 1957 e funcionando apenas como entreposto comercial, foi alterada pelo Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 e Decreto nº 61244 de 28 de agosto de 1967, que modificou a Zona Franca e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), transformando sua estrutura com o objetivo de transformá-la em: ‘... área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos. (Fonseca, 1982, p. 75-77).

A região tornou-se um polo industrial, que acabou por atrair incentivos fiscais de empresas de diferentes setores. Assim, o Amazonas, para além de sua notoriedade como um reservatório vital da biodiversidade global, desempenha um papel fundamental no contexto econômico brasileiro, com uma história marcada por desafios e transformações.

A história do Amazonas é composta por diversos momentos como o ciclo da borracha, expedições e da colonização que gerou principalmente exploração e de constante confrontos, sobre isso o autor Márcio Souza diz:

A primeira aventura europeia em solos amazônicos não ficou apenas no deslumbramento da grandiosidade e beleza da região. Iniciou, da mesma forma, na história da Amazônia, uma cadeia de encontros – seguido imediatamente de confrontos. (Souza, 2019).

Em suma, o capitalismo, ao colocar a industrialização como progresso, muitas vezes ignora o impacto negativo do desmatamento, exploração de recursos naturais e atividades agrícolas intensivas na região amazônica. Isso resulta em conflitos sociais pela disputa desses recursos, enquanto uma economia centrada em recursos naturais pode gerar disputas territoriais e contribuir para mudanças climáticas intensificadas.

3.2.2 São Paulo

A colonização de São Paulo teve início em 1532, inicialmente, a subsistência era baseada na agricultura, passando depois para a produção de cana-de-açúcar. Houve também aspirações pela descoberta de ouro e metais preciosos, levando a expedições conhecidas como Bandeiras, que exploravam os sertões em busca desses recursos. Durante o século XVIII, as Bandeiras partiam de São Paulo em diversas direções. A mudança significativa ocorreu na

transição para o século XIX, quando as plantações de café substituíram as de cana-de-açúcar, assumindo o protagonismo na economia nacional (IBGE, 2023).

3.2.3 Bahia

A Bahia, assim como todos os estados brasileiros, possui um histórico de colonização que deixou marcas profundas em sua identidade. Durante os períodos coloniais, a região testemunhou intensas fases de exploração e escravidão, afetando tanto os povos nativos quanto as comunidades negras que foram trazidas para o Brasil. Em seu livro, *Uma história da Cidade da Bahia*, Antônio Risério (2004) descreve a como:

Nosso mediterrâneo, com a sua cidade nascida no cimo do alto monte, de olhos postos nesse mesmo mar. Já em sua *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, o jesuíta Simão de Vasconcellos escrevia: ‘A Bahia de Todos os Santos, se houvésemos de descrever aqui suas grandezas, largura e circunferência de suas águas, de suas ilhas, de seus recôncavos, e dos muitos rios caudalosos que descem a pagar-lhe tributo, fora cousa mui larga. Baste dizer, que está só parte do Brasil, com seus arredores, é capaz de um Reino’. São 1000 km² de águas claras e cálidas, trezentos quilômetros de costa. ‘Imenso seio do mar’, no dizer do velho Theodoro Sampaio, na *História da Fundação da Cidade do Salvador*. Seio marinho semeado de ilhas, ilhotas, ilhetas, com os seus rios e as suas ribeiras, os seus manguezais, as suas praias, as suas enseadas e os seus promontórios, as suas campinas de beira-mar. (Risério, 2004, p. 12).

3.2.4 Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul é localizado na região Centro Oeste do país, sendo criado a partir da divisão do estado do Mato Grosso, o estado durante sua história sofreu com diversas coalizões políticas e forte incentivo separativo, são diversos os interesses e motivos que os levaram a essa nova organização. A identidade mato-grossense é marcada por diversas disparidades e sobre isso os autores Osvaldo Zorzato e Lygia Galetti apontam que “nas décadas iniciais do século XX foi elaborada, por membros dos grupos sociais então dominantes no Estado, intimamente vinculados às esferas do poder” (Zorzato, 1998; Galetti, 2000 *apud* Queiroz, 2006, p. 152).

Assim, a criação do Mato Grosso do Sul representou um esforço para gerenciar as particularidades das diferentes regiões do antigo estado do Mato Grosso, atendendo a interesses de grupos sociais dominantes. Além disso, o estado também é conhecido pela economia que é predominantemente agrícola da soja, eucalipto, cana-de-açúcar, pecuária extensiva, entre outros (Domingues; Thomaz-Júnior, 2012, p. 138-160).

A diversidade geográfica, cultural e econômica do Brasil é um reflexo das dimensões continentais do país e das influências históricas que moldaram cada região. A vasta extensão territorial contribui para a presença de diferentes biomas, climas e recursos naturais em todo o país. Essas características geográficas têm impacto direto nas atividades econômicas, modos de vida e padrões de desenvolvimento urbano em cada região.

Do aspecto cultural, as influências históricas, desde a colonização até os dias atuais, deixaram marcas distintas em cada região. As populações indígenas, as influências africanas, europeias e asiáticas contribuíram para a rica diversidade cultural do Brasil. As tradições, línguas, culinárias e práticas religiosas variam consideravelmente de uma região para outra. As atividades econômicas também refletem essas diferenças. Por exemplo, o Norte do Brasil tem uma forte presença de atividades ligadas à extração de recursos naturais, como a exploração madeireira e a mineração, enquanto o Sul destaca-se pela produção agrícola e industrial. O Nordeste enfrenta desafios relacionados à seca em algumas áreas, influenciando fortemente as atividades econômicas locais, enquanto o Centro-Oeste é conhecido por sua produção agropecuária.

Assim, a diversidade do Brasil é uma característica fundamental que enriquece o país, mas também desafia a busca por políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que levem em consideração as particularidades de cada região.

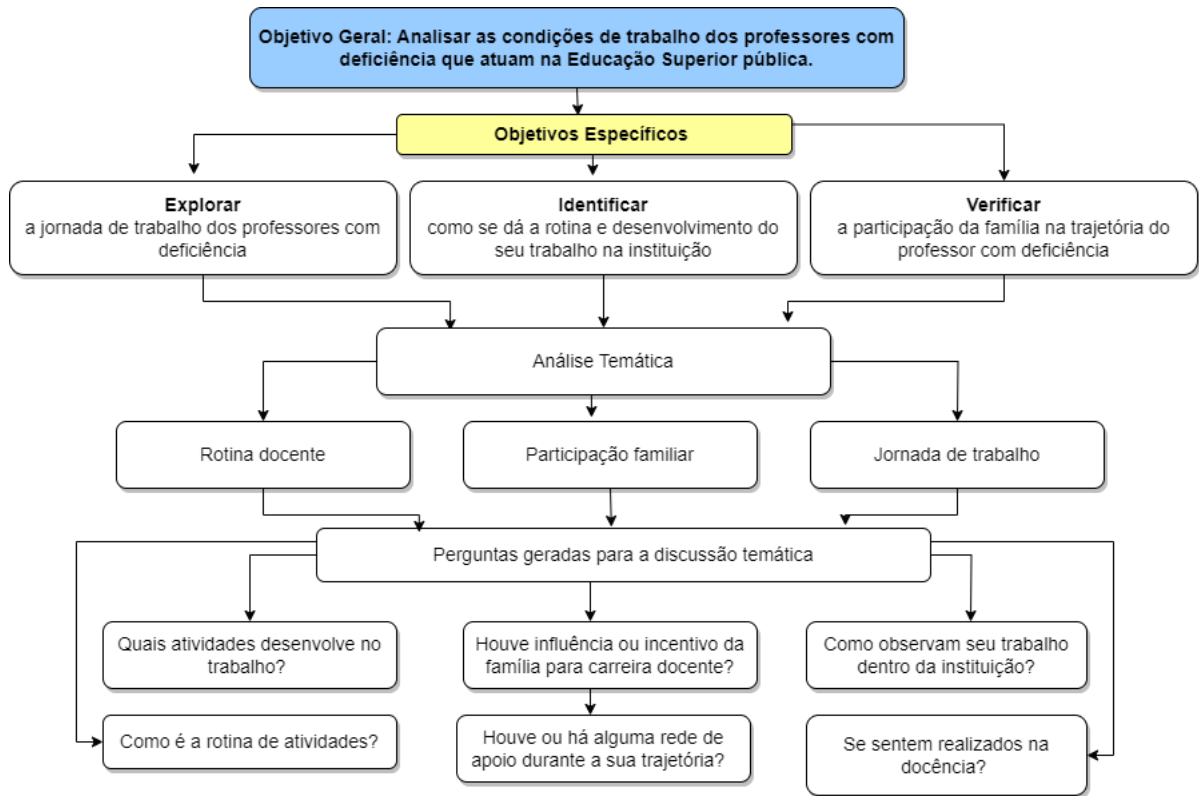
Dessa forma o trabalho dos professores com deficiência que atuam na Educação Superior são atravessados pelas suas próprias condições regionais, dado que, cada campus está dentro de determinados espaços urbanos ou não e apresentam suas próprias características que vem a influenciar no trabalho de cada um.

Etapa 4 - Organização dos resultados

A análise das entrevistas foi organizada de forma a atingir os objetivos desta pesquisa e como eixos de identificação foram elencados os seguintes tópicos:

- 1 ° Rotina docente;
- 2° Participação Familiar
- 3° Jornada de trabalho;

Para melhor ilustrar o percurso da análise traremos uma figura que demonstra as escolhas metodológicas de análise na figura 4:

Figura 5 - Análise das entrevistas: Eixos centrais e temas levantados

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para a análise, foram considerados o objetivo geral, objetivos específicos, o levantamento de temáticas que podem responder aos objetivos e perguntas que nortearam a seleção dos trechos da entrevista.

Para a etapa de exploração do material, foram selecionados os trechos de cada participante que se relacionam com o trabalho docente, contexto geográfico e participação familiar e apresentados a seguir. Detalhadamente são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Exemplo: Rotina de trabalho

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de contexto
Trabalho Docente	b) Como é a rotina de trabalho?	(Fragmentos do texto que se tomam por indicativo de uma característica)	(Trecho da Entrevista relacionado a categoria)

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na Etapa 5, de discussão dos dados, foram selecionados os trechos pertinentes às categorias e subcategorias, bem como, a unidade de contexto.

Indicar um exemplo

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ponto comum, os professores, sujeitos desta pesquisa, atuam na Educação Superior pública brasileira, sendo quatro deles na rede federal e um na estadual. Com o intuito de caracterizar o perfil profissional, são apresentados no quadro 6 as atividades que já realizaram ou estavam realizando na universidade, destacando as disciplinas que lecionam, entre outras atividades. Vale ressaltar que a cada semestre, os professores têm um número de disciplinas para lecionar, variando conforme o calendário de cada instituição. A seguir, são apresentadas as atividades profissionais dos docentes participantes desta pesquisa.

Quadro 6 - Atividades desempenhadas pelos professores

Participantes	Disciplinas ministradas na graduação	Disciplinas ministradas na pós-graduação
Ricardo	-Trabalho de conclusão de curso; -Pesquisa em Música; -Educação Especial aplicada ao ensino da música; -Tecnologia de produção sonora; -Prática de instrumento; -História da música; -Estrutura e análise musical; -Organologia; -Folclore e cultura brasileira; -Filosofia e estética da arte;	- Música sociedade e cultura; - Pesquisa em música;
Eric	-Trabalho de conclusão de curso; -Fundamentação teórica para projetos; -Metodologia para o ensino de física;	-Identidade de gênero e inclusão;
Wagner	-Trabalho de conclusão de curso; -Políticas educacionais; -História da Educação; -Educação de Pessoas com deficiência visual;	Não foi informado;
Pedro	-Trabalho de conclusão de curso; -Método de treinamento individual; -Secretariado; -Processos criativos (I, II, III e IV); -Laboratório de criação cinematográfica;	-Não ministra disciplinas na pós-graduação devido ao recente ingresso como professor;
João	-Trabalho de conclusão de curso; -Educação e sociedade; -Não especificou o nome da outra disciplina que leciona;	-Sociedade e controle; -Aspectos jurídicos da informação;

Pesquisas – Orientações		
Participantes	Orientações em iniciação científica	Orientações no Mestrado e Doutorado
Ricardo	Orienta iniciações científicas atualmente;	Já orientou e atualmente orienta no mestrado e doutorado;
Eric	Já orientou iniciações científicas;	Já orientou e atualmente orienta no mestrado e doutorado;
Wagner	Não orienta iniciações científicas;	Já orientou e atualmente orienta no mestrado e doutorado;
Pedro	Não foi informado;	Não orienta mestrado e doutorado;
João	Orienta iniciações científicas atualmente;	Já orientou e atualmente orienta no mestrado e doutorado;
Outros – Extensão e Cargos administrativos		
Participantes	Orientações em projetos de extensão	Ocupa ou ocupou cargos Administrativos
Ricardo	Já orientou e orienta cursos de extensão;	Atualmente ocupa cargos administrativos;
Eric	Já orientou e orienta cursos de extensão;	Atualmente ocupa cargos administrativos;
Wagner	Já orientou e orienta cursos de extensão;	Atualmente ocupa cargos administrativos;
Pedro	Já orientou e orienta cursos de extensão;	Já ocupou cargos administrativos;
João	Já orientou e orienta cursos de extensão;	Já ocupou cargos administrativos;

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

De acordo com os dados do quadro 5, podemos observar que todos os docentes lecionam disciplinas na graduação e pós-graduação, já ocuparam cargos administrativos durante a sua trajetória e tem ou tiveram algum tipo de atividade de extensão desenvolvida. Apenas o professor Wagner não orienta projetos de Iniciação Científica e justifica pelo fato de estar sobrecarregado de tarefas profissionais. Todos os docentes estão sujeitos ao cumprimento da carga horária de 40 horas semanais, nesta direção apontam alguns avanços e barreiras, quando se considera a condição de deficiência. Vejamos os excertos a seguir: Professor Ricardo:

[...] a deficiência se enquadra numa necessidade de disciplina que ultrapassa algumas normalidades de outras rotinas, [...] o que eu não faço é preencher formulários na internet. Meu maior problema é, realmente, a mobilidade urbana. Perco duas horas para ir e duas horas para voltar. Depois da pandemia,

conseguimos avançar com esses recursos, inclusive o que estamos usando agora: vídeo e conferências. Isso facilitou a minha vida demais [...], mas tenho que conviver com **a falta de estrutura como mobilidade e os dias em que chego na universidade e não tem luz e não tem internet** [...], complica drasticamente a vida de quem se organiza. Então, tem isso, **às vezes perco o ônibus porque não enxergo**

Professor Wagner:

Hoje a gente faz muita coisa do administrativo, aqui por exemplo, a gente tem poucos técnicos, então, você tem muitas atividades administrativas e às vezes claro que fico mais de 40 horas na universidade [...] **às vezes eu tenho que ficar mais de 40 horas para dar conta de acompanhar os meus colegas** tenho que ter mais horas porque não tem uma equipe, estou falando de um profissional de apoio a altura para me auxiliar.

Professor Pedro:

[...] havia períodos em que eu ia dormir mais de meia-noite, e tinha que acordar às seis horas da manhã para poder ir para a escola dar aula. Ficava lá o dia inteiro, voltava para casa para trabalhar, preparar, corrigir, enfim. [...] é um problema que todos os docentes, enfrentam lá na escola de dança, porque **a gente é bem sobrecarregado**. E também tem a orientação de projetos de extensão, de editais específicos da universidade. Na verdade, a gente precisava de mais pessoas ou também equilibrar a quantidade de trabalhos, porque realmente a gente se sobrecarrega demais.

De acordo com as falas selecionadas para a análise, é possível perceber que é comum o relato de que o trabalho docente na universidade extrapola as 40 horas semanais e os docentes têm consciência de que questões estruturais contribuem para isso, como, por exemplo: pouco investimento em recursos humanos, no transporte público, no apoio, na infraestrutura da universidade.

Por outro lado, o professor Eric, em sua experiência, destaca que não se sente pressionado e menciona ter optado pela docência na Educação Superior devido à possibilidade de melhores condições de trabalho. Relata que quando atuava na Educação Básica Pública não tinha boas condições de trabalho, dada a experiência que vivenciou durante a sua trajetória e a partir do momento em que compartilhou com o departamento as suas necessidades para a realização do seu trabalho se sentiu contemplado o que acabou por tornar suficiente as suas horas de trabalho.

Os professores Wagner, Pedro e João relatam uma incompatibilidade entre a carga horária e as atividades a serem desempenhadas. O professor Wagner destaca a falta de apoio adequado para a realização de algumas atividades, o que resulta em mais tempo gasto em comparação com seus colegas de trabalho. O professor Pedro menciona que dentro de seu departamento há poucos funcionários para lidar com um grande volume de atividades, o que

sobrecarrega a todos. Por sua vez, o professor João relata que, em alguns dias, o tempo disponível não é suficiente para realizar todas as tarefas.

Essas diferenciações no cotidiano de trabalho dos professores com deficiência podem ser atribuídas a diversos motivos, como a falta de acessibilidade, a presença reduzida de funcionários e o elevado volume de trabalho. A forma como as demandas são atendidas ou não tem um impacto direto na maneira como esses professores desempenham suas funções. Por exemplo, a instituição proporciona acessibilidade adequada nos sistemas de informação? A infraestrutura permite uma locomoção eficiente dentro da universidade? As diversas atividades, incluindo ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, têm demandas compatíveis com o tempo de trabalho disponível? Essas considerações são fundamentais para garantir um ambiente de trabalho que proporcione o bom desempenho das atividades profissionais?

Se a resposta para alguma dessas perguntas for negativa, torna-se evidente a incompatibilidade entre as exigências impostas e as condições fornecidas. Isso aponta para uma disparidade em que as atribuições requeridas não estão proporcionando um suporte adequado aos professores universitários, tanto aqueles com deficiência quanto aqueles sem. Essa falta de equidade pode gerar dificuldades significativas no desempenho das funções acadêmicas, impactando não apenas a eficácia do ensino, mas também a qualidade da pesquisa, da extensão e das atividades administrativas. Essas considerações ressaltam a importância de garantir um ambiente de trabalho acessível e apoiador para todos os membros da comunidade acadêmica. E, mais que isso, uma legislação que assegure a efetivação das horas contratadas e trabalhadas, no mínimo.

Há de se considerar que a jornada de trabalho não é uma grandeza constante:

[...] é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas, considerada em si mesma, é indeterminada. (Marx, 2021, p. 270).

A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas, considerada em si mesma é indeterminada, ou seja, embora a jornada de trabalho possa ser determinada com base no tempo necessário para reproduzir a força de trabalho e na quantidade de trabalho excedente, ela, quando considerada isoladamente, é indeterminada. Isso sugere que a jornada de trabalho não tem uma medida fixa por natureza, mas é influenciada por fatores econômicos e sociais. Ou seja, se o parâmetro acadêmico for a produção irrestrita de conhecimento para fins econômicos e o avanço de práticas neoliberais, maior vai ser a exploração do trabalho docente.

5 DOCENTE UNIVERSITÁRIO COM DEFICIÊNCIA E ROTINA DE TRABALHO

Aqui, se tratando em específico da categoria Trabalho Docente, serão abordados, neste momento, todos os fragmentos que se relacionam com a rotina de trabalho e os respectivos trechos/falas dos participantes. Estão organizadas no quadro intitulado ‘Rotina de Trabalho’. De forma a responder a pergunta da figura 4 “Análise das entrevistas: Eixos centrais e temas levantados” e “Como é a rotina de atividades?”.

Quadro 7 - Rotina de Trabalho

Subcategoria: Como se dá a rotina de trabalho	
Participante	Unidade de contexto (Trecho da Entrevista relacionado a categoria) Relate um dia na sua rotina de trabalho.
Participante (1): Ricardo	"[...] Minha rotina é de manhã cedo, eu leio meus e-mails, verifico minha agenda do Google, onde marco meus compromissos. Coordeno o laboratório de produção musical, um local onde passo as tardes na universidade, considero como meu lugar mais frequentado. Mas minha rotina é praticamente essa, além de muita coisa que fazemos. Dou aula na educação a distância também de música. Dentro da universidade mesmo, são muitas coisas, como reuniões, e eu dou aula. "
Participante (2): Eric	"[...] Eu venho para a universidade a pé. Daí, logo depois já é hora de ir para casa. Então, tenho que pedir marmita lá. Quando tenho que dar aula à noite, venho às três horas, porque fico direto. Ficar andando para lá e pra cá, eu meio que planejo isso. Eu planejo para não ter que ficar andando. "
Participante (3): Wagner	"[...] A minha rotina é a faculdade. Eu tenho seis portarias para trabalhos administrativos, sendo coordenador de ensino, entre outros. A rotina é muito ativa, sabe? Constantemente, tenho um bolsista que me auxilia nas minhas atividades lá na faculdade porque, sabe, os sites não são acessíveis. Tem muitas coisas que os leitores de tela não conseguem ler. Por exemplo, o nosso SIGA, eu não consigo postar os conteúdos que eu trabalho, colocar no diário que eles [instituição] exigem. Então, eu tenho essa necessidade de uma pessoa para me acompanhar nas atividades, e é uma pessoa que está na graduação."
Participante (4): Pedro	"[...] Agora, estou de licença para concluir o meu doutorado, eu retorno em agosto. Pelo menos a cada semestre, a gente pega horários diferentes, componentes curriculares diferentes. Não tem uma rotina , nesse sentido varia de semestre para semestre. Então, teve semestre que eu peguei aula às sete da manhã e eu não tenho carro. Transporte público em (nome do município) é bastante complicado, então eu precisava solicitar aplicativo, motorista de aplicativo ou taxistas. Fiz algumas tentativas de organizar horário com alguns motoristas, mas nunca deu certo. Isso, dentro da prática, gera uma certa insegurança. Muitas vezes, esses carros não querem me pegar porque eu sou cadeirante. Aí a gente fica inseguro em relação, inclusive, com os horários que precisa sair e, como é muito cedo, não tem muita gente disponível. Eu passava o dia na escola de dança com os horários de intervalo entre uma aula e outra e o horário de almoço. Às vezes, eu almoçava na escola veterinária que é vizinha da escola de dança. E é isso, além de dar aulas, reuniões, grupos de pesquisa e projetos de extensão que a gente desenvolve. Esse processo das aulas que normalmente eu dava provavelmente mudará, porque eu vou estar no programa de pós-graduação. Então, também tem horários das aulas da pós que eu ainda não sei como é. "

Participante (5): João	<p>"Bom, essa é a minha rotina diária: verificar mensagens, escrever, encaminhar os assuntos que tenho, tanto pessoais quanto acadêmicos. Também dou assistência às coisas que ainda mantenho de modo remoto, como a sala do Classroom. Ler, como mencionei antes, é uma rotina mais ou menos comum. De maneira mais específica, venho para a universidade nos dias que tenho aula, como hoje. As reuniões ainda são mantidas de modo remoto, seja do departamento, etc. Basicamente, venho para [universidade] quando tenho algum outro compromisso, como por exemplo, alguma parceria para o canal do YouTube. Estamos fazendo agora com o Núcleo de Formação de Professores, então fizemos várias reuniões com o pessoal do núcleo. Eu prefiro vir aqui para conversar com eles. Poderia ser remoto também, mas eu prefiro vir aqui. De maneira mais esporádica, algumas vezes fui à rádio da [universidade] primeiro para gravar uma entrevista que eles queriam para o canal do YouTube, e depois para divulgar um curso de extensão. Poderia ter feito tudo isso gravado e encaminhado para eles, mas eu prefiro vir aqui ao estúdio. Resumindo, eu venho para cá a trabalho, não tenho esse espaço como lazer."</p>
------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Todos os professores relatam uma tentativa de organização da sua rotina de trabalho, como por exemplo: o trabalho com a leitura de e-mails ou plataformas de mensagem para acessar informações e se organizar, dar aulas, participar de reuniões ou outras atividades. Tendo como ponto de partida de que a locomoção ao ambiente de trabalho faz parte do planejamento da rotina, se verifica que dentre os cinco professores, apenas o professor Eric vai a pé para o seu trabalho, já que reside próximo à universidade, e outros utilizam transportes externos para chegar no ambiente de trabalho.

Cabe destacar, nessa direção, que o professor Pedro menciona que sua rotina profissional é impactada pelos desafios enfrentados nos serviços de transporte público ou por aplicativo, devido sua condição de deficiência. Ele depende desses serviços para se locomover, mas frequentemente enfrenta recusa de motoristas, devido ao fato dele utilizar cadeira de rodas e os serviços de transportes públicos não são uma opção adequada, devido a inacessibilidade ao seu interior e os horários disponíveis. Mais uma vez, se esbarra em condições estruturais que impactam na organização da rotina de trabalho.

O professor Wagner comenta, durante a entrevista, que algo que afeta a sua rotina de trabalho são os sistemas de informação utilizados pela universidade, indica que não são acessíveis e, por esse motivo, a universidade fornece a ele a ajuda de um aluno da graduação para auxiliá-lo nas atividades administrativas, como inserir notas no sistema, postar material da aula e formatar trabalhos. Podemos perceber que, mais uma vez, questões estruturais, com a falta de investimentos nos sistemas de informação, impactam na autonomia docente para desempenhar suas funções.

Assim, podemos considerar, de acordo com o relato dos professores, que algumas dificuldades na organização da rotina de trabalho apontadas e apresentadas, são afetadas principalmente pelos docentes que são cegos.

Com isso, uma das medidas implementadas para auxiliá-los, como no caso do professor Wagner, é colocar uma pessoa para auxiliá-lo nas atividades que dependem dos sistemas de informação, para que se efetivem, sem levar em conta a autonomia docente para executar as tarefas. No que se refere ao transporte público ou por meio de aplicativos, não foi citada nenhuma medida que possa vir a auxiliar além da gratuidade do transporte público.

Em se tratando do aluno monitor, ele é indicado como uma estratégia de apoio para alguns docentes com deficiência na Educação Superior. Podem ser discentes que se encontram na graduação e que recebem uma bolsa para auxiliar o professor nas suas atividades, ou técnicos administrativos. O professor Wagner relata ter recebido o apoio de aluno e o professor Eric o de técnicos administrativos, ambos tiveram experiências diferentes em relação a esse tipo de suporte:

Hoje, a gente faz muita coisa do administrativo. Aqui, por exemplo, a gente tem poucos técnicos. Então, temos muitas atividades administrativas. Às vezes, claro, eu fico mais de 40 horas na universidade, porque às vezes tenho que ficar mais de 40 horas para dar conta de acompanhar os meus colegas que estão lá. Às vezes, não vão 40, vão 20, e fazem igual eu faço com 40. Ou às vezes, tenho que ter mais horas porque não tenho uma equipe. Quando falo de equipe, estou me referindo a um profissional de apoio à altura para me auxiliar. **Atualmente, tenho um bolsista de graduação que cursa Ciências da Computação. Portanto, ele não sabe nada de educação, não sabe formatar um texto para eu enviar para um evento, congresso, não sabe formatar um artigo para enviar para uma revista, não sabe formatar um capítulo de livro para enviar para uma editora. E aí, eu tenho que pagar separado (Wagner).**

O professor Wagner relata que há muitas atividades administrativas para realizar e que, devido às barreiras no caso dele, para acessar os sistemas de informação da universidade, leva mais tempo para realizá-las do que seus colegas que não têm deficiência.

Uma das observações feitas por ele é sobre a capacitação do aluno monitor que o acompanha. Devido a ser um discente da graduação e de outra área do conhecimento, eles enfrentam dificuldades para realizar algumas tarefas. Wagner relata, durante a entrevista, que nas gestões anteriores tinha o apoio de outras pessoas para a realização de suas atividades.

[...] nesses seis anos eu tive duas pessoas com mestrado em educação que me auxiliava nas atividades quarenta horas semanais às vezes até mais. Hoje eu tenho um bolsista do curso de ciência da computação que não consegue fazer a formatação de um texto para mim (Wagner)

Ou seja, ao longo do tempo, os apoios recebidos foram se alterando até chegar no período atual dessa pesquisa. Um ponto levantado por ele, e que se mostrará ao longo dos resultados, é a falta de acessibilidade nos sistemas de informação universitários e no sistema de currículos virtuais (Plataforma Lattes). Ambos são amplamente utilizados nas atividades acadêmicas e não apresentam acessibilidade, conforme apontado por esse sujeito, indicando a invisibilidade destes profissionais perante o acesso às ferramentas de trabalho.

Isso se comprova com o fato de que acaba por prejudicar esses docentes, além de sobrecarregá-los, gera ao professor a necessidade de busca por alternativas externas. Isso inclui o pagamento, utilizando seu próprio salário, de agentes externos para atualizar seu currículo na Plataforma e depender da mediação de um terceiro para as atividades administrativas.

Sobre isso o professor Eric relata:

Eu estou muito insatisfeito com o sistema aqui. Eu não consigo nem votar. Para votar, eu tenho que pedir ajuda de um colega, e eles acabam sabendo em quem eu votei. **Estou na coordenação, e um aluno pede trancamento de matrícula, e eu não consigo dar 'OK'. Tenho que ligar para a nossa secretária da coordenação e passar minha senha para ela.** E eu tenho dois ou três alunos que sabem minha senha porque a gente pública e eu falo, 'Dá para você anexar lá no Lattes para mim?'. Enfim, então estou insatisfeito com essa questão do sistema. Agora, estou satisfeito com a universidade, o apoio que ela me dá para superar essas coisas. Ela sempre me coloca como monitor, adquire equipamentos, sempre se mostra um local onde consigo dialogar. Essas pessoas são solícitas em relação a isso (Eric).

Sobre o apoio de uma pessoa para a realização das suas atividades o professor Eric traz que:

[...] Coloquei para o departamento: 'Olha, eu preciso corrigir a prova, eu preciso preparar a aula'. Tinha um profissional aqui que estava sendo readaptado, pois não conseguia mais desempenhar a função dele. Então, o departamento dele liberou o seguinte: uma das funções da reabilitação dele era aplicar prova comigo, corrigir provas, me ajudar a preparar aulas. Aquilo foi muito bom para mim, sabe? Então, ele trabalhou comigo por um tempão. Para corrigir uma prova aqui, eram dois dias, porque ele lia devagar. Preparar aula, ele lia devagar. Tinha que ter paciência e **eu senti um apoio do departamento. O departamento também comprou o Virtual Vision para mim** (Eric).

A sua exclusão nos sistemas de informação acaba por gerar dificuldades nas atividades administrativas que os levam a ter que compartilhar as suas senhas com outras pessoas, como secretários e alunos. O professor relata que seu processo de adaptação na universidade foi difícil em alguns momentos da entrevista, mas ao levar suas demandas para o departamento, foi ouvido, e recrutaram uma pessoa para auxiliá-lo. Percebe-se também que, diferentemente do professor Wagner, o professor Eric criou um vínculo com o profissional que o auxiliava. Isso se deve, em parte, ao fato de que a pessoa colocada à sua disposição já atuava há muito tempo

na instituição, o que pode ter gerado um acolhimento. Os demais participantes (Ricardo, João e Pedro) não relataram queixas no que se refere aos sistemas de informações utilizados.

Dados os contextos previamente apresentados, as dificuldades dos professores se focalizam em condições de ausência de profissionais qualificados e de dificuldade no transporte que serão aprofundados no próximo tópico.

5.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Como apresentado na metodologia desta pesquisa, as perguntas feitas aos participantes foram divididas em blocos: 1º Sobre a carreira acadêmica, 2º Condições de trabalho e 3º Contexto Familiar.

Iremos aprofundar neste tópico as respostas que os professores deram na 2º Categoria, que focalizam nas suas experiências em relação ao suporte recebido pela instituição ou a falta dele, seguindo a estruturação anterior de categoria e subcategoria.

Quadro 8 - Trabalho e professores com deficiência

Subcategoria: Quais as condições de trabalho dos professores com deficiência?	
Participante	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Você considera que as suas necessidades individuais são contempladas dentro do seu trabalho?
Participante (1): Ricardo	"Olha, dizer que sim seria estar faltando com a verdade. Eu ainda sofro com o capacitismo das pessoas. Já pedi mil vezes que os documentos não sejam fotografados, mas sim escaneados. São coisas assim. Também já reclamei sobre a falta de ônibus, falta de segurança nos ônibus, com os colegas de trabalho. Hoje, eu vou te dizer que não incomoda mais tanto, porque a gente faz tanta coisa, tá tão ocupado que até se livrar de algum serviço é legal. Mas coisas assim, que você vê que você não foi preterido justamente por causa da deficiência, então, eu acho que tem que ser dado ao deficiente a liberdade de dizer se ele quer ou não quer, se ele quer tentar. No nível em que eu me encontro, já com 46 anos, tem coisas que de cara isso daí não vai dar certo. Isso daí nem dá. E tem coisas que eu digo assim: 'cara, deixa eu fazer, deixa ver se consigo. Se não der, não deu.'"
Participante (2): Eric	"[...] Cheguei aqui, imagina, havia uma certa desconfiança velada, né? Na época, eu não usava bengala. Um cara assim chegando num departamento de física, esse conceito que tem hoje, capacitismo, que é tipo semelhante ao racismo, ao machismo. Então, eu cheguei aqui, por exemplo, e dei uma cabeçada no vidro, minha testa começou a sangrar. Cheguei muito inseguro aqui, sabe? Bom, assim, coisas que aconteciam, não conhecia o espaço. Eu ia dar aula, né? Chegava lá com os alunos, assim... eu escrevendo na lousa, escrevia as coisas no computador, pedia para me darem um apoio para ler as coisas que estavam no computador. Eu me senti acolhido aqui no departamento, viu? Pelo chefe do departamento, por todo mundo aqui. O pessoal foi gente boa. Eu não sabia, ainda estava com uma questão de achar: 'Não, eu tenho que me virar, porque não quero levar problemas'. E quando trouxe para cá, eles fizeram isso por mim. Eles me disponibilizaram um aluno monitor para me auxiliar, sabe. "

Participante (3): Wagner	"[...] Então, a nossa universidade nesta gestão está muito à mercê dos nossos estudantes, dos nossos professores com deficiência, muito à mercê dos cuidados que a universidade precisa ter por meio desses núcleos de acessibilidade. Nesses seis anos, tive duas pessoas com mestrado em educação que me auxiliavam nas atividades, quarenta horas semanais, às vezes até mais. Hoje, eu tenho um bolsista do curso de ciência da computação que não consegue fazer a formatação de um texto para mim, isso."
Participante (4): Pedro	"Em alguma medida, mas é isso foi muito forte o capacitismo. Então, por exemplo, a universidade entrou em reforma e temos agora o elevador, mas durante muito tempo não tinha. Eu saí da escola sem o elevador estar instalado, então só tinha uma sala no andar térreo onde eu precisava dar todas as aulas , as outras ficavam lá em cima. Então, as professoras e os professores se revezavam nessas salas, umas maiores e outras menores. Independentemente do número de estudantes na turma, se eu tivesse 30 ou 10, seria naquela sala que não era muito grande. Então, em alguns momentos, algumas professoras entraram nessa sala no horário da minha aula para dar a aula delas, porque elas queriam uma barra de balé que ela precisava, e ela se recusou a sair. Então, em alguma medida, enfrentei as questões mesmo das barreiras atitudinais. "
Participante (5): João	"Acho que em relação ao suporte, você pode pensar no departamento, nas secretarias, que em algum momento dão suporte em alguns órgãos mais ou menos específicos quando você requer uma informação. Nesse sentido, nunca senti uma barreira intransponível diante de uma necessidade. "

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No que diz respeito às condições de trabalho, os professores destacam diversas situações vivenciadas, abordando sua relação com o departamento, colegas, inseguranças e algumas experiências marcantes. Entre essas, merecem destaque a carência de ambientes acessíveis, o capacitismo presente, a falta de suporte adequado e a ausência de um ambiente de trabalho que favoreça o intercâmbio de relações.

Três dos depoimentos citam o capacitismo como algo que faz parte das relações de trabalho. Segundo Campbell (2008), o capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. Traz que os elementos estruturantes são decorrentes do histórico de eugenia sofrido pelas pessoas com deficiência, das implicações da normatização e, de forma mais recente, da ofensiva do neoliberalismo.

Podemos considerar que, essa denominação, busca demarcar tratamentos ofensivos sofridos pelas pessoas com deficiência, os quais visam fragiliza-las ou ofendê-las, conforme citado pelos participantes que vivenciaram algumas dessas questões em algum momento de suas vidas.

Os participantes ressaltam que as experiências desafiadoras ocorreram principalmente em ambientes novos e não familiares, especialmente quando a comunidade acadêmica não tinha vivenciado experiências profissionais com não deficiência. A falta de familiaridade com a

presença de pessoas com deficiência, aliada à ausência de estrutura adequada, gerava conflitos entre os docentes. Um exemplo é a situação desconfortável enfrentada pelo professor Pedro, quando outro docente ocupou sua sala. Além do conflito interpessoal, o agravante foi a falta de adaptação do espaço, o que limitava e impactava a circulação do professor Pedro em seu ambiente de trabalho.

O professor Eric relata que enfrentou algumas dificuldades relacionadas ao espaço e acessibilidade durante seu processo de adaptação. Além dessas questões, descreveu sentir-se inseguro e, naquele período, considerava suas necessidades como problemas, o que o levava a hesitar em pedir ajuda. Outro aspecto destacado por ele foi o sofrimento que experimentou durante seu período de adaptação na universidade, relatando o seguinte:

[...] Eu tinha medo, talvez um pouco de orgulho e um pouco de medo de experiências passadas, pensava: 'Não, o pessoal vai achar por ser cego, por ser deficiente visual, que eu sou incompetente'. Então, tenho que ir, não posso levar os meus problemas lá para o departamento? Cheguei a tomar uma vez duas caixas de calmante. Fiquei muito angustiado, tive um problema psicológico muito forte no início. Foi um sofrimento psíquico muito forte (Eric).

Na fala do professor, é evidente sua preocupação em relação ao julgamento das pessoas quanto à execução de suas atividades profissionais. Ele expressa o desejo de não querer que, devido às suas características como uma pessoa com deficiência, seja perpetuada a ideia de que ele é incapaz. Relata também um episódio durante esse período que o levou a tomar medicamentos de forma displicente, decorrido das dificuldades pessoais e profissionais.

O estudo de Lima e Lima Filho (2009) destaca que o trabalho dos docentes na Educação Superior está cada vez mais caracterizado pela sobrecarga de trabalho, o que se relaciona intrinsecamente com políticas de ajuste neoliberal, em que a economia assume papel central na definição das políticas educacionais. Como consequência, evidencia-se que essa sobrecarga impacta negativamente a saúde mental e física dos professores. E segundo Codo, Soratto e Menezes (2004):

Tanto fatores ambientais quanto exigências físicas e mentais são destacados como geradores de estresse no trabalho. Com referência às condições ambientais, ruído, temperatura, vibração, iluminação e poluição têm sido apontadas como estressores produzidos no ambiente de trabalho. Com relação à organização do trabalho, atividades monótonas, repetitivas e fragmentadas predispõem ao estresse mais que outras. Além disso, sobrecarga, conflito e ambiguidade de papel também são ressaltados como possíveis estressores no trabalho. A sobrecarga de trabalho não leva diretamente ao estresse. O problema surge, principalmente, quando essa sobrecarga se associa à falta de autonomia e, em consequência, as alternativas para se lidar com a situação ficam muito restritas. (Codo; Soratto; Menezes, 2004, p. 227-299).

No caso do professor Eric, além de estar inserido em um ambiente de trabalho que apresenta barreiras, a falta de autonomia o colocava em situações de sofrimento, ou como ele mesmo descreve, sob pressão.

O professor Ricardo destaca em seu relato o aspecto do capacitismo, compartilhando a insegurança que sente ao usar o transporte público para ir ao trabalho. Ele menciona que, devido à sua deficiência, não percebe ter sido preterido para executar algumas atividades. No entanto, Ricardo expressa que esses aspectos não o incomodam, pois, devido às inúmeras atividades que precisa realizar, essas questões se tornam cada vez menos importantes para ele.

Esse relato sugere a hipótese de que a sobrecarga de trabalho pode gerar uma individualização e distanciamento nas relações entre os docentes, tornando outros aspectos, como a acessibilidade e o capacitismo, menos prioritários em meio às demandas laborais intensas.

O professor Wagner relata que em períodos anteriores recebeu ajuda adequada para realizar suas atividades, mas atualmente não encontra satisfação na estrutura fornecida, especialmente no que diz respeito ao aluno monitor. Ele expressa que os alunos com deficiência deveriam receber uma assistência mais eficaz por parte da gestão atual.

E o professor João traz que nunca sentiu nenhuma barreira em relação a suportes, seja por parte da secretaria ou outros órgãos específicos.

Dado o tópico anterior daremos prosseguimento para a discussão sobre as condições de trabalho com a pergunta: O seu ingresso como docente na instituição impactou as questões relativas à acessibilidade?

Quadro 9 - Condições de trabalho dos professores com deficiência

Subcategoria: Quais as condições de trabalho dos professores com deficiência?	
Participante	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: O seu ingresso como docente na instituição impactou nas questões relativas à acessibilidade?
Participante (1): Ricardo	"[...] A universidade tem um misto de setores que já estão contemplados com piso tátil, com sinalização em alto contraste, com elevadores, rampas de acesso e com descritores táteis. Todos os prédios que foram aprovados foram visitados de 2013 para cá. Nós temos 10 anos, mas ainda tem um setor da universidade que, à primeira vista, quando você olha, você entende como se fossem prédios modernos, porque realmente foi o que tinha de melhor na década de 70 no Brasil. Eu vou te dizer assim, 50% hoje da universidade não contempla em nada, e 50% da universidade, porque nós já alcançamos 50% de modificação, mas é uma dívida eterna que a universidade tem nesse sentido. "

Participante (2): Eric	"[...] Quando eu cheguei aqui em 2006 não tinha nada, mas de lá para cá, devido às políticas, puseram piso tátil. O piso tátil que começa aqui no departamento, ele passa pela frente do departamento, mas não tem a curvinha que vai até chegar no departamento. Então, estou andando pelo piso tátil e sempre erro a porta do departamento. Às vezes, erro, entro errado. Às vezes, tem alguma pessoa que coloca ali um objeto de limpeza na frente. Puseram o elevador porque tem o andar de cima e o andar de baixo, aquele elevador hidráulico. Quando cheguei já tinha uma rampa de um prédio mais novo porque o prédio daqui é antigo, mas o bloco mais novo tinha uma rampa. Só que essa rampa é numa inclinação errada, e no ano de 2014 houve uma política da universidade que foi adquirido equipamentos de leitura. Nós temos aqui bastante coisa, acredito que isso também se deva à minha presença. "
Participante (3): Wagner	"[...] A universidade não dá apoio. Ela me negou nesta gestão receber o apoio de um profissional. É necessário ter um apoio de pessoas com a habilidade, preferencialmente, no meu caso, de educação. Trabalho com o curso de pedagogia. Preferencialmente, alguém com formação superior em educação para ajudar e ajudar com qualidade."
Participante (4): Pedro	"[...] Antigamente nem se pensava em professor com deficiência, então era algo voltado para os discentes. Hoje em dia, temos pessoas com deficiência também na docência, e não é algo que 'ah não, a gente só é para discentes', formalmente e estruturalmente, e basicamente, prioritariamente, é para os discentes. Mas se um docente tiver algumas necessidades, acredito que o NAP acolha. E a coisa da hierarquia das funções, né? Por exemplo, quando eu era estudante de mestrado, frequentava os grupos, o grupo de improvisação e dança era um projeto de extensão do qual faço parte desde 99, e os banheiros nunca foram adaptados, nunca foram acessíveis. E quando eu entro como professor, aí vai e cria-se e faz o banheiro acessível para o professor Eric ter acesso. Então, é isso, quando entra o professor, é 'ah é agora, vamos fazer'."
Participante (5): João	"Eu vou dar uma resposta politicamente correta, que é essa de que as reitorias mais progressistas efetivamente têm uma atenção em relação a muitas coisas, como ingresso, acessibilidade, permanência, a ideia de decência pública. Essa é a politicamente correta. A resposta realista é que a acessibilidade na universidade não existe para quem usa muleta como eu ou cadeira de rodas. "

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os participantes indicam como ponto comum a falta de acessibilidade arquitetônica, porém, todas as mudanças ocorridas no ambiente, se dão ou não pela presença dos professores com deficiência.

O professor Ricardo relata durante a entrevista que:

[...] Eu criei os núcleos de acessibilidade da universidade, são seis núcleos que existem em Manaus, divididos em dois setores: setor norte e setor sul, e quatro núcleos no interior, nos quatro câmpus avançados. Estructurei com equipamentos que nós temos à disposição mediante compra via solicitação. Então, são scanners, até mesmo computadores, porque hoje o computador suprir muitas necessidades de pessoas com deficiência, sejam surdas, sejam cegas. Então, montei o laboratório de informática, não chamando de laboratório de informática, mas como se fosse lugares onde o aluno tem acesso à internet, um computador, impressoras. Comprei duas impressoras braille, e hoje em dia a gente não tem mais produção braille praticamente. Hoje, todos os textos são digitalizados, então o braille não vai morrer jamais, mas hoje a dinâmica de vida, de urgência por um tempo, ela não é compatível com o custo

e com o tempo de preparação de um livro em braille. Os núcleos foram estruturados dessa forma. São núcleos que atendem todos os cursos da universidade. Montei de uma forma que quando as avaliações do MEC viessem para cada curso, dentro dos formulários de preenchimento para essas avaliações dessas licenciaturas e bacharelados, precisam constar itens de acessibilidades. E esse núcleo consegue absorver os alunos que ingressam em situação de deficiência na universidade e não somente alunos, como professores e também servidores. Mas, em 2019, larguei a presidência porque precisava concluir o mestrado. Eu não sou mais presidente (Ricardo).

O relato do professor Ricardo destaca um avanço importante no contexto da acessibilidade na universidade. A implementação de políticas de acessibilidade é fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação superior.

A atuação do professor Ricardo como presidente na comissão de acessibilidade da universidade evidencia a importância da garantia de direitos. Sua participação na indicação de compra de equipamentos, organização de núcleos de acessibilidade e preparação para avaliações, são passos essenciais para garantir o direito de acesso à melhores condições de trabalho, e aos alunos, ao conhecimento acadêmico.

A compra de equipamentos adequados, como softwares e hardware acessíveis, é crucial para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A organização de núcleos de acessibilidade contribui para centralizar os recursos e serviços voltados para o suporte das pessoas com deficiência. A preparação para avaliações também destaca a importância de garantir que os estudantes tenham condições igualitárias para demonstrar seu conhecimento, independentemente de suas características individuais.

Conforme mencionado pelo professor Ricardo, ele não está mais atuando na instituição na frente da acessibilidade do campus e que há uma mudança na gestão. Isso destaca a existência de uma dinâmica contínua das instituições de Educação Superior, onde diferentes gestões podem assumir a responsabilidade pela implementação e manutenção de políticas de inclusão, ou pelo menos é o que se espera. O relato de Ricardo ressalta a importância da atuação do profissional para a promoção dos núcleos de acessibilidade nas instituições de Educação Superior.

Ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de um compromisso institucional sustentável para garantir que essas práticas sejam mantidas e aprimoradas ao longo do tempo, a instituição enquanto parâmetro geral deve trazer essa responsabilização como sendo papel de todos.

Cabe ressaltar que, apesar do professor cita as suas ações implementadas por ele na instituição e que ao inserir os núcleos de acessibilidade na instituição isso também vem a

beneficiar técnicos e professores, porém, os núcleos foram criados prioritariamente para atender os alunos que ingressam na universidade e não necessariamente tem essa obrigatoriedade.

O professor Eric relata que há algumas adaptações feitas na instituição, mesmo que não muito adequadas, que foram sendo feitas com o decorrer dos anos, entre elas pisos táteis, rampas e elevadores hidráulicos. Além desse aspecto ele traz que a instituição veio ao longo dos anos criando políticas para aprimorar a acessibilidade dentro da instituição e afirma que a sua presença dentro do departamento pode ter causado uma maior visibilidade a certas necessidades, especificamente às pessoas cegas que ocupam o espaço universitário.

Wagner ao longo da entrevista ressalta principalmente a questão do apoio para o desenvolvimento de seu trabalho, com a presença do aluno monitor. Ele se queixa da falta de apoio que tem dentro da instituição, e que isso acabou por reverberar no apoio de um aluno desqualificado para auxiliá-lo nas atividades profissionais. O professor Pedro relata sobre o impacto da sua presença na instituição. Indica que mesmo antes de sua efetivação, ele frequentava a universidade como estudante extensionista e de aluno pós-graduação, mas mesmo que houvesse a necessidade de algumas adaptações como a de acesso ao banheiro, essa demanda não era atendida. Foi somente depois de sua efetivação como docente, que foram realizadas algumas adaptações.

O Professor João reconhece a gestão atual como consciente de certas demandas da universidade, e que há uma atenção sobre acessibilidade e permanência, mas que no seu dia a dia não observa esse cuidado, já que determinados problemas continuam sem resolução.

Entende-se que os professores desta pesquisa são diversos em relação a determinadas demandas. Alguns necessitam de melhorias na mobilidade, enquanto outros destacam a necessidade de acesso a sistemas de informação. Além disso, a falta de visibilidade da instituição em proporcionar um espaço de trabalho adequado para os docentes, em condições compatíveis com seu tempo de trabalho, é uma preocupação compartilhada.

Entende-se que o espaço acadêmico põe em pauta questões relacionadas à denominada política de inclusão, no entanto, indica lacunas, no que diz respeito ao fato de concretização dos direitos de professores com deficiência.

E isso se dá pela trajetória das pessoas com deficiência que tem o seu processo de escolarização muitas vezes interrompido por diversos fatores, o que torna a docência na Educação Superior uma exceção. Caiado, Berrille e Saraiva discutem que

[...] ao entrar na escola, o aluno com deficiência ainda encontra um espaço marcado pela lógica da homogeneidade. A pessoa com deficiência carrega a marca do improvável, da incapacidade, do diferente. Por tudo isso, cabe

questionarmos: Mas será que a deficiência exclui? No pensamento marxista, o esforço é sempre compreender as relações que constituem a totalidade em que todas as dimensões sociais interagem, porque ‘a totalidade resulta da síntese de múltiplas determinações mediante um leque de mediações’. (Caiado; Berribille; Saraiva, 2013, p. 17).

Refletir sobre as condições de trabalho dos professores com deficiência envolve considerar as determinações que compõem a totalidade de suas experiências. Isso significa analisar o que precede a trajetória desses professores, compreendendo as condições sociais que moldam suas vidas. As políticas sociais desempenham um papel crucial nesse contexto, influenciando e sendo influenciadas pelo contexto social mais amplo das pessoas com deficiência. Portanto, pensar nas condições de trabalho desses professores é inseparável de uma análise mais abrangente das condições sociais e políticas que permeiam o cenário em que estão inseridos.

Os professores com deficiência hoje muitas vezes se encontram em uma posição de exceção, e a falta de apoio institucional pode reforçar essa condição de serem poucos. A acessibilidade, entre outros aspectos (sociais e de classe) emergem como um fator que pode gerar exclusão. Nas narrativas dos professores entrevistados, observamos vivências que destacam a fragilidade dos apoios recebidos e situações que foram se alterando devido à presença dos professores com deficiência.

Para darmos prosseguimento na discussão sobre o trabalho docente analisaremos os trechos referentes à remuneração dos professores com deficiência, se eles consideram compatíveis em relação às todas as atividades desempenhadas ou não, e a sua satisfação em relação às atividades que desempenham.

Quadro 10 - Remuneração Salarial

Subcategoria: Quais as condições de trabalho dos professores com deficiência?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Você considera que o trabalho docente na educação superior tem uma boa remuneração? Considera um trabalho estável?
Participante (1): Ricardo	" Não, não tenho uma boa remuneração. Eu acho baixíssimo o valor que nos pagam, não compreendo de onde vem esse cálculo, sério mesmo. [...] Acho muito baixo. Ao mesmo tempo que compreendo que nosso salário está acima da média nacional, vivo mal. Mas pelo tanto de trabalho que você faz e até mesmo pelo nível de responsabilidade sobre as suas ações diante da sociedade, e volto a dizer, não considero que o meu salário é baixo diante da média nacional, mas pela posição que ocupo. E quando falo eu e meus colegas professores que você vê ali na ativa, fazendo acontecer, só para você aprovar um programa de pós-graduação, você tem que ir voando baixo, tem que estar produzindo, escrevendo, publicando umas três, quatro vezes por ano, escrevendo livros, orientando, ministrando disciplinas para poder aprovar, sabe."

Participante (2): Eric	"Olha, é uma pergunta relativa. Uma boa remuneração é muito relativa. Se você pegar a população brasileira, nós somos muito mal remunerados. Acho que a renda é muito mal distribuída, então fica difícil para mim responder essa pergunta. Eu não vim para a universidade por causa do salário; eu vim por melhores condições de trabalho. Acho que o professor universitário poderia ganhar mais. Acho que todo mundo poderia ganhar mais no contexto que nós temos. Assim, a renda é muito mal distribuída. Professor universitário tem uma boa remuneração, agora pelo que o professor universitário estuda, pelo que ele se dedica, pelo que ele lê, pelo trabalho, ele ganha mal frente a outras profissões".
Participante (3): Wagner	"Olha, se você for analisar a dificuldade que a gente tem, os 'ralas', tô falando meio que popular isso, os 'ralas' que a gente sofre, do magistério ao pós-doutorado, o nosso salário é pequeno. Nosso salário é muito pequeno pelo esforço, pela dedicação. Professor é um eterno estudante... então, assim ó, talvez uma das categorias que nunca para de estudar são os professores. Então, eu considero que o nosso salário ainda, pelo que nós enfrentamos, pelo que nós nos dedicamos, é muito pouco."
Participante (4): Pedro	"[...] em relação à remuneração, acho que não condiz com o volume de trabalho que a gente realiza. Porque é isso, como diz lá no início, dar aula já é bastante volumoso, já tem bastante, fora as questões de extensão, pesquisa, que a gente não pode deixar de fazer, obviamente, é a questão administrativa. Então, acho que a gente recebe menos do que deveria, e tem uma ilusão de que a gente recebe bem, mas eu acho que precisava reajustar."
Participante (5): João	"É um trabalho estável. Já saí do estágio probatório, enfim, então, a não ser que eu faça uma besteira enorme, mas tem que ser muito grande porque no processo administrativo tem 14 itens que eu tenho que preencher para ser exonerado. É muita coisa, então, desse ponto de vista, é estável"

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Os docentes acima relacionados, consideram que a remuneração mensal que recebem, é insuficiente em relação à proporção de atividades que precisam desempenhar. Cabe destacar que reconhecem que a média salarial que recebem está acima da maioria da população, mas indicam o elevado número de atividades a serem desempenhadas, acompanhada da desvalorização e ataques à docência universitária que os professores sofreram durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, além da instabilidade na estrutura das unidades que impactam o trabalho do professor. Os relatos destacam, também, a questão da estabilidade enquanto funcionário público e os ataques às universidades fortemente influenciada pelo governo federal, 2018-2022. Durante esse período, o Brasil enfrentou uma considerável hostilização na Educação Superior pública, o que impactou a estabilidade e as condições de trabalho nesse contexto.

Durante esse período de instabilidade, foram tentadas algumas medidas, como o direcionamento dos recursos públicos para as elites rentistas, a implementação de práticas autocráticas, a mercantilização e a desestruturação da universidade pública como uma entidade autônoma (Santos; Musse; Catani, 2020, p. 1). Essas ações sugerem uma série de mudanças que

impactaram negativamente a autonomia e a integridade das instituições de Educação Superior públicas, bem como, o trabalho dos professores e servidores públicos.

A desigualdade salarial que é uma das unidades trazidas pelos participantes, há uma comparação entre sua faixa salarial e a média nacional, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a renda média habitual real é de R\$ 2.924, registrada no segundo trimestre de 2023 (IPEA, 2023), salienta-se que a "renda média habitual" pode ser calculada somando-se todos os rendimentos individuais dentro do grupo em questão e dividindo-se esse total pelo número de indivíduos, busca fornecer uma representação mais estável e duradoura da renda média, excluindo variações temporárias ou eventos atípicos que podem afetar a renda média.

Na amostra dos nossos participantes, apenas um deles possui um salário inferior a nove salários mínimos (bruto), o que os coloca, nesse aspecto, acima da média salarial. A desigualdade salarial é abordada pela perspectiva marxista como um resultado da divisão da sociedade em classes, em que as pessoas são classificadas e quantificadas. Nesse processo, todos são explorados em diferentes medidas, já que ambos não detêm os meios de produção, experimentamos a alienação da natureza, de si mesmos e de suas próprias atividades, nas palavras de Mattos (2019), o homem está alienado do próprio homem.

A diferença nos salários entre as pessoas é determinada pelas relações de produção capitalistas, vale enfatizar que o modo de produção capitalista cria uma divisão fundamental entre duas classes sociais principais: a burguesia e o proletariado. O que difere um do outro é que um detém os meios de produção e o outro não, e nessa comparação feita pelos participantes eles também fazem parte de uma classe explorada, mas que dentro do aspecto mais amplo tem uma remuneração que difere do parâmetro nacional, a desigualdade na distribuição de renda é uma característica intrínseca do capitalismo, não existe capitalismo que proporcione igualdade, não trata-se de quem recebe mais ou menos mas que dado a dinâmica social sempre haverá desproporção. “Em vez do lema conservador de ‘um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado.’” (Mattos, 2019, p. 106).

Para o marxismo, o trabalho assalariado é visto como uma relação fundamentalmente desigual e exploradora que gera problemas estruturais e leva a contradições inerentes ao sistema capitalista como: exploração, alienação e insegurança no trabalho que estão dentro de um ciclo imerso em crises que geram desigualdade.

Com isso, a falta de valorização é mais um dos agravantes do trabalho no capitalismo, não existe trabalho valorizado, todo trabalho se liga intimamente com a ideia de exploração e sua produção de mais-valia, sua alienação durante o processo do trabalho e a sua abordagem

meramente mercantil. Portanto, a afirmação de que o trabalho docente não é valorizado se estende a todas as profissões desempenhadas pela classe trabalhadora, que devido a sua forma estrutural não irá valorizar nenhum tipo de trabalho por eles exercidos.

Dado o contexto dos professores e as diversas atividades que desempenham, foi perguntado a eles quais atividades reconhecem como satisfatórias e insatisfatórias, a partir de uma escala que vai de 1 a 5 sendo: 1 muito insatisfeito, 2 insatisfeito, 3 indiferente, 4 satisfeito e 5 muito satisfeito e as atividades elencadas foram: ministrar aulas graduação, ministrar aulas na pós-graduação, supervisão em projetos de extensão, orientação em iniciações científicas, orientações em nível mestrado/doutorado e cargos administrativos, os resultados obtidos foram:

Quadro 11 - Atividades desempenhadas, nível de satisfação

Participantes	Graduação	Pós-graduação	Extensão	ICs	Mestrado/doutorado	ADM
Ricardo	Satisfeito	Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Insatisfeito
Eric	Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Wagner	Muito Satisfeito	Muito Satisfeito	Insatisfeito	—	Muito Satisfeito	Insatisfeito
Pedro	Muito Satisfeito	Muito Satisfeito	Muito Satisfeito	—	—	Muito Insatisfeito
João	Satisfeito	Muito Satisfeito	Muito Satisfeito	Muito Satisfeito	Indiferente	Satisfeito

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O relato do professor Wagner indica que atualmente não está envolvido em projetos de Iniciação Científica devido a outras demandas da universidade, enquanto o professor Pedro, devido a uma recente contratação e afastamento para o doutorado, não está participando de projetos na Iniciação Científica e na pós-graduação.

Ao analisar as seis atividades desempenhadas, observa-se que os professores estão satisfeitos com as atividades na graduação e pós-graduação. No entanto, o professor Wagner expressa insatisfação na área de extensão, e o professor Ricardo está insatisfeito com as atividades de iniciação científica. Notavelmente, a atividade que gera a maior insatisfação é a de atividades administrativas, que envolvem gestão e coordenação.

Essa análise destaca áreas específicas em que os professores que participaram desta pesquisa, podem enfrentar desafios ou insatisfações, indicando a necessidade de avaliação e possível melhoria nas condições e no suporte oferecido nessas atividades administrativas.

Por tratar-se de uma atividade que implica no acesso a sistemas de informação da universidade, entre outras plataformas os professores cegos acabam por ter dificuldades em realizar algumas tarefas como indica o professor Eric “[...] então, eu estou na coordenação e um aluno pede um trancamento de matrícula. Não consigo dar ok, tenho que ligar para a nossa secretária da coordenação e passar a minha senha para ela”. Ainda sobre isso o professor Ricardo:

[...] nós vamos ter um evento em outubro, um seminário e tal[...]meu vice (coordenador) me ajudou a preencher formulários na internet, mas eu evito, porque vou fazer uma pesquisa que precisa de formulário, já não faço, sabe assim, certas coisas não faço.

Observa-se que a falta de acessibilidade digital afeta diretamente o trabalho dos professores, dado que, eles acabam não podendo realizar com autonomia as atividades, apenas com auxílio de outra pessoa, ou até mesmo não realizando. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, embora seja direcionada para os estudantes, descreve que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Essas ações que envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, nos sistemas de informação, materiais didáticos e pedagógicos, e devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (Brasil, 2008).

Entretanto, a experiência dos professores desta pesquisa revela que a acessibilidade digital é um obstáculo enfrentado por eles, já que muitos sistemas de informação digitais não são desenvolvidos levando em consideração princípios de acessibilidade para usuários com deficiência, isso pode resultar em interfaces pouco amigáveis para os leitores de tela, recursos como chats, fóruns e salas podem não ser otimizados, documentos digitais, especialmente em pdf podem apresentar desafios para os leitores de tela, se os materiais de ensino não estiverem devidamente marcados e organizados, os professores cegos podem ter dificuldade em acessar e interpretar o conteúdo, plataformas de avaliação digital podem afetar a capacidade do professor de criar, administrar e avaliar exames online.

Para superar essas dificuldades, é necessário que os desenvolvedores de software e plataformas educacionais considerem a acessibilidade desde o início do processo de design e que esse seja um critério para das universidades para implementar uma plataforma. Além disso, é importante, por exemplo, oferecer treinamento contínuo e suporte técnico para os professores cegos, garantindo que possam tirar o máximo proveito das ferramentas digitais disponíveis.

Daremos prosseguimento aos resultados observando a influência da família na trajetória dos participantes desta pesquisa.

6 PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS

A conquista do trabalho docente na Educação Superior, pode ser considerada um feito improvável para essas pessoas. Embora as políticas de tenham certo avanço, uma parcela muito pequena de professores alcançou tal patamar educacional.

As pessoas com deficiência historicamente foram marcadas pelo sinônimo de inferioridade e incapacidade. Nesse processo, os grupos sociais apontam o sujeito como incapaz, marcam-no como desacreditado. Quanto mais visível for essa ‘marca’, mais impossibilidades se criam e menor será a chance de reverter isso para uma imagem social aceitável. (Sá; Padilha, 2013, p. 143).

Portanto, os relatos dos participantes ao longo desta pesquisa reforçam a importância da ampliação das políticas e vislumbra que todas as medidas para incluir os professores com deficiência avance, com isso, não há como dissociar as histórias de vida desses sujeitos do contexto familiar, se houve incentivo ou não e qual o impacto de determinados arranjos familiares, foram selecionados os trechos que correspondiam a pergunta: O seu contexto familiar influenciou na sua escolha profissional?

Quadro 12 - Influência da família na trajetória dos participantes

Subcategoria: Qual o contexto e a influência da família na trajetória dos participantes?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: O seu contexto familiar influenciou na sua escolha profissional?
Participante (1): Ricardo	“Sim, acho que muito mesmo, graças aos meus pais, à minha ex-esposa, uma pessoa que me ajudou bastante e, meus filhos também.”
Participante (2): Eric	“A minha família não influenciou muito não. O que influenciou foi a escola, foi o professor. Tive liberdade na família, o meu pai gostaria que eu fosse mais para economia, para o direito. Ele achava que ia me dar bem, pensava que professor sofre muito e ganha mal, em geral. Tive liberdade para escolher, fui fazer física, daí viram que era o meu sonho e me apoiaram. Mas não teve assim 'vai ser professor', ninguém fala isso, né? 'Vai ser professor'.”
Participante (3): Wagner	“Não, desde que eu decidi que ia ser professor, não influenciou em nada, sabe? Porque meus pais são totalmente analfabetos. E quando cheguei na sétima série e decidi que ia ser professor, comuniquei à minha mãe que morreu com 80 anos sem assinar nome. Ela falou assim: 'Meu filho, mas você é cego, como você vai ser professor?' Porque ela entende que professor, para ela, coitada, dentro do grau de instrução que ela tinha, que era muito pequeno, entende que professor é uma profissão para os perfeitos exercerem. Então, não tive a influência da família para ser professor, embora tive apoio quando fui fazer magistério. Terminei a oitava série na época, minha mãe falou assim: 'Agora já tá bom, né? Você já estudou, né? Eu falei, mãe, mas eu vou fazer magistério, e ela: 'O que que é magistério?' '- É um curso que eu vou ser professor.' '- Mas para que você vai estudar mais? Você já terminou a oitava série? E teve formatura lá na oitava série, na época fazia até formatura de oitava série, sabe? Aí fui fazer magistério. No dia que falei para a minha mãe que eu ia para a universidade, que ia fazer curso de história, que ia fazer o vestibular, minha mãe falou: '- Mas você

	<p>não vai parar não? Você vai ficar doido de tanto estudar.' Porque é assim, né? Falam que quem estuda muito fica doido. Tá bom, fiz história, fiz duas especializações na minha cidade. Não tinha mestrado em 2006, decidi fazer mestrado e fui para outra cidade. Aí pronto, foi o fim de tudo. Minha mãe, embora apoiasse, embora rezasse muito por mim e pedisse todas as proteções divinas para mim, não concordava que eu tinha que sair da cidade para estudar fora. Mas fui para o mestrado e já entrei no doutorado. E quando fui concursar no Pará para ser professor lá e fui efetivo um ano, minha mãe falou: '- Não é possível, você perdeu a ideia de vez. Você vai sair da sua cidade, largar a sua casa própria para ir para o Pará.' Então, eu tive. Agora, incentivo de 'vai agora, segue em frente,' não, e vou falar para você porque nós éramos sete irmãos, hoje somos cinco. Só eu passei do ginásio, os outros seis nenhum chegou a concluir o ginásio."</p>
Participante (4): Pedro	<p>“Sim, de alguma maneira, pensando na questão da arte, né? Minha mãe é artesã, artista visual. Sempre tive acesso e contato com a arte aqui em casa, com a música, literatura, então fui bastante estimulado a isso. Na própria escola também, com teatro e tal. Minha mãe também é professora, não foi uma escolha assim diretamente, tipo 'minha mãe é professora, vou ser professor também'. Foi algo que o próprio campo das artes acaba nos obrigando inicialmente. Não foi o meu sonho ser professor; era ser artista, desenvolver a minha arte, enfim, com isso. Mas a gente sabe que, para ser artista, precisa exercer outras funções. E como eu acho que o que mais me influenciou a ser professor foi ali da escola de dança. Desde 98, eu frequentava a escola de dança. Então, de alguma maneira, como dava muitas oficinas, já dava aula. E no projeto de artes, tinha que dar aula para a comunidade como contrapartida, viajar. Além de apresentar, dava aula e tal. E isso foi me estimulando como uma possibilidade. Não ia fazer concurso para outra coisa, entendeu? Ou era para ser professor universitário, ou então, continuaria artista. Então, acho que a família, na escolha artística, influenciou, mas não na docência.”</p>
Participante (5): João	<p>“Totalmente. Bom, a minha formação de graduação é em ciências sociais e direito. Fiz ciências sociais porque a família sempre teve um peso, digamos assim, maior na área de humanas. Alguns foram para história, outros para letras e outros para as ciências sociais, foi o meu caso. Tenho uma outra prima que também foi para as ciências sociais, e o direito, até confesso que no começo, para atender as expectativas de papai e mamãe, pensando no mercado de trabalho, né? E então, acabei fazendo os dois ao mesmo tempo, manhã e noite, e o curso de direito.”</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Assim, “As designações ‘pai’, ‘filho’, ‘irmão’, ‘irmã’, não são simples títulos honoríficos, mas, ao contrário implicam em sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, e cujo, conjunto forma uma parte essencial do regime social” (Engels, 1984, p. 29).

Os termos familiares como "pai", "filho", "irmão" e "irmã" vão além de meros títulos, sendo carregados de significados e responsabilidades concretas, estes termos implicam em compromissos e deveres bem definidos entre os membros da família, a estrutura familiar não é apenas uma questão de nomes ou hierarquias, mas sim um conjunto de responsabilidades mútuas que desempenham um papel crucial no tecido social.

Cada papel será desempenhado e determinado a partir das realidades concretas que vivenciamos, e o que foi historicamente sendo decretado como um dever e obrigação por parte dos diversos componentes familiares.

Em suma, a família, independentemente de sua composição, é parte integrante e funcional do sistema econômico capitalista, desempenhando papéis específicos na reprodução da força de trabalho, na transmissão de propriedades e na perpetuação das desigualdades de classe, são moldadas e influenciadas pela estrutura econômica e social em que estão inseridas.

Durante as entrevistas foi pedido aos professores para que comentassem sobre a participação de suas famílias em suas trajetórias escolares e o possível impacto em sua carreira profissional. Ricardo é o filho mais velho de dois irmãos, seu pai é engenheiro e sua mãe costureira, tem dois filhos, é divorciado e mora sozinho atualmente, vive em zona urbana no estado do Amazonas, onde nasceu e cresceu.

O professor Ricardo compartilha que seus filhos são uma fonte de motivação para buscar aprimoramento contínuo. Mesmo reconhecendo as dificuldades inerentes à docência, ele expressa sua felicidade na profissão. Destaca o papel significativo que a família desempenha em seu percurso acadêmico e profissional, fornecendo suporte e estímulo ao longo do caminho. Durante a entrevista declara que a mãe o incentivou a fazer faculdade:

[...] quando eu fiz o Ensino Médio, eu achei que eu não ia mais estudar, mas aí a minha mãe conversou comigo e ingressei na faculdade. Me permitiu ter as oportunidades que a vida tinha a oferecer, mesmo na minha condição de deficiência (Ricardo).

O trecho destaca a importância da família ao incentivar os filhos a prosseguirem com seus estudos, combatendo possíveis limitações que os filhos podem acreditar ter decorrente da sua deficiência. No entanto, há de se reconhecer que na nossa sociedade persiste uma percepção equivocada de que a deficiência é uma culpa e insuficiência do indivíduo, em vez de ser reconhecida como resultado de estruturas que impõem limitações e estabelecem padrões de exclusão. Essa observação aponta para a necessidade de uma mudança de perspectiva, entendendo a deficiência dentro do contexto mais amplo da diversidade humana e reconhecendo a responsabilidade das estruturas sociais na promoção da emancipação dos sujeitos.

Sobre as condições econômicas da família Ricardo revela que:

[...] a minha família é uma família de classe média para baixo. Então, os meus pais se esforçaram muito para me colocar em um colégio bom no início, em um colégio particular. Ao longo dos anos, a gente foi perdendo o poder aquisitivo, e eu tive que sobreviver de alguma forma, trabalhando (Ricardo).

A família do Professor Ricardo, sofreu durante a sua escolarização períodos de perda do poder aquisitivo e isso acabou por o levá-lo a frequentar o ensino médio em escola pública e também tendo que encontrar um emprego para complementar a renda familiar. No que foi

relatado pelo professor durante a entrevista é perceptível que ele teve apoio da família para continuar seus estudos, mesmo com instabilidades econômicas, foi importante para concluir o ensino médio e ingressar em uma universidade.

Investigar a trajetória desses professores por vezes revela o quanto o aprofundamento das suas histórias de vida os limita, ou não ter levado a tal conquista profissional. No caso do professor Ricardo é observável o quanto ele se sente realizado e apoiado pela sua família.

Eric é o filho mais velho de dois irmãos, o pai é administrador e a mãe cursou o magistério, mas atua como dona de casa, mora sozinho, é divorciado e atualmente mora em uma zona urbana próximo da universidade em que trabalha.

Eric não reside na mesma cidade que sua família, o que inicialmente representou uma dificuldade em sua carreira docente, pois sentia muita falta da presença deles por perto. Ao ser questionado se sua família o incentivou em sua escolha profissional, ele relata que não houve incentivo específico para a docência. Seu pai tinha outras expectativas em relação à sua profissão, mas o incentivava a estudar. No entanto, quando Eric decidiu seguir a carreira em física, recebeu apoio da família.

Na sua entrevista o professor destaca o papel da sua irmã na sua trajetória em diversos momentos diferentes da sua trajetória, como no seu trabalho na educação pública fundamental e no mestrado "Eu anotava em um caderno os números que eram os presentes, os que faltavam, porque era mais fácil, e depois levava para minha irmã, que passava a caderneta a limpo. A gente fez 20 provas diferentes no mimeógrafo" (Eric). No mestrado "Minha irmã lia para mim, me ajudava no meu trabalho o dia inteiro, e a gente ia fazer pesquisa e leituras à noite. Devo muito à minha irmã" (Eric).

Algumas pesquisas apontam que o convívio entre irmãos com e sem deficiência impactam diretamente em aspectos emocionais e ajudam no desenvolvimento.

O impacto do convívio com a deficiência em irmãos envolve, também, aquisições positivas. Dentre os aspectos emocionais considerados positivos, destacam-se, resumidamente, o desenvolvimento de paciência, empatia, compreensão, altruísmo, independência, sentido de realidade, responsabilidade com a vida e união no relacionamento fraterno. O convívio com o irmão pode gerar maior facilidade de lidar com a diferença e potencializar competências cognitivas, afetivas e sociais. (Alves; Serralha, 2019, p. 490).

Assim como é perceptível o quanto o professor se sente grato por todo o apoio da irmã a relação que os dois têm proporciona a toda família um crescimento afetivo, que permite com que as relações entre eles sejam empáticas e significativas na vida de ambos.

O professor relata que o que o incentivou ele a optar pela docência foi a influência de um professor que ele teve durante o ensino médio:

Ele foi uma pessoa importante para mim quando estava no primeiro ano do ensino fundamental, com catorze anos. Ele me buscou no fundo da sala; eu estava lá dormindo. Ele foi lá e disse: 'Menino, você tem potencial.' Ele é importante para mim pelo seguinte: em 2014, um ano antes da oitava série, fui orientado a parar de estudar porque, segundo os coordenadores da escola onde eu estava, não poderia aprender física, química e matemática. Naquela época, a discussão sobre inclusão e Educação Especial era em um formato paralelo e não transversal, como é percebida hoje. Então, havia toda essa coisa do aluno com deficiência ser segregado. Mas o professor me viu na última carteira, foi me buscar e me levou para a primeira carteira, começando a me ensinar (Eric).

O papel da escola e da família na vida de uma pessoa com deficiência é crucial para o processo de escolarização. Se o ambiente escolar apresenta apenas barreiras, a efetividade da inclusão pode ser comprometida. No caso mencionado, o apoio da família pode ter desempenhado um papel significativo ao fornecer suporte emocional e encorajamento.

Além disso, destaca-se a importância do papel do professor (anteriormente aluno) na trajetória desse indivíduo. O incentivo recebido deixou marcas positivas, influenciando sua decisão de se tornar um docente. Esse relato ressalta como a atuação de professores pode ser transformadora, não apenas no aspecto acadêmico, mas também no desenvolvimento da identidade e das aspirações de um estudante com deficiência.

A romantização da superação muitas vezes obscurece a realidade das barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam. Enfrentar desafios não deveria ser a norma esperada, mas sim uma luta contra barreiras sistemáticas que violam os direitos e contribuem para a exclusão.

Ao destacar que a superação não deve ser vista como premissa, você aponta para a responsabilidade do sistema econômico e social em proporcionar condições equitativas desde o início. A sociedade deve se esforçar para eliminar essas barreiras, garantindo que todos, independentemente de suas habilidades ou características, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, profissionais e sociais.

O incentivo para deixar a escola comum, em favor de ambientes segregados, reflete um período em que as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas do sistema educacional. Ao invés de serem incluídas e apoiadas eram direcionadas para instituições especializadas, contribuindo para sua invisibilidade e marginalização.

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência representa um reconhecimento de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, devem ter a possibilidade de participar plenamente do sistema educacional regular.

Apesar de aparentemente ‘superadas’ a luta pela manutenção das pessoas com deficiência é uma revogação contínua, no ano de 2020 foi estabelecido um decreto (que se encontra revogado) no qual propunha a materialização do retorno às propostas segregacionistas e excludentes. Segundo Santos e Moreira (2021):

[...] a análise crítica do decreto nº10.502/2020 revela que este se constituiu um retorno a um conjunto de propostas de natureza segregacionistas e excludentes que, historicamente, marcam a Educação Especial no Brasil, ainda revestidas de novas configurações. Nesse sentido, ressaltamos que a possibilidade da escolarização em espaços segregados retoma, ainda que implicitamente, o conceito de deficiência adentro de uma perspectiva unicamente biológica, centrado na pessoa, não considerando as barreiras sociais, atitudinais e arquitetônicas, dentre outras, que, na maioria das vezes, são as principais responsáveis pela não aprendizagem ou a não adequação dos alunos com deficiência na escola regular. (de Lima, 2021, p. 156-175).

A segregação, em vez de abordar as barreiras sociais e estruturais que contribuem para a exclusão, muitas vezes responsabiliza a pessoa com deficiência por suas particularidades. Isso reflete uma abordagem equivocada, já que coloca a culpa no indivíduo em vez de reconhecer e abordar as barreiras sistêmicas que limitam a participação plena na sociedade.

A história do professor Eric destaca a influência crucial do suporte familiar e de mentores ao longo de sua jornada. Mesmo enfrentando desafios no trabalho, o apoio da família foi um elemento fundamental para sua adaptação profissional.

Além disso, a importância do professor no ensino médio evidencia como figuras inspiradoras podem moldar positivamente o caminho de um indivíduo. O incentivo e o acolhimento proporcionados por esse professor contribuíram para o desenvolvimento de Eric, demonstrando o impacto significativo que os educadores podem ter na vida de seus alunos. A experiência do professor ressalta a importância de redes de apoio, tanto familiares quanto educacionais, na superação de barreiras e na promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

Wagner, é o quinto filho de sete irmãos, sendo dois já falecidos, os pais são trabalhadores rurais, tem duas filhas, é divorciado e durante a sua infância morou em zona rural. Tem deficiência adquirida devido a um acidente agrícola e os pais migraram para a zona urbana após o acidente.

Traz que durante o período de mudança a família adquiriu outros empregos enquanto ele recebia o cuidado das irmãs mais novas e mais velhas:

Daí eu fui ser cuidado pelas irmãs ou por uma irmã menor e mais nova do que eu, e as outras irmãs foram ser domésticas. Os dois irmãos foram ser trabalhadores da construção civil e servente de pedreiro. Meu pai foi ser

guarda noturno porque era semi analfabeto, e minha mãe foi fazer a limpeza em hospital (Wagner).

Durante o período que estava sendo cuidado pelas irmãs acabou aprendendo braille de forma domiciliar:

Fiz braille, quase que de forma domiciliar, porque na minha cidade não tinha escola especial para pessoas com deficiência visual. Quando aprendi braille, eu já fui fazer o ginásio da 5ª à 8ª série sem enxergar, usando apenas um reglete. Inclusive, tenho reglete até hoje; levo para a sala de aula, especificamente para fazer algumas anotações do aluno, chamada (Wagner).

Quando perguntado a ele se houve incentivo da família para os estudos revela que não, e que a mãe nunca chegou a saber escrever o próprio nome, relaciona que devido à baixa escolaridade dos pais não tinha como esperar deles um direcionamento no que se relacionava aos estudos.

A história do professor Wagner remonta a uma realidade não tão distante da brasileira, na qual o país enfrentava taxas significativas de analfabetismo. Um estudo de Pinto, Brant, Sampaio (2000) e Oliveira, Pereira e Lima (2017) demonstra que em 1960, a taxa de analfabetos era de 39,7%; em 1970, era de 33,7%; e em 1980, de 25,9% (Pinto; Brant; Sampaio, 2000, Oliveira; Pereira; Lima, 2017, p. 513). Percebe-se que essa taxa diminuiu ao longo do tempo. No entanto, ao considerarmos a idade escolar aproximada dos pais do professor Wagner, é provável que esse cenário fosse ainda pior, uma vez que, em 1950, a taxa era de 50,6%.

A realidade vivenciada pela família do professor remonta a dificuldade das classes trabalhadoras do campo em receberem educação formal, que veio a ser implementada mais tarde com o objetivo de alfabetizar a população em prol de um avanço capitalista.

Bezerra Neto e Bezerra, ao analisarem o projeto de educação do campo no Brasil, sinalizam que a luta pela educação do campo se tornou uma luta possível devido às próprias mudanças no projeto capitalista para a educação, no qual o analfabetismo na classe trabalhadora se tornou um entrave para o desenvolvimento dos projetos capitalistas. (Bezerra Neto; Bezerra, p. 2011).

A análise de Bezerra Neto e Bezerra aponta para a relação intrínseca entre a educação e os interesses do sistema capitalista. O analfabetismo na classe trabalhadora é percebido como um entrave para o desenvolvimento dos projetos capitalistas, sugerindo que a educação é vista como um meio para preparar a força de trabalho e atender às demandas do sistema econômico, há uma dimensão instrumental na qual a educação é utilizada como uma ferramenta para atender aos interesses do capital. A superação do analfabetismo na classe trabalhadora não deve ser

uma questão para garantir uma força de trabalho mais qualificada e adaptada aos requisitos do sistema econômico.

O relato do professor Wagner destaca um aspecto relevante da percepção social da sua mãe em relação à docência, de que apenas corpos considerados "perfeitos" podem ser professores revela estereótipos e preconceitos em torno da capacidade das pessoas com deficiência. Essa concepção é reflexo de uma estrutura social que historicamente excluiu ou marginalizou pessoas com deficiência de diversas esferas, incluindo o campo profissional.

A ideia de que o corpo deficiente é incompatível com determinadas profissões, como a docência, é um estigma que está associado à percepção de que a deficiência implica automaticamente em incompetência ou limitação. A ausência de modelos profissionais com deficiência pode contribuir para a perpetuação desses estereótipos, já que a sociedade muitas vezes não é exposta a exemplos de pessoas com deficiência executando trabalhos.

As discriminações sofridas pelo corpo deficiente e o estigma social que o acompanhou no decorrer dos tempos se refletem hoje em novas nomenclaturas sobre o corpo e o indivíduo deficiente como; aleijado, inválido, pessoa excepcional, especial, portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais, e por fim pessoa com deficiência. É válido salientar que a adoção destes nomes não modificou o olhar social sobre este corpo que segue contentando-se com brechas na sociedade. Ainda prevalecem os modelos corporais de perfeição e produtividade física, a supremacia do corpo bípede, da visão bidimensional, da audição perfeita, do raciocínio rápido e lógico, onde o corpo se torna cada vez mais atrelado a correção, condicionamento e a diferentes tipos de manipulações estéticas. (Teixeira, 2010, p. 1-2).

Torna-se necessário sempre reforçar as múltiplas existências que reconheçam e celebrem a diversidade humana, desvinculando a valoração de um indivíduo de sua conformidade com normas predefinidas de perfeição física ou funcional.

O relato sobre a mãe do professor Wagner reflete o estigma social associado à deficiência frequentemente resulta em atitudes e expectativas limitadas por parte da sociedade, inclusive de membros da própria família. A mãe, ao expressar surpresa e incompreensão diante do desejo do filho de se tornar professor, revela o impacto desse estigma internalizado. A falta de expectativas iniciais em relação à escolarização do filho demonstra como, historicamente, as pessoas com deficiência foram subestimadas e muitas vezes excluídas das oportunidades educacionais e a medida que o professor Wagner ultrapassa esses limites e busca avançar em sua formação, surge o estranhamento, sugerindo uma quebra de padrões preconcebidos.

No seu depoimento o professor revela que apesar da sua incompreensão perante seus desejos profissionais ela temia pela segurança do filho e rezava pedindo por proteções divinas.

A história do professor Wagner é caracterizada por uma quebra do que era colocado socialmente para as pessoas com deficiência, demonstra que a origem social não só poderia o afetá-lo como afetou na escolarização dos seus pais e irmãos que não frequentaram para além da educação básica, ele se torna uma exceção não só entre as pessoas com deficiência de sua época como também dentro de seu ciclo familiar.

Pedro, é o filho mais velho dos dois irmãos, o pai é auditor fiscal e concluiu a Educação Superior e a mãe professora tendo feito magistério, não possui filhos e é casado atualmente mora em uma região urbana no estado da Bahia.

Quando perguntado a ele se houve apoio familiar na escolha profissional, revela que sempre foi estimulado a área das artes como música e literatura e na escola isso também ocorria, apesar de não ser uma escolha direta pela docência foi algo no qual foi vislumbrando devido ao caminho artístico, que segundo ele é algo que o campo das artes exigiu dele. Antes de assumir o cargo como docente na universidade a frequentava como membro externo e quando houve a possibilidade de prestar o concurso se candidatou, Pedro informa também que nunca frequentou escolas públicas apenas na Educação Superior.

O professor não relatou nenhum tipo de dificuldade financeira por parte da família, e que os pais sempre o incentivaram a estudar, sem impor a ele qualquer tipo de escolha profissional. Relembra alguns momentos durante a infância que sempre recorria às artes como uma forma de se expressar e isso que acabou se mantendo e influenciando na sua escolha profissional.

Desde muito cedo, desde criança, gostava de escrever poesia, desenhar, brincar de teatro com bonecos, com a turma de amigos e amigas. A gente ficava brincando de criar cenas no quintal, eu, minha irmã, as amigas e os amigos. Na escola, também, os trabalhos normalmente eram transformados em encenações, de história, de português, enfim. Até para estudar para as provas, eu e uma amiga ficávamos brincando de ser âncoras de telejornal, falávamos as notícias e tal. Então, tudo para mim era atravessado pela arte; meu desejo era as artes cênicas (Pedro).

Apesar do professor não se aprofundar sobre a pergunta feita, é factível dizer que a sua escolarização foi garantida, que os pais o incentivaram a ser expressivo e que isso indiretamente acabou por influenciá-lo, ainda destaca que na escola o mesmo ocorria.

João, é o filho mais novo entre dois irmãos, o pai tem o fundamental completo e atualmente é técnico, a mãe é professora e tem a Educação Superior completa, o irmão é falecido, atualmente mora sozinho e não tem filhos, mora em zona urbana.

Sobre o apoio da família diz que eles influenciaram diretamente nos seus estudos, que optou por fazer ciências sociais por que a família tinha um preço pela área de conhecimento e que pensando nisso optou também por cursar direito ao mesmo tempo.

A família do professor João o incentivou a cursar a Educação Superior, não relata nenhum tipo de dificuldade financeira vivenciada pela família e que devido esse suporte pode ter duas formações.

Os relatos dos professores destacam diversas experiências em relação ao apoio familiar em suas trajetórias educacionais. Enquanto quatro participantes ressaltam o papel crucial da família como suporte fundamental para superar desafios, o professor Wagner destaca a falta de incentivo devido à baixa instrução dos pais. Alguns professores mencionam ajuda direta para superar alguns obstáculos, como questões de acessibilidade no trabalho, enquanto outros, como o professor João, enfatizam o esforço conjunto entre família e instituição. Adicionalmente, os relatos indicam períodos de dificuldades financeiras, e, exceto pelo professor Wagner, a maioria dos pais expressava aspirações profissionais para seus filhos.

O recorte de classe emerge como um aspecto crucial ao discutir oportunidades, especialmente na dinâmica capitalista, em que, maiores recursos financeiros frequentemente se traduzem em mais oportunidades. No caso do professor Wagner, seus pais, trabalhadores rurais com sete filhos, apresentam menor escolaridade, delineando uma realidade na qual a condição socioeconômica e o acesso à educação se entrelaçam. Essa perspectiva ressalta como fatores como classe social podem influenciar significativamente as oportunidades disponíveis para indivíduos e suas famílias.

A ausência de oportunidades moldou a realidade da família dos pais do professor Wagner, contribuindo para a falta de perspectivas em relação à escolaridade do filho. A deficiência que ele carregava acrescentava complexidade a essa situação, refletindo como a interseção de fatores como classe social e condições socioeconômicas pode impactar profundamente as trajetórias educacionais e profissionais de indivíduos com deficiência.

Esse tipo de realidade vivida pelo professor revoga uma ideia de um passado não tão distante em que a educação era um espaço de privilégio, alguns teóricos como Gramsci destacam que a escolarização não pode partir de um autodidatismo do indivíduo. Esse seria o primeiro caminho para apontar os pobres como responsáveis por seu próprio fracasso escolar.

Não se quer repetir o surrado do lugar comum de que todos os sábios são autodidatas, na medida em que a educação é autonomia e não impulso vindo de fora. Lugar comum tendencioso que leva a não organizar nenhum aparelho de cultura e a negar aos pobres o tempo de ser dedicado aos estudos, juntando

à queda o coice, isto é, a demonstração teórica de que, se não se instruem, a culpa é deles. (Gramsci, 2017, p. 1730).

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelo professor Wagner em relação a sua família refletem um sistema que já havia falhado com seus pais. Isso não apenas resultou na falta de apoio, mas também em uma condição de vulnerabilidade na qual a família se viu inserida. Assim, não é possível atribuir ‘culpa’ à família, uma vez que eles próprios haviam sido privados de acesso às oportunidades. Isso ajuda a compreender que a condição social e condição educacional são determinantes para a trajetória escolar de indivíduos e quando isso se somatiza a deficiência se torna ainda mais complexo.

Apesar da falta de apoio é possível verificar na sua trajetória a superação de condições estigmatizantes, que o professor deu continuidade aos seus estudos e que isso por mais que não fosse fácil quebrou com certas determinações sociais.

Nos casos dos outros professores, é possível concluir que suas famílias os apoiaram ao incentivar o ingresso na universidade. Alguns frequentaram escolas particulares e tinham pais com grau de instrução superior, o que pode ter facilitado suas progressões escolares. Aspectos como a possibilidade de expressão, oportunidades proporcionadas pela família, incentivo, apoio nas escolhas, encorajamento e motivação foram destacados por esses professores em relação às suas relações familiares, esses elementos desempenharam um papel significativo.

Conclui-se que o papel familiar desempenha um papel crucial nas oportunidades disponíveis, proporcionando ambientes motivadores que possibilitam a superação de barreiras. No entanto, a falta desse apoio não é determinante, como observado nas diferentes trajetórias.

Para ampliar alguns dos fatores aqui previamente levantados, foi perguntado aos professores se houve ou há alguma rede de apoio dentro ou fora da família que auxilia na sua rotina de trabalho e que serão apontados a seguir.

Quadro 13 - Rede de Apoio

Subcategoria: Houve alguma influência familiar e apoio?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Houve ou há algum tipo de rede de apoio que te auxilia ou auxiliou diariamente para a execução das suas tarefas profissionais? podendo ser: locomoção, cuidador ou familiar.
Participante (1): Ricardo	Olha, hoje eu tenho uma namorada [...] ela me ajuda também.
Participante (2): Eric	[...] estou mais independente da família e tudo.
Participante (3): Wagner	Eu tenho esse bolsista que a universidade paga 400 reais nas minhas atividades: postagem de notas, baixar textos, nas provas às vezes ele vem comigo ou algum colega no fim de semana. Mas uma rede de apoio assim não, a não ser que eu esteja com os professores fazendo um trabalho ou um projeto em conjunto de extensão.

Participante (4): Pedro	Eu tenho uma rede de apoio dentro de casa. Não dá para pensar só na questão final. Eu morava em um apartamento sem acessibilidade, então para acordar e fazer as coisas, tinha essa rede de apoio dentro de casa, gente que acordava para fazer café. E quando precisava descer com muito material, meu marido acordava junto e descia. Ou então, quando era um pouco mais tarde, os próprios funcionários do prédio ajudavam a descer com o material. Mas é isso, quando a gente mete a cabeça do portão para fora, é outra realidade. Quando a gente chega na escola, já é uma outra realidade. Então, eu não consigo pensar tão amplo assim.
Participante (5): João	Rede de apoio nunca, nem hoje e nem no passado, a não ser as pessoas que podem ser próximas e aí podem te ajudar em uma atividade complementar, alguma coisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para a discussão deste tópico consideramos as respostas dadas à pergunta feita: “Houve ou há algum tipo de rede de apoio que te auxilia ou auxiliou diariamente para a execução das suas tarefas profissionais?” (podendo ser locomoção, cuidador ou familiar).

Salienta-se que ao nos referirmos a rede de apoio estamos especificamente falando de apoio social e não médico ou assistencial.

[...] portanto, é definido como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Pode ser do tipo material, quando reflete o acesso dos indivíduos aos serviços práticos e recursos materiais; afetivo, envolve expressões de amor e afeição; emocional, refere-se à empatia, carinho, amor, confiança, estima, afeto, escuta e interesse; e interação social positiva, que diz respeito à disponibilidade de pessoas com quem se divertir e relaxar. O conjunto dos apoios permutados pelas pessoas inseridas num determinado contexto social constitui uma rede de apoio social. (Holanda *et al.*, 2013, p. 176).

Esse apoio pode ser por parte de familiares ou companheiros, tudo o que possa constituir a estrutura familiar dos participantes. Alguns participantes salientaram apenas a rede de apoio no trabalho, e outros os espaços familiares e o tipo de apoio recebido. Como profissionais que auxiliam na limpeza de seus lares, serviços pagos para refeição, motoristas para a locomoção e apoio de pessoas da família ou companheiros para alguns afazeres.

De forma geral, alguns participantes descreveram mais das suas tarefas cotidianas e alguns serviços que utilizam. Outros falaram do trabalho dentro do departamento e como é a sua relação com os colegas. Reconhece-se que, para aprofundamento do tema ‘rede de apoio’, seria necessário apresentar as diferentes redes de apoio disponíveis para esses participantes. Nesse momento, a análise se atentou mais à descrição do que eles consideram uma rede de apoio e ao que conseguem identificar como sendo um apoio.

Alguns participantes reforçam a falta de acessibilidade como uma barreira que acaba sendo remediada a partir de apoio familiar e profissional, como descrito pelo professor Pedro. O professor Wagner cita o aluno monitor como parte da sua rede de apoio dentro da instituição.

Ou seja, para esses participantes, a rede de apoio é composta por serviços profissionais e familiares que auxiliam na transposição de alguma barreira, como a falta de acessibilidade.

Com isso, o apoio familiar também aparece no que se constitui a rede de apoio, sendo eles fatores que podem estar interligados tanto na trajetória quanto na permanência desses professores no seu trabalho, bem como, o de prestadores de serviço.

Passaremos a discussão para o tópico de percepções desafios e satisfação: ‘Como você avalia o seu trabalho dentro da instituição (social e científico)?’.

7 JORNADA DOCENTE: PERCEPÇÕES, DESAFIOS E SATISFAÇÃO

Neste tópico, buscou-se selecionar as falas dos professores no que se refere a sua percepção do seu trabalho social e científico.

Quadro 14 - Como observa seu trabalho dentro da instituição

Subcategoria: Como observa seu trabalho dentro da instituição?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Como você avalia o seu trabalho dentro da instituição (social e científico)?
Participante (1): Ricardo	Bom, essa pergunta é fácil de responder porque sou eu mesmo que me avalio, né? De seis em seis meses, eu preparo um relatório individual de trabalho, e eu nunca tive uma jornada de trabalho abaixo das 44 horas, desde quando eu comecei até hoje. Sempre foi nota 10.
Participante (2): Eric	Ah, avalio que os desafios todos que me são dados aqui modificaram muitas, criei alternativas para poder dar aula, do ponto de vista da pesquisa, criei uma área que o Brasil, em relação ao ensino de física para alunos com deficiência. Muitas pesquisas indicam isso, então avalio muito positivamente meu trabalho, a minha área, minha trajetória.
Participante (3): Wagner	Ingressar num curso e dar aula na Educação Especial, em orientar curso de pós-graduação em Educação Especial, considero que faço muito bem, faço com o maior carinho e maior dedicação porque não tive isso lá no meu ginásio, não tive esse atendimento no ginásio.
Participante (4): Pedro	Então, me sinto bastante satisfeito com o meu trabalho, e obviamente, falei dessas questões todas de preconceito, de discriminação, das dificuldades, e é isso. Não é que tudo seja maravilhoso, e eu estou satisfeito, é pleno, é tudo incrível, tudo muito maravilhoso. Mas estou falando da minha prática mesmo e das relações, também, como eu falei com os estudantes e com o corpo docente. É muito enriquecedor, adoro. Então, sempre gostei de dar aula nesse sentido de troca com estudantes, e é isso. Estou satisfeito, não me arrependo de maneira nenhuma. Não seria melhor em nenhum outro lugar.
Participante (5): João	Eu sou um pouco diferente do modelo tradicional de quem pensa assim: faz Ciência e procura fazer Ciência. A imensa maioria olha publicação com Qualis, por exemplo, só orienta tese, só orienta dissertação, só faz supervisão de pós-doutorado, tudo que a universidade registra ali como obrigatório porque é cumprir o seu contrato de trabalho. Mas eu não me contento com isso. Eu faço isso também.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

É unânime que todos os professores veem o seu trabalho como relevante e significativo dentro da instituição. Alguns destaques trazidos por eles incluem avanço científico em relação à sua área de pesquisa, domínio e satisfação com a sua prática pedagógica, trocas de conhecimento com os alunos e disseminação do conhecimento científico.

A fala dos professores expõem alguns aspectos que revelam a sua satisfação em relação a sua prática docente e contribuição científica, falam sobre a sua dedicação e como apesar de encontrarem dificuldades no seu trabalho isso não anula a seu prazer em realizar o seu trabalho.

Entende-se que pensar na docência dos professores com deficiência deve ser também pensar nas diversas faces que um professor exerce, nesse caso os professores não são e nem devem representar apenas narrativas de opressão ou que a sua atuação é pautada apenas pelas barreiras.

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem. (Freire, 1987, p. 33).

A narrativa dos professores reflete uma jornada de libertação e um reencontro com o significado profundo do processo educativo. O reconhecimento de sua vocação ontológica e histórica como seres humanos vai além das barreiras. A prática docente torna-se um espaço em que eles se percebem como parte integrante, superando a exceção histórica que muitas vezes os excluiu.

O envolvimento com colegas de trabalho e alunos emerge como uma ferramenta crucial na quebra da opressão. Ao reconhecerem-se como parte de uma comunidade educacional, esses professores ultrapassam as limitações. A docência, nesse contexto, representa não apenas uma profissão, mas uma oportunidade de ir contra processos de normalização.

[...] os professores são trabalhadores cujo as atividades são amplamente determinadas por obrigações e recursos coletivos. Enfim, pode-se considerar o ensino de muitíssimas maneiras, mas não deixar de ser verdade que é essencialmente, uma atividade social no pleno sentido do termo, ou seja, uma atividade entre parceiros cujas ações se definem umas em relação às outras, o que caracteriza a própria essência da situação social. (Tardif; Lessard, 2007, p. 169).

Suas ações são definidas e postas em relação umas às outras, assim como a interação e das relações interpessoais no ambiente educacional são influenciadas por esse aspecto. Um ambiente educacional que propuser a quebra de barreiras (atitudinais e arquitetônicas) trará ainda mais satisfação aos professores.

Tudo isso nos direciona para a forma com que o indivíduo se interliga com as relações estabelecidas no coletivo, falar sobre como os professores observam seu trabalho é também observar seu entorno e o quanto isso pode afetar seu trabalho. Isso resulta em, ao descrever a forma com que veem o seu trabalho, qual é a realidade colocada para a sua atuação dentro da instituição, essa realidade considera suas individualidades.

A participação dos professores com deficiência na Educação Superior vem a expor as fragilidades e contradições inerentes nas instituições superiores, como o trabalho pago e o trabalho reconhecido, a produtividade acadêmica como um meio determinado e a reprodução de desigualdades.

Há de se considerar que os relatos dos professores têm um significado atrelado a cada subjetividade dentro da sua vivência, e que isso é influenciado por uma realidade posta. Alguns deles demarcam a sua carreira como processo de relações que promovem representação e todas elas passam pela docência e pesquisa, o que gera a esses professores um encontro consigo mesmo.

Considerando que cada professor tem necessidades diferentes e vem contextos diversos foi pedido a eles que contassem um marco positivo e negativo que vivenciaram durante a sua trajetória enquanto docente e pesquisador e que serão destacados a seguir.

Quadro 15 - Marcos positivos e negativos que vivenciou durante a sua trajetória enquanto docente e pesquisador

Subcategoria: Como observa seu trabalho dentro da instituição?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Pontue marcos positivos e negativos que vivenciou durante a sua trajetória enquanto docente e pesquisador?
Participante (1): Ricardo	“O marco positivo é ter entrado na universidade; foi como se viesse do fundo do mar, tentando respirar, respirar, e quando chego, surjo, consigo puxar aquele ar. Acho que foi a universidade. Agora, um marco negativo é ter enfrentado certas variedades intelectuais e ter conhecido o próprio capacitismo antes de conhecer propriamente o termo. Talvez porque eu sempre trabalhei muito, sendo professor universitário e você não tem aquela coisa da sala dos professores. Mas depois que eu escutei e li sobre o capacitismo, essa é a pior de todas as coisas. Me encontrei na universidade, mas também aprendi a ver e a reconhecer a confrontar essas vaidades intelectuais. Acho que são as piores.”
Participante (3): Wagner	“Acho que o marco positivo foi quando eu decidi ser professor, quando falei assim: ‘- eu quero ser professor’, esse sonho se realizou, falei quero voltar para minha cidade ou para qualquer lugar desse país sendo professor do ensino superior, consegui. A minha maior lamentação é saber que tem dois cursos de graduação em Educação Especial num país de dimensão continental que é o país que o Brasil sabe só tem um programa de pós-graduação em Educação Especial para a necessidade de 30 milhões 40 milhões de pessoas com deficiência, então isso é um ponto negativo.”

Participante (4): Pedro	<p>“Marcos negativos têm inúmeros, mas um deles é quando eu era vice-coordenador da graduação EaD. Tinha expectativas e esperanças de que a minha presença ali iria interferir de forma positiva nas questões e discussões em relação à acessibilidade e deficiência. Eu estava em uma função de representatividade, de representação no local de decisão, inclusive dentro da hierarquia do colegiado, onde a minha presença e as minhas discussões não eram validadas. Ficava o tempo inteiro com comentários do tipo ‘Ah, Pedro, mas a gente tinha outras demandas’ ou ‘A gente não dá conta de tudo’, como se tudo fosse mais importante. Esse foi um dos fatores que me levou a pedir para sair do colegiado, porque para mim não fazia sentido nenhum ocupar esse lugar e estar me desgastando sendo desrespeitado pelas pessoas. O ponto positivo foi que ao me ver sair da cadeira para dançar em um evento que realizamos, fazer uma dança afro no chão, explorar possibilidades de movimento, ritmo e tempo da dança afro em diversas configurações de corpo. Aí, tem toda uma discussão sobre corpo, corporalidade, o ambiente e todas essas coisas contemporâneas que se falam. Que parecem não considerar as pessoas com deficiência, enfim, na presença, na ação e na observação mesmo do que está posto, do que está dado, do que está entendido como já fechado em si, com a presença da gente, de pessoas com deficiência diversas, a gente consegue transformar esse pensamento.”</p>
Participante (5): João	<p>“O que eu acho muito positivo, e é algo que eu digo sempre, é o melhor emprego do mundo, que é o que eu tenho. Tenho tempo para pensar, estudar, escrever, lecionar, fazer extensão, pesquisa, ter bons diálogos como esse que estamos tendo agora. Isso é um privilégio dentro desse país. Poder discutir o que é ciência, por exemplo, é algo muito positivo. No entanto, o que é muito negativo e decorre disso também é a distância quilométrica e gigantesca que a gente tem em relação ao povo. O povo não entende o que a gente faz e, por consequência, não há uma valorização estatal, mesmo funcional.”</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

7.1 PONTOS POSITIVOS LEVANTADOS PELOS PROFESSORES

Os pontos positivos que os professores destacam incluem a concretização da carreira docente, que para alguns era um sonho. Eles ressaltam a oportunidade de representação, que permite desmistificar estigmas, além da possibilidade de atuar em uma área que propicia discussões sobre questões relevantes.

Os pontos negativos incluem o reconhecimento de atitudes capacitistas, a distância entre a universidade e a população e experiências de desvalorização profissional. Destaca-se no depoimento do professor Ricardo que, mesmo após um tempo na universidade, ele passa a identificar certas atitudes como capacitistas após obter esclarecimentos sobre o assunto e ressalta a falta de trocas entre os professores.

A hipótese levantada é que se o corpo docente como um todo tivesse mais momentos de troca e espaços em comum, certas situações prejudiciais poderiam não ocorrer. No entanto, a limitação estrutural da instituição pode dificultar a criação desses espaços de troca entre professores, especialmente considerando que esses profissionais, com e sem deficiência, desempenham diversas funções e atividades.

A organização institucional é reflexo das intencionalidades colocadas pelo estado sobre o que as universidades devem representar, assim como a sua função, atualmente a educação superior está condicionada a indicadores de rendimento, índice de matrícula, o custo por aluno, as taxas de conclusão de curso, dentre outros.

O peso dos governos neoliberais na região levou à mudança de identidade das Universidades, que passam de instituições dos saberes para uma identidade que se aproxima do supermercado, onde o estudante é tratado como consumidor ou cliente, os saberes como uma mercadoria e o professor se converteu em um ‘assalariado’. (Maués, 2010, p. 149).

A educação enquanto mercadoria e o professor como mero assalariado gera uma desintegração dos processos humanos dentro do trabalho, já que, se assume apenas a métrica de produção e avaliação.

Nesse cenário, há um evidente aumento da sobrecarga de trabalho para os docentes, e torna-se corriqueiro trabalhar para além das 40 horas semanais que constam no contrato, sendo a jornada laboral estendida para os fins de semana, tomando o lugar das horas de lazer e do repouso. (Oliveira; Pereira; Lima, 2017, p. 611).

A possibilidade de melhora no trabalho docente demanda a quebra de relações estritamente mercadológicas, já que, as determinações estruturais vêm afetando a execução do trabalho, a saúde dos professores e a participação dos professores com deficiência.

A lógica neoliberal que está vigente não é compatível com a possibilidade de um trabalho digno, mas incentiva a competição, superprodução, inadequação, condições precárias de trabalho, dá ênfase na individualização, permanecimento de estigmas e a cortes orçamentários que podem ser determinantes para a acessibilidade dos professores com deficiência, já que, se determinados parâmetros não forem atingidos haverá redução orçamentária, faz-se importante repensar o modelo que rege o ensino universitário público, bem como os critérios de avaliação desses fenômenos (Oliveira; Pereira; Lima, 2017, p. 617).

Conclui-se previamente que os relatos demonstram essa fragilidade entre a realidade colocada e a influência das formas que hoje regem o trabalho docente, que individualiza e incapacita a humanização dos processos humanos dentro do trabalho.

Como última categoria a ser analisada, seguindo os parâmetros estabelecidos na metodologia, se organizou para discussão do último tópico os relatos que se referem a pergunta ‘você se sente realizado na sua profissão?’:

Quadro 16 - Realização profissional

Subcategoria: Se sentem realizados na docência?	
Participantes	Unidade de contexto, trecho da entrevista relacionado a pergunta: Você se sente realizado na sua profissão?
Participante (1): Ricardo	Sim me sinto
Participante (2): Eric	Me sinto me sinto sim, acho que é a área da minha vida que mais me sinto realizado
Participante (3): Wagner	Sim, eu gostaria de estar mais realizado, mas se hoje precisasse me matricular no novo ENEM e escolher uma universidade, tenho certeza de que ingressaria no curso de formação de professores, uma licenciatura. Sinto-me realizado com minha profissão, embora tenha clareza, muita clareza, de que nós professores precisamos ser melhor assistidos pelo poder público. Estou me referindo ao professor na escola municipal, nós professores de federais que efetivamente formamos mentes e moldamos pessoas. Embora esteja satisfeito, tenho consciência dessa necessidade persistente do poder público em todas as esferas: municipal, estadual e federal.
Participante (4): Pedro	Não me arrependo de jeito nenhum. Sempre quis ser artista, e continuo sendo artista. A docência, inclusive, ajudou a que isso continuasse, pois era um dos meus medos de que, ao começar a trabalhar, eu produziria menos artisticamente. Muito pelo contrário, foi muito enriquecedor estar naquele ambiente, com as possibilidades de espaço e pesquisa que temos. Isso fortaleceu a docência na escola de dança, assim como a experiência artística é a base de tudo para minha docência.
Participante (5): João	Como te falei, é o melhor emprego do mundo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Embora durante a pesquisa tenhamos discutido diversas barreiras em relação à falta de acessibilidade, circunstâncias que foram indicadas pelos professores como negativas, ao perguntar sobre a sua realização fica óbvio que todos eles se sentem sim realizados.

A presença dos professores na Educação Superior expõe a necessidade de melhorias nas condições de trabalho dos professores com e sem deficiência, de uma ampliação no espaço acadêmico contra uma superprodução e individualização, fatores como esses podem propiciar tanto a exclusão como o adoecimento dos docentes.

[...] mesmo na lógica da produtividade, parece que, no médio ou longo prazo, os desgastes dos professores-trabalhadores devido a essa toyotização da universidade podem comprometer não apenas a saúde deles, mas também a tão buscada produtividade acadêmica. (Bernardo, 2014, p. 137).

A busca pela internacionalização e produção vem estabelecendo novos objetivos para a universidade que se pautam no conhecimento esvaziado, na precarização de relações e serviços. O futuro vem sendo cada vez mais comprometido quando essas medidas são

priorizadas. A universidade precisa de interrupções no que se refere às privatizações e na sua lógica de produzir por produzir.

A ampliação de docentes com deficiência depende de melhores condições de trabalho, da efetivação das diferentes etapas de ensino e da pós-graduação. É importante que as discussões sobre o futuro das universidades considerem o equilíbrio entre a produção de conhecimento e a formação integral sem comprometer a essência da educação superior como um bem público essencial para o avanço da sociedade.

Os depoimentos e falas ressaltadas por essas categorias de análise propuseram-se a dar o máximo de protagonismo aos professores com deficiência, que são minorias dentro do espaço acadêmico. Seus relatos demonstram o esforço familiar, a superação de opressões vivenciadas durante a trajetória e a concretização de seus objetivos profissionais. A realização profissional desses professores é resultado de diversos apoios recebidos, e suas histórias evocam o espaço acadêmico como um lugar que deve ser ocupado pelas pessoas com deficiência.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar as condições de trabalho dos professores com deficiência que atuam na Educação Superior brasileira, compreendendo a sua percepção sobre seu trabalho, caracterizando a sua rotina de trabalho e verificando a participação da família na sua trajetória.

A realidade dos professores é diferente entre si, alguns vêm de contextos de maior e menor vulnerabilidade, isso se dá por diferentes condições econômicas familiares. Observou-se que os participantes que tinham pais com ensino superior completo influenciaram diretamente na escolarização dos filhos que acabaram por ser incentivados a ingressar na Educação Superior.

Ao analisar as condições de trabalho dos professores com deficiência na Educação Superior, percebe-se que há diferentes necessidades para os cinco participantes, que vão desde a necessidade de acessibilidade em sistemas de informação institucional, acessibilidade arquitetônica, barreiras atitudinais e dificuldade de mobilidade urbana. Dois dos professores cegos, relataram ter recebido apoio de um técnico administrativo ou aluno monitor, e nesses dois contextos um demonstrou-se satisfatório e o outro insatisfatório as suas necessidades.

Muitas das dificuldades dos professores esbarram na necessidade de uma ampliação em políticas específicas que possam garantir apoios personalizados às suas necessidades. Entende-se que a Educação Superior avançou no que se refere a políticas de ingresso e permanência; no entanto, estas se focalizam predominantemente na inclusão de discentes. As instituições apresentam uma lacuna no que se refere a recursos, apoios tecnológicos, capacitação e adaptações necessárias para os professores com deficiência desempenharem suas funções. Muitas vezes, esses profissionais acabam tendo que buscar apoio externo para a realização de algumas atividades, o que afeta o desempenho de seu trabalho, como submissões em eventos e atualização do currículo acadêmico, que apresentam inacessibilidade.

O contexto desses professores revela uma contradição entre o que é exigido e o que é possível. A sobrecarga entre o trabalho remunerado e o reconhecido, é marcada por uma lógica mercantil que coloca o professor com deficiência em desvantagem. O ambiente de trabalho não proporciona as condições necessárias, resultando em uma jornada exaustiva.

Parte do trabalho docente na Educação superior parece estar atrelado a condições de desumanização, individualização e alta produtividade, que são endossadas por métricas de rendimento. Essas condições proporcionam um enfraquecimento coletivo que poderia ser combativo em relação a melhores condições de trabalho.

Todos revelaram insatisfação em relação a trabalhos administrativos, a sua remuneração e para alguns participantes a horas de trabalho são insuficientes a todas as demandas que têm que realizar.

O apoio das famílias, analisadas nesta pesquisa, mostraram-se fundamentais em diversos contextos. Desempenhando um papel essencial no incentivo, na provisão de condições materiais e no envolvimento na vida cotidiana de alguns participantes, desde o apoio direto na mobilidade, execução de tarefas de trabalho e o suporte emocional.

No caso do participante que não recebeu incentivo educacional da família, ele destaca que a relação familiar se consolidou nos cuidados. Devido à falta de oportunidades dos pais, projetar um futuro diferente, especialmente para um filho com deficiência, seria desafiador. Essas condições estão ligadas à realidade histórica do Brasil, que tinha altas taxas de analfabetismo, colocando as pessoas mais pobres em condições de subserviência, além disso, as pessoas com deficiência eram frequentemente vistas como insuficientes e incompletas.

Mesmo que os professores tenham partido de regiões diferentes, e condições diferentes são atravessados por alguma barreira no seu trabalho seja em maior ou menor dimensão, o despreparo institucional sempre foi uma realidade dentro das universidades, e ao observarmos a realidade dos professores no seu trabalho é evidente que ainda há muitas medidas a serem implementadas e modificadas, tanto em relação a acessibilidade quanto a intencionalidade que as universidades vêm se colocando nos últimos anos. Para a melhora é necessário que haja a possibilidade de autonomia universitária, enfraquecimento de medidas de terceirização que possam levar a isenção de responsabilização pelas condições colocadas.

Todos os professores revelam se sentir realizados na sua escolha profissional, mesmo que para alguns essa não tenha sido uma escolha intencional, a docência enquanto parte do que compõem uma das várias facetas desses participantes representam um lugar de afirmação, de que a sua presença é um lugar de direito que vem aos poucos se revelando e quebrando com a lógica de invisibilização das pessoas com deficiência no espaço acadêmico.

A totalidade material, sua realidade regional e suas determinações, são aspectos que convergem com uma estrutura contraditória que, inclui para excluir e que ao fazer isso impõem condições de desvantagem, podendo levar a pessoa com deficiência a acreditar que essa realidade posta é permanente. Porém, todos os participantes dessa pesquisa demonstram o contrário e expõem a necessidade de quebra hegemônica que tanto vem a culpabilizar as pessoas com deficiência pelas suas particularidades.

A jornada de trabalho desses professores em muitas ocasiões se revelam desafiadoras, devido às barreiras na sua locomoção e acesso a plataformas que são obrigatórias a sua

utilização, e que acabam por ter que ser intermediadas por terceiros, ou seja, uma simples votação expõe a falta de acessibilidade e o professor não tem resguardado a sua privacidade como os demais colegas tem.

No que se refere a rotina, alguns dos professores relatam que a utilização da tecnologia beneficiou a realização das suas atividades, porém, há um volume de tarefas que compromete a sua participação e em alguns aspectos é quase uma regra ele ter que exceder as suas horas de trabalho. Além disso, a precarização é cada vez mais presente na educação superior, quando ela opta por adotar dinâmicas de produtividade, colocando o professor para executar trabalhos administrativos sem contratar técnicos para essa função. Hoje, a realidade dos professores conta com um acúmulo de funções, e isso prejudica a saúde dos professores, além de criar um ambiente cada vez mais precário às necessidades individuais dos professores com deficiência.

A família é para esses participantes muitas vezes o que proporciona incentivo mesmo que indiretamente a sua progressão profissional, seja podendo oportunizar acesso a uma educação de qualidade ou colocando a educação superior como uma possibilidade. Fica claro que assim como há casos com maior apoio familiar também há famílias que não tiveram a mesma perspectiva, porém, o que todos eles têm em comum é a ruptura com estigmas que colocam a pessoa com deficiência como incapazes, e isso é não só um marco individual como coletivo, que dá às pessoas com deficiência uma perspectiva não mais de exceção, mas de direito.

Compreende-se que essa pesquisa apresenta alguns focos no que se refere a experiência dos professores com deficiência e isso se atrela por conta dos seus objetivos, com isso, essa investigação apresenta algumas lacunas no que se refere ao recorte feito, mostrando que a pesquisa aqui realizada é parte do que se deve compor a temática. Destaca-se a necessidade de mais pesquisas com esse tema, que possa ampliar o contexto para relações de gênero, etnia entre outros aspectos, a pesquisa aqui descrita reforça a necessidade de uma maior discussão acadêmica sobre as pessoas com deficiência na academia e o quanto esse é um espaço que deve ser oportunizado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carolina Martins Pereira; SERRALHA, Conceição Aparecida. Repercussões emocionais em indivíduos que possuem irmãos com deficiência: uma revisão integrativa. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 476-508, ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.05>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822019000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BARBOSA, Frederico Kauffmann. **Professores com deficiência física no ensino superior: estudo de trajetórias escolares**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1122>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BARROS, Gilsene Daura da Silva. **As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/258>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade** [online]. v. 26, n. spe, p. 129-139, 08 Ago 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jpsoc/a/ttnsStJFJYSPq4dbgxDcZhB/#>. Acesso em: 05 Jan. 2024.
- BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Org.). **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o Programa Escola Ativa**. 1ª edição. São Carlos: Editora, 2011.
- BORGES, Karla Janaine de Moraes. **Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12218>. Acesso em: 05 Jan. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção e Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-2053-8
- BRANDO, Alzira Maira Perestrello. **A voz de professores universitários com deficiência e a percepção de seus alunos sobre prática docente de seus professores**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10767>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BRANDO, Alzira; NUNES, Leila; WALTER, Cátia. Estratégias de ensino de professoras com deficiência no nível superior: formando futuros profissionais. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-1654.43421>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/43421>. Acesso em: 05 Jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais [2023]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 26 jun. 2023

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL, **Lei complementar Nº 108 de 18 de Maio de 2005.** Lei Nº 108 de 18 de Maio de 2005. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica [2023]. Disponível em:

http://www.drh.uem.br/res/LC_108_2005.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação [Portaria Ministerial nº 555 (2008)]. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 jun 2023.

BRASIL, **Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância.** [site] Gov.br.: Serviços e Informações do Brasil. 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia#:~:text=Existem%20no%20pa%C3%ADs%20.608%20institui%C3%A7%C3%B5es,s%C3%A3o%20privadas%20e%20302%20p%C3%BAblicas>. Acesso: 26 Jan. 2022.

CAIADO, M.R.K; BERRIBILLE, R.G; SARAIVA, A.L. **Trajetória escolar de alunos com deficiência:** Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama. 1ª edição. Edufscar: São Carlos, 2013.

CAMPBELL, F. K. Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory. **Disability & Society.** v.23, n.2, mar. 2008, p.151–162. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687590701841190>. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/handle/10072/21024>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku. **De deficiente a trabalhador:** reabilitação profissional na perspectiva da pessoa com deficiência-um estudo de caso. 1998. Dissertação

(Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3787>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Revista brasileira de educação especial** [online]. v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CODO, W.; SORATTO, L; MENEZES, V.I. Saúde mental e trabalho. *In*: ZANELLI, J.C.; ANDRADE, J.E.B.; e BASTOS, A.V.B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 276-299.

COSTA, V. B. da; GARCIA, A. Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 593–613, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13741>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13741>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CORTINA, Arnaldo; TONIOLLO, Gilson Helio; PINTO, José Paes de Almeida Nogueira; BISPO, Marcia Néris Rodrigues; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; VILEGAS, Wagner. **Docentes e pesquisadores: Compilação da legislação**. UNESP, p. 1-79, 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/compilacao-legislacao-2020-27-08.pdf>. Acesso: 26 de outubro de 2023.

DE LIMA, Élide Cristina da Silva; MOREIRA, Jefferson da Silva. A “Nova” Política de Educação Especial como afronta aos Direitos Humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, v. 2, n. 3, p. 156-175, 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DOMINGUES, A. T; THOMAZ-JÚNIOR, A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/459>. Acesso em: 30 nov. 2023.

EIZIRIK, M. F. **Michel Foucault: um pensador do presente**. 2ª edição. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2002. ISBN: 8574292621.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN: 978-65-5717-023-6.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FONSECA, Vania. Manaus: pólo de desenvolvimento regional?. **Geografia**, v. 7, n. 13-14, p. 75-99, 1982. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14800>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma** : Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2004. *E-book*.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 1ª edição. São Paulo: Vozes, 1956.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2017.

HOLANDA, Cristina Marques de Almeida *et al.* Redes de apoio às pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n.1, p. 175-184, Jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014201.19012013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XkBwC5pGcwQfnzcbc3fhV3h/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IBGE. **Cidades e estados**: Brasil/São Paulo. [site] Gov.br.: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/historico>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO SEMESP, **Mapa do ensino superior no Brasil** [online]. 13ª edição. São Paulo: Convergência Comunicação Estratégica, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2024.

IPEA. **Retrato dos rendimentos do trabalho** – resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2023. [site] Carta de Conjuntura. 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/12/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-terceiro-trimestre-de-2023/>. Acesso em: 31 Jan. 2024.

SILVA JÚNIOR, S.R.J; PIMENTA, V.A. Capitalismo, trabalho e educação: O caso das instituições federais de educação superior, **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v.6, n.2, p.28-41, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v6i2.13086>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13086>. Acesso em: 31 Jan. 2024.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco Revista de educación**, v. 23, n.1, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852013000100007. Acesso em: 27 jun. 2023.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele University: Keele, Jul. 2004. Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LEMOS, Denise; Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH** [online], Salvador, v. 24, p. 105-120, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/wcMpf3pNCszJPXkZKfWdd3D/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição** [online]. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2023.

LEÔNICIO, K. C. da S.; VELASCO, E. G. Cotas no ensino superior: privilégio ou direito. **Revista direitos, trabalho e política social** [online]. [S. l.], v. 4, n. 7, p. 122–140, 2018.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8859>. Acesso em: 18 maio. 2024.

LOPES, Stefano Maximo. **A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho: um estudo na microrregião de Itajubá-MG**. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/2057>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LORENZO, Suelen Moraes de. **Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2016. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136269/lorenzo_sm_me_mar.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARIA, E. dos R.; PERES, Maria. Zanezi S. Ensino superior brasileiro: privilégio de poucos ou direito de muitos? **Revista Missioneira**, v. 23, n. 1, p. 37-43, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/514/235>. Acesso em 25 de março de 2024.

MARIANO, Nayara Neves. **Estudo da percepção dos médicos com necessidades educacionais especiais sobre a sua formação e atuação médica**. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) - Universidade José do Rosário Vellano, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://tede2.unifenas.br:8080/jspui/handle/jspui/292>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARX, K. **Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011. ISBN: 9788575591727

MARX, K. **O capital, livro I: O processo de produção do capital**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MATTOS, B.M. **A classe trabalhadora: De Marx ao nosso tempo**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN: 9788575597064

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, n. spe_1, p. 141-160, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000400007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/F6k9ckz7BVSX9P6YWKSvmdt/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MAUÉS, Olgaíses; SOUZA, Michele. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. **Em Aberto**, v. 29, n. 97, 2016. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.29i97.%25p>. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3171>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MESZÁROS, I. **O desafio do fardo e do tempo histórico**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2007. ISBN:9788575591000.

MOURA, Katia Cristina Bezerra. **A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4751>. Acesso em: 27 jun. 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel; FIGUEIREDO, Emily Nelson; COSTA, Juliana dos Santos; TRINDADE, Juliana Garcia Alves da; OLIVEIRA, Thiago Gomes de. Pessoas com

deficiência trabalhando como docentes na educação superior/People with Disabilities Working as Professors in Higher Education. [online]. **Revista de psicologia**, v. 15, n. 56, p. 482-494, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v15i56.3137>. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3137>. Acesso em: 27 jun. 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011. ISBN: 139788577431823

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/V3Twyq9cC536hK6PyGqhQBQ/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Educação & Realidade**, v. 39, n.3, p. 811-830, 2014. DOI: [10.1590/S2175-62362014000300010](https://doi.org/10.1590/S2175-62362014000300010). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/MHSVpRYK6KBztHCpJjk9v7N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLI, Pedro F. Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 418-429, Jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a25.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PEREIRA, J. A. C. O método investigativo de Marx: uma contribuição à construção do conhecimento. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 18, p. 1-20, 2019. DOI: 10.20396/sss.v18i0.8656804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8656804>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PINTO, José Marcelino; BRANT, Liliane Lúcia Nunes; SAMPAIO, Carlos Eduardo; PASCOM, Ana Roberta. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i199.971>. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1340>. Acesso em: 23 nov. 2023.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidade (um revê ensaio). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526865013.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2024.

RABELO, Gilmar Borges. Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano. 2008. 195 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14246>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RISÉRIO, A. **Uma história da cidade da Bahia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Versal editores, 2004. ISBN: 8589309088.

SANTOS, M.R.S. dos.; MUSSE, R.; CATANI, A.M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. 1-19, jan./dez. 2020. DOI:

<https://doi.org/10.14244/198271994563>. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4563>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SÁ, A.M; PADILHA, A. C. Estigma e deficiência. *In*: CAIADO, K.R.M. **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**. São Carlos: Edufscar, p. 143-163, 2013.

SAMPAIO, Gabriela Souza de Oliveira. **A (in) acessibilidade no trabalho: desafios e estratégias desenvolvidas pelos servidores com deficiência em um órgão público**. 2016. [184 f.]. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31410/1/DISSERT_PCD_TRABALHO_GABRIELA%20SAMPAIO_PPGSAT%20%281%29.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, A.J. *et al.* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-167.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. DOI:

<https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA JUNIOR, Geraldo Elias da. **Tecnologia Assistiva e as contribuições para a permanência da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/1982>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Izaura Maria de Andrade; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 203-214, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X19152> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19152>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en blanco**. Série indagações, v. 23, n. 1, [p. 119-156], 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852013000100007. Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, Larissa Jorge. **O surdo e o direito ao trabalho: para além do acesso**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/805>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, M. **História da Amazônia: Período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019. ISBN 978-85-01-11749-6.

TISSI, Maria Cristina. Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. **Saúde e Sociedade** [online], v. 9, n. 1-2, p. 77-86, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902000000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MLTyFS8TyRJntphk5Fpc6FL/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jun. 2023.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente**: Elemento para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. ISBN: 8532631657

TEIXEIRA, Ana Carolina Bezerra. Deficiência em cena: o corpo deficiente entre criações e subversões. **O Mosaico**, [Curitiba], v. 2, n. 1, [p. 1-9], 2010. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/1503>. Acesso em: 27 jun. 2023.

TRIVIÑOS, S.N.A; **Introdução às pesquisas em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN: 8522402736.

VITÓRIO, Janaína Damásio. **Trajetórias de mulheres com deficiência**: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero. 2017. 166 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5474/1/JANA%c3%8dNA%20DAM%c3%81SIO%20VIT%c3%93RIO.pdf>. Acesso: 26 de outubro de 2023.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto; COSTA, Angelo Brandelli; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; KOLLER, Silvia Helena. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 30, n.1, p. 97-104, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7CvnCh4KJVhgcnkLKnTtFc/>. Acesso: 26 de outubro de 2023.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Sobre a formação

1. Exerceu alguma profissão antes da docência?
2. Qual a sua formação inicial? E o que levou a escolha desse curso?
3. Como foi seu percurso acadêmico no mestrado? Foi bolsista? E em qual programa foi e o ano de defesa?
4. Como foi o seu percurso acadêmico no doutorado? Qual o programa e ano de defesa?
5. Considera que enfrentou alguma dificuldade durante os anos de mestrado ou doutorado? (pessoal, condições de acessibilidade etc.).
6. Qual a sua área de pesquisa e programa dos quais participou?

- Sobre a contratação

1. Me conte como foi o seu ingresso no trabalho docente na educação superior?
2. Caso tenha ingressado por meio de concurso havia reserva de vagas? Caso não tenha sido por processos seletivos, como ocorreu a indicação/contratação?
3. Houve adequações às suas necessidades para a realização do processo seletivo?
4. Qual foi a titulação exigida para a sua nomeação/contratação?
5. Você passou pelo estágio probatório/admissional?

- Sobre condições de trabalho e atividades desempenhadas

1. Há quanto tempo você está na instituição atual?
2. Em que modalidade(es) você ministra aulas?
3. Qual é a sua carga horária semanal? Considera elas suficientes ou insuficientes para o desempenho do seu trabalho?
4. A instituição que você trabalha tem algum tipo de adaptação feita para pessoas com deficiência, público em geral? (docentes, discentes e funcionários)
5. Existem algumas necessidades ou especificidades que você gostaria de falar sobre o seu trabalho? (formas de apoio institucional)
6. Você considera que as suas necessidades individuais são contempladas dentro do seu trabalho?
7. Pontue marcos positivos e negativos que vivenciou durante a sua trajetória enquanto docente e pesquisador?

- Quais dessas atividades você desempenha na instituição

1. Disciplinas ministradas na graduação? Caso sim, quantas por semestre/trimestre ou bimestre?
2. Disciplinas ministradas na Pós-Graduação? Caso sim, quantas por semestre/trimestre ou bimestre?
3. Supervisiona projetos de extensão atualmente, ou já supervisionou?
4. Orienta pesquisas de iniciação científica atualmente, ou já orientou?
5. Possui orientações a nível mestrado/doutorado, ou já orientou?
6. Atualmente ocupa algum cargo administrativo ou já ocupou?
7. Recebe financiamento para a realização de pesquisa (CAPES, CNPq, FAPESP etc.) ?

0. Você considera que o trabalho docente na educação superior tem uma boa remuneração? Considera um trabalho estável?

0. Realiza alguma atividade que não foi citada anteriormente?

- Satisfação com as atividades desempenhadas

1. Dentre as atividades elencadas anteriormente qual o seu nível de satisfação em relação a desempenhar essas funções: sendo 1 muito insatisfeito, 2 insatisfeitos, 3 indiferente, 4 satisfeito e 5 muito satisfeito.

- Ministrar aulas graduação () 1, () 2, () 3, () 4, () 5
- Ministrar aulas na pós graduação () 1, () 2, () 3, () 4, () 5
- Supervisão em projetos de extensão () 1, () 2, () 3, () 4, () 5
- Orientação em iniciações científicas () 1, () 2, () 3, () 4, () 5
- Orientações em nível mestrado/doutorado () 1, () 2, () 3, () 4, () 5
- Cargos administrativos () 1, () 2, () 3, () 4, () 5

- Contexto familiar

1.O seu contexto familiar influenciou na sua escolha profissional?

2. Houve ou há algum tipo de rede de apoio que te auxilia ou auxiliou diariamente para a execução das suas tarefas profissionais? podendo ser locomoção, cuidador ou familiar.

- Perguntas finais

1. Você se sente realizado na sua profissão?
2. Você já teve algum colega que é uma pessoa com deficiência?
3. Como você avalia o seu trabalho dentro da instituição (social e científico)?

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E DE CARACTERIZAÇÃO (PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR)

Perfil pessoal

Nome completo:

Nacionalidade:

Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Não dispõe da informação
() Não quis declarar a cor/etnia

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro () Prefere não informar

Estado Civil?

() Casado () Separado () Solteiro () Divorciado () Viúvo

Idade:

Naturalidade:

Data de Nascimento:

Casa no nascimento: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

Local de nascimento: () Urbano () Rural () Comunidade indígena.

() Comunidade quilombola.

País:

Estado:

Cidade:

Endereço (Rua,avenida...):

Bairro:

Número:

Complemento:

CEP:

Profissão:

Você reside na mesma cidade em que trabalha?

() Sim () Não

Trabalho Atual:

Deficiência: () Congênita () Adquirida

Se adquirida em qual momento:

Você se declara sendo uma pessoa com deficiência: _____ (Ex: deficiência física, Intelectual, visual, múltipla etc...)

Observações (anotar aqui o que não se contemplou nos itens anteriormente):

Formação - Nível de Escolaridade

Ensino fundamental concluído em:

Escola pública ()

Escola particular sem bolsa ()

Escola particular com bolsa ()

Educação jovens e adultos ()

Modalidade encefaja ()

Período de início e fim:

Ensino Médio concluído em:

Escola pública ()

Escola particular com bolsa ()

Escola particular sem bolsa ()

Educação jovens e adultos ()

Modalidade encefaja ()

Período de início e fim:

Ensino Superior concluído em:

Universidade pública Federal ()

Universidade pública Estadual ()

Universidade pública Municipal ()

Privada com fins lucrativos com bolsa ()

Privada com fins lucrativos sem bolsa ()

Privada sem fins lucrativos com bolsa ()

Privada sem fins lucrativos sem bolsa ()

Período de início e fim:

O meio de ingresso na educação superior:

() Prouni () Fies () Sisu () Vestibular próprio da instituição

Outros: _____

Qual(is) curso de graduação ou bacharelado cursou: _____

Nome da instituição: _____

Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu?

Por favor, marque apenas uma alternativa.

- () Educação Superior – Tecnólogo
- () Educação Superior – Bacharel
- () Educação Superior – Licenciatura
- () Especialização (Lato Sensu)
- () Mestrado (Stricto Sensu)
- () Doutorado (Stricto Sensu)
- () Pós-Doutorado (Stricto Sensu)

Tipo do regime de trabalho do docente:

- () Tempo Integral com dedicação exclusiva
- () Tempo Integral sem dedicação exclusiva
- () Tempo Parcial
- () Professor Substituto
- () Horista

Área de atuação:

- () Ciências Exatas
- () Ciências Biológicas
- () Engenharias
- () Ciência da Saúde
- () Ciências Agrárias
- () Ciências Sociais Aplicadas
- () Ciências Humanas
- () Linguística Letras e Artes
- () Outros: _____

Departamento que atua (Ex: Departamento de Educação, Departamento de Computação etc...):

Indique: _____

Perfil familiar

Escolaridade do pai:

Profissão do Pai:

Escolaridade da Mãe:

Profissão da Mãe:

Número de irmãos:

Posição entre os irmãos:

Algum irmão falecido: () Sim () Não

Indicadores Sociais:

Atualmente, quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos
(Marque apenas uma resposta)

() Moro sozinho

() Uma a três

() Quatro a sete

() Oito a dez

() Mais de dez

Possui filhos? Se sim Quantos?

Indique: _____

A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

() Própria

() Alugada

() Cedida

Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

() Zona rural.

() Zona urbana.

() Comunidade indígena.

() Comunidade quilombola.

Você tem renda própria: () Sim () Não

Principal provedor na renda familiar? _____

Aproximadamente, qual é a renda mensal familiar:

(Marque apenas uma resposta)

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.212,00).

() De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.212,01 até R\$ 3.636,00).

() De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.636,01 até R\$ 7.272,00).

() De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 7.272,01 até R\$ 10.908,00).

() De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 10.908,01 até R\$ 14.544,00).

() Superior a 12 salários mínimos.

* Valor do salário mínimo 1.212,00

Recebe algum tipo de benefício de assistência social: _____

Sobre condições materiais possui:

Televisão: () Sim () Não Quantos: _____

Aparelho blu ray: () Sim () Não Quantos: _____

Aparelho de DVD: () Sim () Não Quantos: _____

Computador Desktop: () Sim () Não Quantos: _____

Notebook: () Sim () Não Quantos: _____

Televisão com programação por assinatura: () Sim () Não

Assinatura de plataformas de streaming:

() Sim () Não Quantos: _____

Internet móvel: () Sim () Não

Internet móvel: () Sim () Não

Máquina de lavar louça: () Sim () Não Quantos: _____

Geladeira: () Sim () Não Quantos: _____

Aspirador de pó: () Sim () Não Quantos: _____

Veículo: () Sim () Não Quantos: _____

Televisão: () Sim () Não Quantos: _____

Freezer: () Sim () Não Quantos: _____

Banheiro: () Sim () Não Quantos: _____

Empregada mensal: () Sim () Não Quantos: _____

Empregada diarista: () Sim () Não Quantos: _____

Cuidadora: () Sim () Não Quantos: _____

Ar-condicionado: () Sim () Não Quantos: _____

Atendimento educacional especializado - pedagógicos

Recebia algum tipo de atendimento especializado na:

Educação Infantil:

Recebia algum tipo de atendimento especializado na:

Ensino fundamental:

Recebia algum tipo de atendimento especializado na:

Ensino médio:

Recebia algum tipo de atendimento especializado na:

Educação Superior:

Escola Especial:

Educação Jovens e Adultos:

Educação Profissional:

Atendimento Especializado - Clínicos e reabilitação

Se sim, de quais profissionais:

Em qual ou quais períodos da vida:

Descrição desses atendimentos especializados:

Data da Entrevista:

Responsável pela Entrevista:

Local:

Responsável pela transcrição da entrevista:

APÊNDICE III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR
(Resolução CNS 510/2016)

Eu, Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “Docentes com deficiência na Educação na Educação Superior Brasileira: uma análise sobre a inserção profissional” orientada pela Professora. Dr^a. Rosimeire Maria Orlando, o trabalho tem por objetivo geral: Investigar como ocorre a inserção profissional de professores com deficiência na Educação Superior brasileira e em quais condições. E os objetivos específicos: 1) Identificar políticas públicas que tratam do acesso e permanência de professores com deficiência na Educação superior pública 2) Caracterizar como o trabalho docente ocorre dentro das instituições públicas (condições de trabalho, formas de ingresso e a qualificação profissional exigida) 3) Analisar a área de atuação, perfil socioeconômico e familiar do professor com deficiência.

Você foi convidado (a) para ser professor (a) na Educação Superior, vinculado a uma instituição de Ensino Superior pública. Primeiramente você será convidado a responder uma entrevista semiestruturada e um questionário, para a averiguação de questões relativas ao acesso e permanência na Educação Superior.

Os roteiros de entrevistas foram elaborados e escolhidos, tomando os devidos cuidados, de forma a não serem invasivos e ofensivos, porém no curso da pesquisa, você poderá sentir cansaço em responder às questões e caso isso ocorra, você poderá pedir para pausar a entrevista, assim como também terá a liberdade de não responder as perguntas caso considere constrangedoras, podendo interromper a qualquer momento. No entanto, caso você desista da participação na pesquisa os dados serão descartados, não será publicado.

A coleta de dados será online, utilizando plataformas de comunicação por vídeo (Google Meet e/outras), sem custos aos participantes, respeitando assim as orientações de isolamento social impostas pelo Ministério da Saúde e respeitando as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, conforme previsto Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Dessa forma, você poderá responder às perguntas no local de sua preferência com dia e horário de acordo com sua disponibilidade.

As perguntas não são invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e/ou se sentir cansado em responder as perguntas. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação das entrevistas. As gravações realizadas serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Caso você aceite participar, receberá em seu e-mail uma via deste termo, no qual consta os telefones e endereços de e-mail das pesquisadoras da professora orientadora deste estudo. É importante que você deixe esta via salva em seus documentos para eventuais consultas.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres

humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira

Endereço: Rua Peru, Nº 380, Vila Brasília- São Carlos - SP

Contato telefônico: (16)99735- 7817

E-mail: sallycristina52@gmail.com

Orientadora: Profª Dra. Rosimeire Maria Orlando - Professora adjunta ao Departamento de Psicologia da UFSCar. Contato: (16) 3351-8259 / E-mail: meire_orlando@ufscar.br

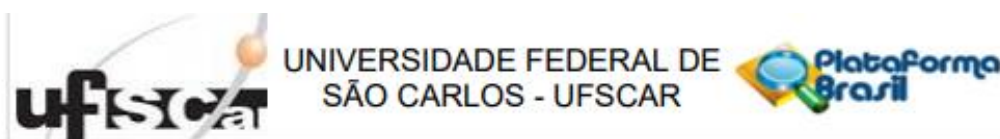
Universidade Federal de São Carlos - Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351- 8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Ao selecionar a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa” (a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso não concorde em participar, clique em “Declaro que li e discordo em participar da pesquisa”.

() Declaro que li e concordo em participar da pesquisa

() Declaro que li e discordo em participar da pesquisa

ANEXO A
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DOCENTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 61129822.7.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.878.438

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1978252.pdf, de 09/12/2022) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_SALLY_MESTRADO.pdf, de 09/12/2022): RESUMO, HIPÓTESE (se houver), METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1978252.pdf	09/12/2022 17:16:12		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_VERSAO_3.pdf	09/12/2022 17:14:50	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_SALLY_MESTRADO.pdf	09/12/2022 17:14:14	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_III_TCLE_PROFESSOR.pdf	20/09/2022 21:28:57	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	APENDICE_I_ENTREVISTA_PROFESSOR.pdf	19/07/2022 18:05:29	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito
Outros	APENDICE_II_QUESTIONARIO_PROFESSOR.pdf	19/07/2022 18:04:45	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	19/07/2022 17:59:28	SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 06 de Fevereiro de 2023

Assinado por:

Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))